

PORTARIA N° 442
DE 17/07/2025
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE DOURADINA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em especial as determinadas pelo o art. 66, inciso IX e art. 74, da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR o Sra. Priscila Fernandes Ribeiro, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 137048906-SP/PR, inscrito no CPF/MF nº 105.698.239-00, no cargo de Diretor do Departamento de Atenção Básica do Município de Douradina, Impl. CC-3.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando em especial a Portaria 154 de 19/03/2024.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos dezesseis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco. (17/07/2025)
Oberdan José de Oliveira
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 443
DE 17/07/2025
DESIGNA O SERVIDOR ARIOVALDO CARDOSO FIRMINO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE CHEFE DA DIVISÃO UBS CARLOS TORISIO DO MUNICÍPIO DE DOURADINA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e RESOLVE
DESIGNAR a servidora Mari Jizela Santos Perissato, portadora do CPF- 842.471.779-15, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para exercer a função de Chefe da Divisão UBS Carlos Torisio, do município de Douradina Paraná.
CONCEDER-LHE Gratificação por Função-FG no percentual de 31% (trinta e um por cento) do vencimento base do cargo efetivo.
Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos dezesseis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco. (17/07/2025).
Oberdan José de Oliveira
Prefeito Municipal

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br



www.cafezaldosul.pr.gov.br

Av. Italo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - CAFEZAL DO SUL - PARANÁ

CNPJ 95.640.652/0001-05

HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório/ Edital nº 46/2025 – INEXIGIBILIDADE nº 13/2025.

Ref. Ofício, pelo qual o agente de contratação, designado pela portaria nº 051/2025, solicita HOMOLOGAÇÃO, para contratação da empresa APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IPORÁ, CNPJ nº 77.871.135/0001-57 -, base legal artigo 74, caput, da Lei nº 14.133/21, Lei nº 13019/14, bem como Lei Municipal nº 839/2017 e Decreto nº 65-56/2023, visando garantir a conformidade com a legislação vigente, e assegurar uma gestão eficiente e transparente dos recursos públicos, valor Global R\$ 87.875,00 (oitenta e sete mil, oitocentos e setenta e cinco reais), por inexigibilidade com artigo 74, caput, da Lei nº 14.133/21e suas alterações.

FUNDAMENTO PARA INEXIGIBILIDADE – Conforme constam as informações contidas no Ofício do agente de Contratação, bem como no termo de referência anexo ao processo, e parecer jurídico também acostado aos autos, a contratação direta está amparada no artigo 74, caput, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.

HOMOLOGO a contratação por INEXIGIBILIDADE de licitação com a melhor qualidade e menor desembolso possível, nos termos do que dispõem os princípios que regem esta casa de leis, bem como nas razões elencadas no procedimento de inexigibilidade nº 13/2025, processo nº 46/2025 com base nas razões expostas no presente processo.

Cafezal do Sul - PR, 17 de julho de 2025.

Pedro Minoru Inoue

PREFEITO MUNICIPAL



www.cafezaldosul.pr.gov.br

Av. Italo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - CAFEZAL DO SUL - PARANÁ

CNPJ 95.640.652/0001-05

MUNICIPIO DE CIDADE GAUCHA

CIDADE GAÚCHA-PR

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025

Processo Administrativo Nº 20/2025

Tipo: AQUISIÇÃO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: GIOVANE MARTINS DE SOUZA

Data de Publicação: 16/04/2025 14:00:08

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 17/07/2025 09:45:12

Lote 1

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UN	Marca: Obra	Modelo:			
Descrição: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SOLAR FOTOVOLTAICA NO SOLO, COM A TECNOLOGIA STRING UTILIZANDO 1 INVERSOR SOLAR FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA DO INVERSOR DE 80KW, E 11 PLACAS COM POTÊNCIA DE 560W CADA PLACA TOTALIZANDO 6232 Wp DE POTÊNCIA DO SISTEMA CONECTADO À REDE DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, INCLUINDO O PROJETO EXECUTIVO DA USINA, HOMOLOGAÇÃO NA CONCESSIONÁRIA, ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, FUNDAÇÃO PARA FIXAÇÃO DOS PILARES, COM CERCAMENTO DE ISOLAMENTO PARA O SISTEMA SOLAR FOTOVOLTAICO E ABRIGO COBERTO EM ALUMINÁRIO PARA ARMAZENAGEM DOS INVERSORES SOLARES						
Quantidade: 1	Valor Unit.: 141.807,79			Valor Total: 141.807,79		
Item: 2	Unidade: UN	Marca: Obra	Modelo:			
Descrição: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA 3,00X1,50M						
Quantidade: 1	Valor Unit.: 5.557,60			Valor Total: 5.557,60		
Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 BRASILSAT HARALD S/A	834	78.404.860/0002-69	197.446,31	147.365,39		Não
2 SOLAR CENTRO SUL LTDA	139	45.242.297/0001-30	197.446,31	155.000,00	5,18	Sim
3 CROSSOVER ENGENHARIA LTDA	240	10.774.459/0001-04	197.446,31	156.000,00	0,69	Sim
4 ECOS ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA	164	28.135.908/0001-21	197.446,31	157.000,00	0,04	Não
5 SAGA SERVIÇOS EM ENGENHARIA LTDA	814	38.650.565/0001-97	197.446,31	169.900,00	8,22	Sim
6 MORK SOLAR - PRODUTOS E SERVIÇOS	420	24.616.322/0001-28	197.446,31	175.000,00	3,00	Não
7 NEOGRID ENERGIA SOLAR RIBEIRO	722	29.564.361/0001-42	197.446,31	183.500,00	4,86	Não
8 ALESSANDRO ROGERIO JUNIOR ME	811	35.432.562/0001-99	191.999,00	183.600,00	0,05	Sim
9 ECDIO & CAETANO - EXECUCOES	483	23.899.714/0001-69	197.446,31	185.000,00	0,76	Sim
10 AT ENGENHARIA E ENERGIA SOLAR	744	64.686.953/0001-03	197.446,31	189.000,00	2,16	Sim
11 LA GROUP S.A.	838	19.952.299/0001-02	197.446,31	189.500,00	0,26	Não
12 ECOBOX SOLUÇÕES ENERGÉTICAS	426	30.815.626/0001-17	197.446,31	195.000,00	2,90	Sim
13 ETERNITY ENERGIA POZ LTDA	421	41.675.805/0001-12	197.446,31	196.900,00	0,97	Sim
14 BCL BERTON ENGENHARIA AMBIENTAL	423	41.867.974/0001-58	197.000,00	197.000,00	0,05	Sim
15 NOBREGA & ASSIS SERVIÇOS DE	702	24.995.315/0001-84	197.446,31	197.446,31	0,23	Não
16 BY MOTA SERVIÇOS	238	30.532.545/0001-00	197.446,31	197.446,31	0,00	Sim
17 J P COLOMBO ENJUNO LTDA	980	14.488.062/0001-07	197.446,31	197.446,31	0,00	Sim
Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 H. DA SILVA PEREIRA LTDA	688	15.691.367/0001-76	197.000,00	197.000,00		Sim
NEW VOLT LTDA	647	60.305.416/0001-190	190.000,00	137.000,00	1,4815	Sim
Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO 3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 210/2024

MODALIDADE DISPENSA POR LIMITE Nº 112/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 194/2024

Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o MUNICÍPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ nº 09.008.389/0001-96, doravante denominada CONTRATANTE com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. Sr. DIEGO JARDIM PERGO, portador do RG nº 10.650.272-7 SSP/PR e CPF nº 069.896.919-05, residente na Rua da Bandeira, 310, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de CONTRATADA empresa: Z 3 SOLUCOES EM SERVICOS E SERVICOS, inscrito no CNPJ sob nº 08.816.192/0001-10, neste ato representada pelo Jefferson Luis de Souza, portador (a) do RG nº 45447899, CPF nº 914.985.628-34, residente na Rua Getulio Kalil, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, resolve firmar o 3º termo aditivo ao presente Contrato de Prestação de serviços para entrega do objeto da Licitação na Modalidade Dispensa por Limite nº 112/2024, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DO VIGÊNCIA

O 3º Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços nº 210/2024, tem por objeto acrescentar uma vigência de 03 (três) meses para continuidade da prestação dos serviços do objeto: LOCAÇÃO DE LECTOR DIGITAL PARA USO EM APARELHO DE RAO X, com base no art. 124 da Lei 14.133/2021, passando o mesmo a vigorar de 23/07/2025 a 29/10/2025.

DO OBJETO

O presente termo aditivo ao Contrato de Prestação de serviços tem por objeto acrescentar 03 (três meses), para continuidade da prestação de serviços, LOCAÇÃO DE LECTOR DIGITAL PARA USO EM APARELHO DE RAO X, a seguir descritos:

Lote	Item	Quant.	Descrição	V. UNIT	TOTAL
1	1	3 MESES	LOCAÇÃO DE 01 (UM) DETECTOR PLACA DIGITAL DR SEM FIO WIRELESS 304X3. AEROCOR LT, KONICA MINOLTA PARA USO NO APARELHO DE RAO X DO HOSPITAL MUNICIPAL	R\$ 6.000,00	R\$ 18.000,00

DO VALOR

Em virtude do acréscimo do serviço acima descrito, fica aditivado ao contrato 210/2024 o valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para pagamento decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão recursos oriundos da Fonte:

26	SECRETARIA DE SAUDE	10	6	1	2	34	Manutenção dos Serviços de Saúde	339039120000	LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
----	---------------------	----	---	---	---	----	----------------------------------	--------------	------------------------------------

Altônia-PR, 09 de abril de 2025.



Cafezal do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ: 95.640.652/0001-05

Av. Italo Orcelli, 604 - Fone: (44) 3655-8000 - Fax: (44) 3655-8008 - Cep: 87.565-000 - Cafezal do Sul - Pr.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pelo presente termo, ADJUDICO E HOMOLOGO, em favor da empresa abaixo relacionada, o julgamento proferido pela Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeada pela Portaria nº. 009/2024 de 08/01/2024, sobre o Processo nº.55/2024, Pregão eletrônico nº 27/2024, que tem por Objeto: contratação de empresa especializada em manutenção de ar condicionado e fornecimento de peças para veículos, para atender as Secretarias Municipais.

DOTAÇÃO:

DOTAÇÃO COMPLETA

NAT.	FR.	RED.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL
03.001.041221100.2.003	339030	1000	12 ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
03.001.041221100.2.003	339030	1000	16 ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
05.001.103011500.2.022	339030	303	99 ATENDIMENTO DA SAÚDE
05.001.103011500.2.022	339039	303	116 ATENDIMENTO DA SAÚDE
05.001.103021600.2.034	339030	303	138 Atendimento Urgência e Emergência SAMU
05.001.103021600.2.034	339039	303	139 Atendimento Urgência e Emergência SAMU
05.001.103051500.2.023	339030	303	165 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES COM VIGILÂNCIA EM S
05.001.103051500.2.023	339039	303	170 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES COM VIGILÂNCIA EM S
07.001.123611400.2.011	339030	103	181 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENT
07.001.123611400.2.011	339039	103	189 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENT
08.001.082431501.2.038	339030	1000	259 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
08.001.082431501.2.038	339039	1000	261 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
08.001.082441501.2.064	339030	1000	285 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DO CRAS
08.001.082441501.2.064	339039	1000	291 MANUTENCAO DOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DO CRAS
09.001.200601600.2.017	339030	1000	325 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE AGRICULTURA
09.001.200601600.2.017	339039	1000	327 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE AGRICULTURA
10.001.154511300.2.009	339030	1000	336 ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E MANUTENÇÃO DE BENS I
10.001.154511300.2.009	339039	1000	337 ADMINISTRACAO DE OBRAS E MANUTENÇÃO DE BENS I

Valor total da licitação R\$ 664.757,73

Vencedor: A. TECILLA & CIA LTDA. Vencedor do certame. Perfazendo um montante de R\$ 661.824,00 (seiscentos e sessenta e um mil oitocentos e vinte e quatro reais).

Cafezal do Sul, 25 de julho de 2024

MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA

Prefeito Municipal



www.cafezaldosul.pr.gov.br

Av. Italo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - CAFEZAL DO SUL - PARANÁ

CNPJ 95.640.652/0001-05

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao CONTRATO Nº. 91/2024 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul e a empresa: PAULO SERGIO CARVALHO - ME

I – CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Italo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o nº 95.640.652/0001-05, doravante denominada CONTRATANTE. Representa a CONTRATANTE o Senhor Prefeito Municipal, Sr. PEDRO MINORU INOUE, brasileiro, casado Agente Público, residente e domiciliado, distrito de Guaiçaporã, Município de Cafezal do Sul portador da Cédula de Identidade RG 6.960.175-8 SSP/PR e CPF sob nº 038.937.563-33 e a CONTRATADA e a empresa PAULO SERGIO CARVALHO - ME Pessoa jurídica de direito privado, situada à Praça Carlos Gomes,155, centro, na cidade de Altônia - no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 01.691.599/0001-10, endereço eletrônico: pscar@pscarneletrica.com.br, neste ato representada por seu sócio Administrador: PAULO SÉRGIO CARVALHO, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.293.973-4 SSP/PR inscrito no CPF/MF sob nº 670.198.259-15 residente e domiciliado à rua 12 de dezembro,730centro na cidade de Altônia - Paraná

II – DA AUTORIZAÇÃO: O presente Termo Aditivo é celebrado em decorrência da autorização do Senhor Prefeito Municipal, e necessidade justificada em razão de fato superveniente, sendo que este termo passa a fazer parte integrante e complementar do Contrato original, como se nele estivesse contido Processo nº. 54/2024, Pregão eletrônico nº 26/2024

III – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas, pela Lei Federal no. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. – Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da – CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA,passando a ter a seguinte redação:

“CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA.”

- Fica prorrogado pelo mesmo período de 12 meses o respectivo contrato, sendo de 24 de julho de 2025 a 24 de julho de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – O presente Termo Aditivo entra em vigor na data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.

3.2 – E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Cafezal do Sul, 17 de julho de 2025.

PEDRO MINORU INOUE

Prefeito Municipal

PAULO SERGIO CARVALHO - ME

PAULO SERGIO CARVALHO

Testemunhas:

HERISON HIDEKI DINIZ INOUE

CPF: 065.367.239-02

JOÃO EMANOEL CRIVOI DA SILVA

CPF: 056.314.229-48



www.cafezaldosul.pr.gov.br

Av. Italo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - CAFEZAL DO SUL - PARANÁ

CNPJ 95.640.652/0001-05

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao CONTRATO Nº. 91/2024 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul e a empresa: PAULO SERGIO CARVALHO - ME

I – CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Italo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o nº 95.640.652/0001-05, doravante denominada CONTRATANTE. Representa a CONTRATANTE o Senhor Prefeito Municipal, Sr. PEDRO MINORU INOUE, brasileiro, casado Agente Público, residente e domiciliado, distrito de Guaiçaporã, Município de Cafezal do Sul - PR, portador do RG nº 6.960.175-8 SSP/PR CPF: 038.937.563-33 doravante denominado LOCATÁRIO, e o senhor LUIZ CESAR BUFETTI, Pessoa física, residente nesta cidade de Cafezal do Sul no Estado do Paraná - portador da Cédula de Identidade RG nº 6.458.892-3 SSP/PR inscrito no CPF/MF sob nº 014.424.489-30 denominada LOCADOR, tendo em vista o que consta no Processo nº 60/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do INEX nº 14/2024, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a alteração da cláusula TERCEIRA da vigência, com fundamento no ART. 124 da Lei 14133/21 passando a ter a seguinte redação:

- Fica prorrogado pelo mesmo período contratual de 12 meses o respectivo contrato, sendo de 18 de julho de 2025 a 18 de julho de 2026.

PARAGRAFO PRIMEIRO: O contrato ora aditado passa a ter o seguinte quantitativo total abaixo discriminado

Item	Descrição Item	Qnt.	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Locação de imóvel, tipo salão, metragem de 185,00 metros quadrado, localizado: Quadra nº 126 a Av. Canadã, 795, Centro – Cafezal do Sul	12 meses	1.500,00	18.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA (Do Valor do Termo Aditivo e do Contrato) - Dê-se ao termo aditivo o valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

CLÁUSULA TERCEIRA –DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS: Fica ratificada as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Cafezal do Sul, 17 de julho de 2025.

PEDRO MINORU INOUE

Prefeito Municipal

LUIZ CÉSAR BUFETTI

Testemunhas:

HERISON HIDEKI DINIZ INOUE

CPF: 065.367.239-02

JOÃO EMANOEL CRIVOI DA SILVA

CPF: 081.117.989-38

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

LEI ORDINÁRIA Nº 36, DE 17 DE JULHO DE 2025

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO VALOR DE R\$ 400.000,00 (QUATROCENTOS MIL REAIS), DESTINADOS A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E O PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONA A SEQUINTE LEI ORDINÁRIA

Art. 1º Fica aberto na Contadoria da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste, um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, por excesso de arrecadação no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), destinados a suplementar dotações para a Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme a seguir:

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.004 – DIVISÃO DO FUNDO DA CRIANÇA (ECA)

10.004.08.243.0017.1186 – Deliberação 13/2025 - CEDCA/PR - Criança e Adolescente

FONTE 1113 - DELIBERAÇÃO 13/2025 - CEDCA/PR - CRIANÇA E ADOLESCENTE

(551) 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo R\$ 50.000,00

(552) 3.3.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R\$ 10.000,00

(553) 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 160.000,00

(554) 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente R\$ 160.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL.....R\$ 400.000,00

Art. 2º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo 1º desta Lei, o Executivo Municipal utilizar-se-á do seguinte:

a) O produto do excesso de arrecadação proveniente da fonte de recursos 1113 - DELIBERAÇÃO 13/2025 - CEDCA/PR - CRIANÇA E ADOLESCENTE:

FONTE 1113 - DELIBERAÇÃO 13/2025 - CEDCA/PR - CRIANÇA E ADOLESCENTE

Excesso de arrecadação no exercício corrente R\$ 400.000,00

TOTAL DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO.....R\$ 400.000,00

Art. 3º Ficam alteradas as ações da Lei nº 66, de 20/12/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2022/2025, onde o crédito aprovado na presente lei fica incluído no Anexo de Programações e Metas como ação, o Anexo de Metas e Prioridades da Lei nº 48, de 12/07/2024 que trata das Ações Prioritárias da Administração Pública Municipal, Diretrizes Gerais para a elaboração da Proposta Orçamentária e normas da Execução Financeira para 2025 (LDO), a Programação Financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso de 2025, no que couber.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 17 DE JULHO DE 2025.

ARMANDO CERCI JUNIOR

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA - Nº 015/2025

Processo - Nº 027/2025

ACÂMARA MUNICIPAL DE ICARAÍMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento a quem interessar possa que de acordo com a legislação em vigor, encontra-se aberta Dispensa de Licitação, para o seguinte:

OBJETO: Contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento de uniformes para atender as necessidades da Câmara Municipal de Icaraima.

Prazo para envio das Propostas: Até as 23h59min. do dia 23/07/2025

Este processo de dispensa é destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, visando:

Nos termos da Lei Complementar nº 147/2014, Art. 2º, inciso V, e do § 2º da Lei Municipal nº 1.844/2022, a participação neste certame é permitida apenas para empresas enquadradas como Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparadas, sediadas na Microrregião Geográfica de Umuarama, que compreende os seguintes Municípios: Alto Paraíso/PR, Alto Itaipu/PR, Altônia/PR, Brasilândia do Sul/PR, Cafezal do Sul/PR, Cruzeiro do Oeste/PR, Douradina/PR, Esperança Nova/PR, Francisco Alves/PR, Icaraima/PR, Iporã/PR, Ivatuba/PR, Maria Helena/PR, Mariluz/PR, Nova Olímpia/PR, Perobal/PR, Pêrola/PR, São Jorge do Patrocínio/PR, Tapira/PR, Umuarama/PR, e Xambê/PR.

O critério de julgamento será o menor preço global.

OUTROS ESCLARECIMENTOS - E O TERMO DE REFERÊNCIA PODERÃO SER FORNECIDOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAÍMA, SITUADA NA RUA MONTE BELO, 607, ICARAÍMA – PARANÁ, ATRAVÉS DO TELEFONE Nº (44) 36651339, OU PELO E-MAIL CAMARA@ICARAMA.PR.LEG.BR.

Todos os anexos podem ser requisitados junto a Secretaria do Legislativo ou obtidos no link <http://177.87.133.100:8090/portalttransparencia7/filicacoes> - Dispensa de Licitação nº 015/2025

Câmara Municipal de Icaraima, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de Julho de 2025

ANGÉLICA CASSIA GOMES ANTUNES DA SILVA

Agente de contratação.



www.cafezaldosul.pr.gov.br

Av. Italo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - CAFEZAL DO SUL - PARANÁ

CNPJ 95.640.652/0001-05

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao CONTRATO Nº. 85/2024 INEXIGIBILIDADE Nº15/2024

MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Italo Orcelli, na cidade de cafezal do Sul, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.640.652/0001-05 neste ato representado por seu Prefeito Municipal o SR PEDRO MINORU INOUE, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado à Rua Rio Bom, 174, Distrito de Guaiçaporã, Município de cafezal do Sul - PR, portador do RG nº 6.960.175-8 SES/PR CPF: 038.937.568-33 doravante denominado LOCATÁRIO, e a senhora LUCIA DE FÁTIMA FERNANDES, Pessoa física, residente à Avenida Manoel Vicente do Carmo, 960, centro, na cidade de Cafezal do Sul no Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.715.782-1 SSP/PR inscrito no CPF/MF sob nº 554.802.409-72 denominada LOCADOR, tendo em vista o que consta no Processo nº 67/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do INEX nº 15/2024, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a alteração da cláusula TERCEIRA de vigência, com fundamento no ART. 124 da Lei 14133/21 passando a ter a seguinte redação:

- Fica prorrogado pelo mesmo período contratual de 12 meses o respectivo contrato, sendo de 18 de julho de 2025 a 18 de julho de 2026.

PARAGRAFO PRIMEIRO: O contrato ora aditado passa a ter o seguinte quantitativo total abaixo discriminado

Item	Descrição Item	Qnt.	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Locação de imóvel, tipo salão, metragem de 412,50 metros quadrado, localizado: Quadra nº 37-A na Av. Manuel Vicente do Carmo, 960, Centro – Cafezal do Sul S	12 meses	500,00	6.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA (Do Valor do Termo Aditivo e do Contrato) - Dê-se ao termo aditivo o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

CLÁUSULA TERCEIRA –DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS: Fica ratificada as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Cafezal do Sul, 17 de julho de 2025.

PEDRO MINORU INOUE

Prefeito Municipal

LUCIA DE FÁTIMA FERNANDES

Testemunhas:

HERISON HIDEKI DINIZ INOUE

CPF: 065.367.239-02

JOÃO EMANOEL CRIVOI DA SILVA

CPF: 081.117.989-38



www.cafezaldosul.pr.gov.br

Av. Italo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - CAFEZAL DO SUL - PARANÁ

CNPJ 95.640.652/0001-05

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao CONTRATO Nº. 106/2024 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul e a empresa: INFOSSEG SEGURANÇA E TECNOLOGIA LTDA

I – CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Italo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o nº 95.640.652/0001-05, doravante denominada CONTRATANTE. Representa a CONTRATANTE o Senhor Prefeito Municipal, Sr. PEDRO MINORU INOUE, brasileiro, casado Ag

Publicações Legais

leis@ilustrado.com.br

Câmara Municipal de Alto Paraíso
ESTADO DO PARANÁ
Rua José Baltazar Rodrigues, 1.025 - FONE FAX: (044) 3664-1171 - (044) 3664-1177
CEP: 87.528-000 - ALTO PARAÍSO - PR

ATO DA MESA Nº 041/2025
Ratifica e adjudica Processo de Dispensa de Licitação
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2025
PROCESSO Nº 022/2025

OBJETO: Aquisição de **CAPI, SENDO DE 2 PACOTES DE 500pgs**, para atender as necessidades da Poder Legislativo de Alto Paraíso.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, RUA JOSUÉ BALTAZAR RODRIGUES, 1.025 - CEP 87528-000 – ALTO PARAÍSO – PR. CNPJ Nº 95.640.744/0001-87.
FUNDAMENTAÇÃO: É dispensável a licitação, Lei 75 inciso II da Lei Federal nº 14.133/21

TOTAL DA DISPENSA: R\$ 269,90 (duzentos e sessenta e nove reais e noventa centavos)
PAGAMENTO: Em até sete dias após apresentação da Nota Fiscal sem rasuras e/ou emendas e certidões negativas do INSS e FGTS.

CONTRATADO: EMPRESA, L.ALVES DE OLIVEIRA COMERCIO DE BEBIDAS, INSCRITA NO CNPJ Nº 38.494.167/0001-17, LOCALIZADA NA RUA JOSÉ GONÇALVES DE OLIVEIRA, Nº 1866, ALTO PARAÍSO, PARANÁ, CEP 87528-000.

Análise de Dispensa de Licitação: De acordo, amparado por parecer jurídico.

Comissão Permanente de Licitação: Designada pela Portaria n.º 016/2023
Jurídica: Vide parecer em anexo.
Ratificação e Adjudicação do Presidente da Câmara: RATIFICO E ADJUIICO a presente dispensa de licitação, com fulcro nos pareceres e na lei.

Edifício da Câmara Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 17 dias do mês de julho de 2025.

José Carlos dos Santos
Presidente

Álvaro Martins de MELO
1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE
ESTADO DO PARANÁ

DECRETO LEGISLATIVO Nº 22/2025, DE 17 DE JULHO DE 2025

EMENTA: Estabelece funcionamento da Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste-PR, no período de recesso legislativo 2025 e dá outras providências.

CONSIDERANDO O RECESSO DO PODER LEGISLATIVO NOS TERMOS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE E DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA DE LEIS;

CONSIDERANDO A POSSIBILIDADE DO TRABALHO HÍBRIDO DOS SERVIDORES NO INTUITO DA PERMANÊNCIA EFETIVA DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO, SEM PREJUÍZO AOS INTERESSES PÚBLICOS, TENDO EM VISTA O PROCESSO LEGISLATIVO ESTAR 100% DIGITAL NESTE PODER LEGISLATIVO.

A PRESIDENTE DA MESA DIRETIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, NO USO DA ATRIBUIÇÃO QUE LHE CONFERE O ART. 75, INCISO III ALÍNEA "a" DO REGIMENTO INTERNO, C/C O ART. 19, INCISO I ALÍNEA "a" DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO:

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o horário de funcionamento das atividades do Poder Legislativo de Cruzeiro do Oeste - PR de forma híbrida, que vigorará durante o recesso das atividades parlamentares compreendidas pelo período do dia 17 de julho de 2025 até 02 de agosto de 2025.

§ 1º Tratando-se de regime de horário temporário, o retorno às atividades normais, ocorrerá em 04 de agosto de 2025.

§ 2º A presente normativa não se aplica aos cargos de vigia que deverão cumprir a escala de trabalho normal.

Art. 2º O funcionamento administrativo será de segunda-feira a sexta-feira, das 07h30 às 11h30.

Parágrafo único. De segunda-feira a sexta-feira, no período vespertino, estarão disponíveis por meio de trabalho remoto, das 13h às 17h, caso necessário poderá ser convocado presencialmente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 17 (DEZESSETE) DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2024.

-Assinado digitalmente-
Nelson Teb
Presidente

-Assinado digitalmente-
Carlos Roberto Alegria
1º Secretário

Protocolo Nº: 1352
Documento Nº: 22/2025

Protocolo Data: 17/07/2025
Processo Nº: SN

Gerado por Lucas Gilberto Pereira de Carvalho na repartição Secretária dia 17/07/2025 às 08:09

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO
023PV-VFHXG-MG4H-LPGC8-SUSOZ

Para confirmar a autenticidade acesse
<https://www.cruzzeirodoeste.pr.gov.br/validador-assinatura>
Documento eletrônico assinado digitalmente conforme DOC-CP15 de 26/01/2015.

Carlos Roberto Alegria (Carlos Roberto Alegria) - 555.XXX.XXX-04
Em 17/07/2025 08:47 UTC -03:00
Tipo: Digital

Nelson Teb (Nelson Teb) - 020.XXX.XXX-01
Em 17/07/2025 08:48 UTC -03:00
Tipo: Digital

Câmara Municipal de Alto Paraíso
ESTADO DO PARANÁ
Rua José Baltazar Rodrigues, 1.025 - FONE FAX: (044) 3664-1171 - (044) 3664-1177
CEP: 87.528-000 - ALTO PARAÍSO - PR

EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2025
Ref. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 018/2025

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CONTRATADO: PORTAL PÚBLICO NÚCLEO DE SERVIÇOS GOV. LTDA, CNPJ: 18.263.302/0001-00

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de serviço de suporte, hospedagem, atendimento e manutenção de website para atender as necessidades e demandas administrativas da câmara municipal de Alto Paraíso – PR, conforme termo de referência Valor do serviço, R\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais) que deverá ser pago em três (03) parcelas de R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais) vencimento nos dias 10/08, 10/09, 10/10/2025.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais)

PRazo DE VIGêNCIA: 12 meses.
Data Assinatura: 14 de julho de 2025
FORO: Comarca de Xambô, Estado do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2025
REF.: PROCESSO LICITATORIO – REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2025.
DATA DE ASSINATURA 17/07/2025.
CONTRATANTE: Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná.
CONTRATADA: LEVI ALVES DE OLIVEIRA 57148503949
CNPJ: 29.717.116/0001-28
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÚNCIOS VOLANTE VEICULAR (CARRO DE SOM), BEM COMO A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM DE PEQUENO PORTE, CONFORME AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS SOLICITANTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, EM CONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS.
VALOR DO CONTRATO: 40.450,00 (quarenta mil, quatrocentos e cinquenta reais).
PRazo DE VIGêNCIA: 12 (doze) meses.
FORUM: COMARCA DE XAMBRE.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA AMERIOS - 12º R.S.
AV. ANSELMO MOREIRA DA FONSECA, 885 - Umuarama - PR
CEP: 87.503-000 - ZONA ARRAZADA - FONE: (41) 3632-3738
www.cisamerios.com.br

RESOLUÇÃO Nº 089/2025

SÚMULA: Concede diária a Funcionário, pela prestação de serviços fora do domicílio.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA/AMERIOS - 12º R.S. no uso de suas atribuições e,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 031/2023 e alterações, que estabelece normas para o pagamento de diárias ao Presidente, Coordenador, Motoristas e demais Funcionários do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA/AMERIOS – 12º R.S.

Resolve:

Art. 1º Conceder diária a seguinte funcionária na forma discriminada abaixo, pela prestação de serviços fora do domicílio:

Emprego: Eliana Lima Berardo
Matrícula: 104119
Cargo: Coordenadora Geral do Cisa
Lotação: Divisão do Cisa I
Data da Saída: 21/07/2025
Data do Retorno: 24/07/2025
Número de diárias: 03 (oponente)
Valor Unit: R\$ 685,20
Valor Total: R\$ 2.055,60
Município de Destino: Curitiba/Pr

Objetivo TCE-PR: Outros Objetivos não Ligados ao TCE

Justificativa do Deslocamento: Participar reunião na Associação dos Consórcios e Associações Intermunicipais do Estado do Paraná – ACISPAR e da 4ª Reunião da Comissão Intergestores Bipartite no conselho de secretarias municipais de saúde do Paraná.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama, 17 de julho de 2025.

EVERTON BARBIERI
Presidente do Cisa

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE
ESTADO DO PARANÁ

LEI ORDINÁRIA Nº 35, DE 17 DE JULHO DE 2025
AUTORIZA O RECEBIMENTO DE PATROCÍNIO PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE AGENTES PRIVADOS, PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS, MANUTENÇÃO E MELHORIA DOS ESTÁDIOS, QUADRAS E GINÁSIOS PERTENCENTES À SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E O PREFEITO MUNICIPAL SANCIONA A SEGUINTE LEI ORDINÁRIA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Cruzeiro do Oeste autorizado a receber patrocínio de agentes privados, permitindo o uso para fins publicitários de espaços públicos em campos de futebol, e áreas no interior de estádios, quadras e ginásios poliesportivos pertencentes à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, com vistas ao fortalecimento do esporte e o desenvolvimento socioeconômico, nos termos desta lei.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I – Patrocínio: repasse de recurso financeiro, de caráter definitivo, em favor do Poder Executivo Municipal, para a utilização de espaço público previamente delimitado, com fins exclusivamente publicitários, cujo montante será destinado à melhoria da infraestrutura esportiva, manutenção de atividades esportivas, treinamento de atletas e realização de eventos esportivos.

II – Proposta de patrocínio: documento redigido pelo patrocinador, utilizado para apresentar as características, valor e metodologia de execução do patrocínio.

III – Patrocinador: pessoa física ou jurídica, com ou sem fins lucrativos que, comprovada a sua regularidade jurídica e fiscal, transfere recursos financeiros para o Poder Executivo Municipal, visando a associação de sua imagem ou marca em eventos desportivos.

IV – Patrocínio: Poder Executivo Municipal receptor do patrocínio.

V – Contrapartida: obrigação contratual do patrocinador, consistente na permissão ou autorização de uso de espaço público, em caráter oneroso e temporal, para fins de exploração exclusivamente publicitária, através das modalidades elencadas no artigo 2º, desta lei.

VI – Eventos desportivos: acontecimento de interesse público, voltado à prática esportiva, planejado e organizado com antecedência, que possui nome, local determinado e espaço de tempo definido.

VII – Contrato de patrocínio: instrumento jurídico que formaliza as condições, os termos estabelecidos, os direitos e as obrigações entre as partes;

VIII – Comissão de avaliação: comissão instituída pelo Secretário Municipal de Esportes e Lazer, com o objetivo de determinar e avaliar os espaços públicos, no interior da área esportiva, destinados à exploração com fins publicitários.

Art. 3º A publicidade e propaganda que trata esta lei, poderá ser feita através das seguintes modalidades:

I – Placas fixas ou móveis;

II – Painéis;

III – Faixas;

IV – Plotagem direta sobre a superfície, com letras adesivadas por impressão digital, adesivo numérico sobre lona vinílica ou polietileno. V – Placares eletrônicos; e

VI – Pinturas.

§ 1º As modalidades previstas no caput poderão ser suspensas, fixadas ou pintadas nos muros, paredes internas e/ou piso das áreas delimitadas de cada patrocinador, de forma que o espaço publicitário seja utilizado racionalmente.

§ 2º A publicidade e propaganda, em qualquer modalidade aderida, não poderá prejudicar a prática esportiva no local, nem comprometer a visão do público.

Art. 4º Fica vedada a utilização de publicidade e propaganda que não possua conotação comercial, principalmente quando:

I – Obstruem, interceptam ou reduzem o vão das portas, janelas e respectivas bandeiras;

II – Sejam ofensivas à moral ou contenham dizeres desfavoráveis a indivíduos, crenças e instituições;

III – Sejam relacionadas a entidades político-partidárias;

IV – Utilizem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de agente público municipal, estadual ou federal;

V – Divulguem marcas de bebidas, cigarros ou qualquer outro produto nocivo à saúde ou meio ambiente;

VI – Tenham natureza política, religiosa ou que atente contra a moral e os bons costumes;

VII – Violent normas de postura do Município;

VIII – Violent a legislação penal, consumerista dos direitos da criança e do adolescente, das pessoas com deficiência ou dos idosos.

Art. 5º O Secretário Municipal de Esportes e Lazer instituirá uma Comissão Especial e nomeará membros para o detalhamento e a avaliação dos espaços disponíveis no interior da área esportiva para exploração publicitária, definindo o objeto e o preço, visando instruir o processo de Chamamento Público.

Parágrafo único. Ao valor atribuído a cada espaço público pela comissão especial, deverão ser acrescidas as respectivas taxas de publicidade e propaganda, previstas no art. 189 da Lei Complementar nº 09, de 04 de maio de 2020 (Código de Postura Municipal), salvo nos casos passíveis de isenção.

Art. 6º O valor arrecadado a título de patrocínio será depositado em conta bancária de titularidade do Fundo Municipal do Esporte.

Art. 7º Os custos e as taxas, advindas da exploração publicitária dos espaços de campos de futebol, estádios, quadras e ginásios poliesportivos serão suportados pelo próprio patrocinador, na forma estabelecida no termo a ser firmado.

Art. 8º Os Contratos de Patrocínio serão celebrados mediante a realização de Chamamento Público, e processo de credenciamento, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, e do Decreto regulamentador nº 11.878/2024, devendo constar, no mínimo, o objeto, a proposta de patrocínio, a forma de pagamento, os direitos e as obrigações entre as partes, além dos termos e das condições estabelecidas.

Parágrafo único. Havendo mais interessados do que a quantidade de espaço disponível, será realizado sorteio.

Art. 9º Serão vedadas as contratações credenciadas transferir, ceder, locar, sublocar ou delegar a outro patrocinador o objeto licitado, sem a devida permissão do Município.

Art. 10. O Município, quando proceder a licitação, deverá apresentar a planta de localização das áreas onde as publicidades serão instaladas, estabelecendo o número máximo disponível a cada modalidade de exploração de propaganda.

Art. 11. A vigência do contrato de patrocínio será estabelecida em edital.

§ 1º Encerrada a vigência contratual, deverá o patrocinador retirar todas as placas e outros materiais publicitários suspensos, afixados ou pintados no interior da área esportiva explorada.

§ 2º Na hipótese do §1º, a área explorada deverá ser restituída ao ente público patrocinado em mesmo estado de conservação que foi cedida ao patrocinador e, constatado qualquer dano ao patrimônio, proveniente da modalidade de publicidade e propaganda implementada, o patrocinador será responsável por sua efetiva reparação, suportando todos os custos com materiais e serviços utilizados para tanto.

§ 3º Em caso de descumprimento do disposto no § 1º do presente artigo, a Administração Pública adotará as providências cabíveis para a retirada da publicidade e propaganda, ficando os custos dos serviços, multas e demais emolumentos à custas do patrocinador responsável.

Art. 12. O Município deverá, através da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, fiscalizar o cumprimento por parte dos patrocinadores, notificando-os por escrito, de quaisquer irregularidades de uso da publicidade e propaganda.

§ 1º O prazo para a regularização será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação do patrocinador.

§ 2º Findo o prazo e persistindo a irregularidade, será aplicada a penalidade do artigo 11, § 3º desta Lei.

Art. 13. O Município não se responsabiliza por quaisquer danos e ou indenizações que eventualmente venham a ocorrer a terceiros, decorrentes de atos da permissionária, de seus representantes, empregados, prepostos ou de seus equipamentos.

Art. 14. Caberá ao patrocinador a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais resultantes da execução, da implantação e manutenção da permissão de que trata a presente Lei.

Art. 15. O descumprimento do disposto nesta Lei e no termo contratual implicará na imediata cessação da exploração concedida, ficando o patrocinador obrigado a promover a retirada das placas e outros materiais publicitários afixados, suspensos ou pintados nos campos de futebol, estádios, quadras e ginásios poliesportivos explorados, respondendo integralmente por eventuais prejuízos causados a terceiros.

Art. 16. Aplicam-se subsidiariamente a esta Lei as normas da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.878/2024, da Lei Orgânica Municipal, do Código de Postura Municipal e do Código Tributário Municipal.

Art. 17. Esta Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 17 DE JULHO DE 2025.
ARMANDO CERCI JUNIOR
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADINA
PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2024 A JUNHO/2025

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Orçamento 12 Mês)												TOTAL EXERCÍCIO 12 MESES	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À RECEITA NÃO PROCEDENTES DO IM
	LÍQUIDAS													
	7/2024	8/2024	9/2024	10/2024	11/2024	12/2024	1/2025	2/2025	3/2025	4/2025	5/2025	6/2025		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	97.383,00	97.383,00	96.623,54	105.410,56	97.454,00	104.803,72	103.996,32	103.996,42	108.704,42	110.349,04	106.460,54	108.013,00	1.285.236,17	0,00
Pessoal Ativo	97.383,00	97.383,00	96.623,54	105.410,56	97.454,00	104.803,72	103.996,32	103.996,42	108.704,42	110.349,04	106.460,54	108.013,00	1.285.236,17	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	89.810,22	89.810,22	88.349,28	99.494,61	89.494,61	100.707,21	92.390,98	91.796,74	96.777,27	98.268,38	94.247,09	96.284,01	1.144.194,25	0,00
Outras Despesas	7.566,36	7.566,36	7.566,36	15.915,95	7.566,36	14.096,51	11.605,34	12.199,68	11.927,15	12.080,66	12.213,45	11.729,99	138.041,92	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reservas e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Interina (I - F no art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Interina (Excessos Demais)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com Pessoal da Função de Dependente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTÁVEIS (I* no art. 19-A da LRF (II))	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios por Deslize e Incentivos das Despesas Voluntárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas da Divisão Judicial de Fretos, Aluguel e de Alojamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Benefícios, Aluguel e de Alojamento em caso de emergência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefício Normalizado TCERs 502011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios por Deslize e Incentivos das Despesas Voluntárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Benefícios, Aluguel e de Alojamento em caso de emergência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Benefícios, Aluguel e de Alojamento em caso de emergência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III = (I) - (II))	97.383,00	97.383,00	96.623,54	105.410,56	97.454,00	104.803,72	103.996,32	103.996,42	108.704,42	110.349,04	106.460,54	108.013,00	1.285.236,17	0,00

NOTA: ANEXO I (LRF, art. 35, inciso I, alínea "V")

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	60.028.421,52	-
(i) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	470.476,72	-
(j) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	-
(k) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (II 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	835.648,00	-
(l) Outros Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV - V - VI - VII - VIII)	59.728.366,76	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (X) = (III + III*)	1.285.236,17	2,19
LIMITE MÁXIMO (XI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.523.221,95	6,00
LIMITE PRECEDENCIAL (XII) = (0,05 % XI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.347.060,85	5,70
LIMITE DE ALERTA (XIII) = (0,00 % XI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.170.899,75	5,40

FOR TCE: Sistema Diversa Gestão Pública, Unidade Responsável: ... em 17/07/2025 às 09:12:26.

1. Não foram incluídas as despesas com pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma interina, pois não foram apresentadas as respectivas notas fiscais e recibos.

2. Não foram incluídas as despesas com pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma interina, pois não foram apresentadas as respectivas notas fiscais e recibos.

ROBERTO MARTINS
Presidente

CRISTIANE REGINA DA SILVA RECK
Controladora

ADRIANO DE OLIVEIRA NOVO
Tecnólogo

ROSANGELA A. AMARAL MARTIN
Técnic

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA AMERIOS - 12º R.S.
AV. ANSELMO MOREIRA DA FONSECA, 885 - Umuarama - PR
CEP: 87.503-000 - ZONA ARRAZADA - FONE: (41) 3632-3738
www.cisamerios.com.br

RESOLUÇÃO Nº 090/2025

SÚMULA: Concede diária a Funcionário, pela prestação de serviços fora do domicílio.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA/AMERIOS - 12º R.S. no uso de suas atribuições e,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 031/2023 e alterações, que estabelece normas para o pagamento de diárias ao Presidente, Coordenador, Motoristas e demais Funcionários do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA/AMERIOS – 12º R.S.

Resolve:

Art. 1º Conceder diária a seguinte funcionária na forma discriminada abaixo, pela prestação de serviços fora do domicílio:

Emprego: Joseany Casakito Camozato
Matrícula: 104119
Cargo: Chefe Divisão CAPS-AD
Lotação: Divisão do Cisa I
Data da Saída: 21/07/2025
Data do Retorno: 24/07/2025
Número de diárias: 03 (oponente)
Valor Unit: R\$ 685,20
Valor Total: R\$ 2.055,60
Município de Destino: Curitiba/Paraná

Objetivo TCE-PR: Outros Objetivos não Ligados ao TCE

Justificativa do Deslocamento: Visita ao CAPS II Porto, CAPS II e UEP – Unidade de Estabilização Psiquiátrica, com o objetivo de conhecer o funcionamento, os protocolos, os fluxos de atendimentos e encaminhamentos, grupos e estrutura organizacional.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama, 17 de julho de 2025.

EVERTON BARBIERI
Presidente do Cisa

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE
ESTADO DO PARANÁ

LEI ORDINÁRIA Nº 35, DE 17 DE JULHO DE 2025
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO VALOR DE R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS), DESTINADOS A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO CORRENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E O PREFEITO MUNICIPAL SANCIONA A SEGUINTE LEI ORDINÁRIA:

Art. 1º Fica aberto na Contadoria da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste, um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, por excesso de arrecadação no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), destinados a suplementar dotações do orçamento corrente do Executivo Municipal, conforme a seguir:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
06.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO
04.695.0049.1.189 – Ações De Custeio Programa Paraná Mais Cidade - Convênio SETU- Festa das Nações 2025
FONTE 1115- Ações De Custeio Programa Paraná Mais Cidade (557) 3.390.39.00.00. Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica R\$ 500.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL.....R\$ 500.000,00

Art. 2º Como recursos para a abertura do crédito previsto no artigo 1º desta Lei, o Executivo Municipal utilizar-se-á do seguinte:

a) O produto do excesso de arrecadação proveniente da fonte de recursos 1115 - Ações De Custeio Programa Paraná Mais Cidade
FONTE 1115 - Ações De Custeio Programa Paraná Mais Cidade
Excesso de arrecadação no exercício corrente R\$ 500.000,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.....R\$ 500.000,00

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br



www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Italo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Catedral do Sul - Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

TERMO ADITIVO N.º 01 ao CONTRATO N.º 90/2024 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Catedral do Sul e a empresa: **INFOSEG SEGURANÇA E TECNOLOGIA LTDA**

I – CONTRATANTES: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Italo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.640.652/0001-05, doravante denominada **CONTRATANTE**. Representa a **CONTRATANTE** o Senhor Prefeito Municipal, Sr. **PEDRO MINORU INOUE**, brasileiro, casado Agente Político, residente e domiciliado, distrito de Guaporá, Município de Catedral do Sul portador da Cédula de Identidade RG 6.980.175-8 SSP/PR e CPF sob nº 038.937.563-33 e a **CONTRATADA** e a empresa **INFOSEG SEGURANÇA E TECNOLOGIA LTDA** Pessoa jurídica de direito privado, situada à Avenida Paraná, 5195, sobrelho 02, na cidade de Umuarama, no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 37.256.314/0001-60 endereço eletrônico: infoseglicacao@gmail.com , neste ato representada por seu sócio Administrador: **MIGUEL AUGUSTO MARQUES**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 6.981.292-9 SSP/PR inscrito no CPF/MF sob n.º 032.787.169-57 residente e domiciliado à NUA RUA Ilhas Gregas, 2843 na cidade de Umuarama – Paraná.

II – DA AUTORIZAÇÃO: O presente Termo Aditivo é celebrado em decorrência da autorização do Senhor Prefeito Municipal, e necessidade justificada em razão de fato superveniente, sendo que este termo passa a fazer parte integrante e complementar do Contrato original, como se nele estivesse contido **Processo nº 54/2024, Pregão eletrônico nº 26/2024**

III – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal no. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. – Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da – **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**, Passando a ter a seguinte redação:

“CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA.”

- Fica prorrogado pelo mesmo período de 12 meses o respectivo contrato, sendo de 24 dia de 2025 a 24 de julho de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – O presente Termo Aditivo entra em vigor na data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.

3.2 – E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Catedral do Sul, 17 de julho de 2025.

PEDRO MINORU INOUE
Prefeito Municipal

INFOSEG SEGURANÇA E TECNOLOGIA LTDA
MIGUEL AUGUSTO MARQUES

Testemunhas:

HERISON HIDEKI DINIZ INOUE
CPF: 065.367.239-02

JOÃO EMANOEL CRIVOI DA SILVA
CPF: 056.314.229-48



www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Italo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Catedral do Sul - Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

TERMO ADITIVO N.º 01 CONTRATO N.º 86/2024
INEXIGIBILIDADE N.º 16/2024

MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Italo Orcelli, na cidade de Catedral do Sul, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 95.640.652/0001-05, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. **PEDRO MINORU INOUE**, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado à Rua Rio Bom, 174, Distrito de Guaporá, Município de Catedral do Sul - PR, portador do RG nº 6.980.175-8 SSP/PR CPF: 038.937.563-33 doravante denominado **LOCATÁRIO**, o senhor **EDINALDO FRANCISCO DE OLIVEIRA** Pessoa física, residente à Avenida Italo Orcelli, centro, na cidade de Catedral do Sul no Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.491.862-6 SSP/PR inscrito no CPF/MF sob nº 776.112.539-04 denominada **LOCADOR**, tendo em vista o que consta no Processo nº 68/2024 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **INEX n.º 16/2024**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a alteração da cláusula TERCEIRA da vigência, com fundamento no ART. 124 da Lei 14133/21, passando a ter a seguinte redação:

- Fica prorrogado pelo mesmo período contratual de 12 meses o respectivo contrato, sendo de 18 de julho de 2025 a 18 de julho de 2026.

PARAGRAFO PRIMEIRO: O contrato ora aditado passa a ter o seguinte **quantitativo** total abaixo descrito

Item	Descrição Item	Qnt.	Valor Unt (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Locação de imóvel, tipo salão, metragem de 375,00 metros quadrado, localizado, Quadra nº 54 Rua: França, 617, Centro – Catedral do Sul	12 meses	1.200,00	14.400,00

CLÁUSULA SEGUNDA (Do Valor do Termo Aditivo e do Contrato) - Dá-se ao termo aditivo o valor de **R\$ 14.400,00** (quatorze mil e quatrocentos reais)

CLÁUSULA TERCEIRA –DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS: Fica ratificada as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam o seu efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Catedral do Sul, 17 de julho de 2025.

PEDRO MINORU INOUE
Prefeito Municipal

EDINALDO FRANCISCO DE OLIVEIRA

Testemunhas:

HERISON HIDEKI DINIZ INOUE
CPF: 065.367.239-02

JOÃO EMANOEL CRIVOI DA SILVA
CPF: 081.117.899-38

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ,
PORTARIA Nº 404/2025, de 17 de Julho de 2025.

SUMULA: Dispõe sobre desistência definitiva de posse do candidato convocado para o cargo de MOTORISTA D no Processo Seletivo Simplificado - PSS, Edital 001/2025, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o Edital de Convocação publicado para o cargo de Motorista "D", referente ao PSS Edital001/2025, CONSIDERANDO a convocação do candidato BRUNO REBELLO RAMOS, classificado para o cargo de Motorista "D", na posição 16º;

CONSIDERANDO o protocolo do Termo de Desistência de Posse, assinado e entregue voluntariamente pelo candidato em 17 de julho de 2025, junto ao Departamento de Recursos Humanos;

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

I - Tornar pública a desistência definitiva de posse do candidato BRUNO REBELLO RAMOS, inscrito no CPF nº 092.XXX.498-XX convocado para o cargo de Motorista "D", o qual renunciou, de forma expressa, sua decisão de não tomar posse no referido cargo, conforme Termo de Desistência protocolado em 17/07/2025.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Piquiri, 17 de julho de 2025.

Giovane Mendes de Carvalho
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ,
PORTARIA Nº 404/2025, de 17 de Julho de 2025.

SUMULA: Dispõe sobre a ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO VALOR DE R\$ 1.208.000,00 (UM MILHÃO DUZENTOS E OITO MIL REAIS) DESTINADOS A CUSTEAR AS AÇÕES DE INFRAESTRUTURA URBANA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS).

O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E O PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONA A SEGUINTE LEI ORDINÁRIA:

Art. 1º Fica aberto na Contadoria da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste, um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, por excesso de arrecadação no valor de R\$ 1.208.000,00 (um milhão duzentos e oito mil reais), mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa da seguinte dotação orçamentária.

05 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
05.001 Divisão de Planejamento
05.001.15.451.0003.1.187. OBRA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-CONV. 238/25-PR CIDADES
Fonte de Recurso: 1114- Obras De Iluminação Pública
(555) - 4.4.90.51.00.00 1114 OBRAS E INSTALAÇÕES R\$ 1.208.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL..... R\$ 1.208.000,00

Art. 2º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo 1º desta Lei, o Executivo Municipal utilizar-se-á do seguinte:

a) O produto do excesso de arrecadação proveniente da fonte de recursos 1114 - OBRAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - PR CIDADE CONV.238/2025-SECID
FONTE 1114 - OBRAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - PR CIDADE CONV.238/2025-SECID
Excesso de arrecadação no exercício corrente R\$ 1.208.000,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO..... R\$ 1.208.000,00

Art. 3º Ficam alteradas as ações da Lei nº 66, de 20/12/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2022/2025, onde o crédito aprovado na presente lei fica incluído no Anexo de Programações e Metas como ação, o Anexo de Metas e Prioridades da Lei nº 48, de 12/07/2024 que trata das Ações Prioritárias da Administração Pública Municipal, Diretrizes Gerais para a elaboração da Proposta Orçamentária e normas da Execução Financeira para 2025 (LDO), a Programação Financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso de 2025, no que couber.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 17 DE JULHO DE 2025.

ARMANDO CERCI JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

ESTADO DO PARANÁ,
PORTARIA Nº 404/2025, de 17 de Julho de 2025.

SUMULA: Dispõe sobre desistência definitiva de posse do candidato convocado para o cargo de MOTORISTA D no Processo Seletivo Simplificado - PSS, Edital 001/2025, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o Edital de Convocação publicado para o cargo de Motorista "D", referente ao PSS Edital001/2025, CONSIDERANDO a convocação do candidato BRUNO REBELLO RAMOS, classificado para o cargo de Motorista "D", na posição 16º;

CONSIDERANDO o protocolo do Termo de Desistência de Posse, assinado e entregue voluntariamente pelo candidato em 17 de julho de 2025, junto ao Departamento de Recursos Humanos;

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

I - Tornar pública a desistência definitiva de posse do candidato BRUNO REBELLO RAMOS, inscrito no CPF nº 092.XXX.498-XX convocado para o cargo de Motorista "D", o qual renunciou, de forma expressa, sua decisão de não tomar posse no referido cargo, conforme Termo de Desistência protocolado em 17/07/2025.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Piquiri, 17 de julho de 2025.

Giovane Mendes de Carvalho
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ,
PORTARIA Nº 404/2025, de 17 de Julho de 2025.

SUMULA: Dispõe sobre a ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO VALOR DE R\$ 1.208.000,00 (UM MILHÃO DUZENTOS E OITO MIL REAIS) DESTINADOS A CUSTEAR AS AÇÕES DE INFRAESTRUTURA URBANA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS).

O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E O PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONA A SEGUINTE LEI ORDINÁRIA:

Art. 1º Fica aberto na Contadoria da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste, um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, por excesso de arrecadação no valor de R\$ 1.208.000,00 (um milhão duzentos e oito mil reais), mediante a inclusão de rubricas e fontes de receita e despesa da seguinte dotação orçamentária.

05 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
05.001 Divisão de Planejamento
05.001.15.451.0003.1.187. OBRA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-CONV. 238/25-PR CIDADES
Fonte de Recurso: 1114- Obras De Iluminação Pública
(555) - 4.4.90.51.00.00 1114 OBRAS E INSTALAÇÕES R\$ 1.208.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL..... R\$ 1.208.000,00

Art. 2º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo 1º desta Lei, o Executivo Municipal utilizar-se-á do seguinte:

a) O produto do excesso de arrecadação proveniente da fonte de recursos 1114 - OBRAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - PR CIDADE CONV.238/2025-SECID
FONTE 1114 - OBRAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - PR CIDADE CONV.238/2025-SECID
Excesso de arrecadação no exercício corrente R\$ 1.208.000,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO..... R\$ 1.208.000,00

Art. 3º Ficam alteradas as ações da Lei nº 66, de 20/12/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2022/2025, onde o crédito aprovado na presente lei fica incluído no Anexo de Programações e Metas como ação, o Anexo de Metas e Prioridades da Lei nº 48, de 12/07/2024 que trata das Ações Prioritárias da Administração Pública Municipal, Diretrizes Gerais para a elaboração da Proposta Orçamentária e normas da Execução Financeira para 2025 (LDO), a Programação Financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso de 2025, no que couber.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 17 DE JULHO DE 2025.

ARMANDO CERCI JUNIOR
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ

LEI ORDINÁRIA Nº 34, DE 17 DE JULHO DE 2025

DISPÕE SOBRE AÇÕES PRIORITÁRIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA, E NORMAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA (LDO) A SEREM EXECUTADAS PELO MUNICÍPIO, NO EXERCÍCIO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E O PREFEITO MUNICIPAL SANCIONA A SEGUINTE LEI ORDINÁRIA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas para o exercício de 2026 as ações prioritárias da administração pública municipal, diretrizes gerais para elaboração da proposta orçamentária, e normas de execução financeira, em conformidade com o Plano Plurianual e suas alterações, com a Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e demais legislações que disciplinam a matéria, compreendendo:

I - das disposições preliminares;

II - metas fiscais;

III - ações prioritárias e metas da Administração Pública Municipal;

IV - disposições sobre alterações na legislação tributária;

V - estrutura e organização da lei orçamentária;

VI - diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos;

VII - normas relativas à execução financeira e orçamentária;

VIII - a seguridade social;

IX – as disposições gerais.

CAPÍTULO II

DAS METAS FISCAIS

Art. 2º Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2026 estão identificados nos Demonstrativos anexos a esta Lei, em conformidade com as Portarias nº 699/2023-STN e 989/2024-STN.

Parágrafo único. Os Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes estão obrigados por força do art. 63, inciso III, da LRF, a partir do exercício de 2005, a elaborar o Anexo de Metas Fiscais de que trata a Portaria nº 699/2023-STN e 989/2024-STN.

Art. 3º A Lei Orçamentária Anual abrangera as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º Os Demonstrativos de Metas Fiscais referidos no art. 2º estão nos Anexos desta Lei, constituindo-se das seguintes:

I - Demonstrativo das Metas Anuais;

II - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Avaliação da situação financeira e atuarial e Projeção Atuarial do RPPS;

VII - Estimativa e compensação de renúncias de receita;

VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

IX - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

X - Metas e Prioridades

Parágrafo único. Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

SEÇÃO I

DAS METAS ANUAIS

Art. 5º Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência e para os dois seguintes.

§ 1º Os valores constantes, utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação dentre os sugeridos pelas Portarias nº 699/2023-STN e 989/2024-STN.

§ 2º Os valores da coluna "PIB", serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100 (cem).

SUBSEÇÃO I

DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 6º Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

SUBSEÇÃO II

DAS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 7º De acordo com o § 2º, Item II, do art. 4º da LRF, os Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo único. Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices.

SUBSEÇÃO III

DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 8º O § 2º, inciso III, do art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser resgatados em despesas de capital, salvo se destinada por lei, aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Orçamento e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, estabelece de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo único. O Demonstrativo IV apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

SEÇÃO II

METODOLOGIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

SUBSEÇÃO I

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 9º O § 2º, inciso II, do art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo único. Em conformidade com as Portarias nº 699/2023-STN e 989/2024-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2026, 2027 e 2028.

SUBSEÇÃO II

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO

Art. 10 A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não - financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo único. O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

SUBSEÇÃO III

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL

Art. 11 O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo único. O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzida o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os P Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

SUBSEÇÃO IV

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 12 Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo único. Utiliza a base de dados de Balanços e Balanços para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2026, 2027 e 2028.

CAPÍTULO III

AÇÕES PRIORITÁRIAS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 13 As ações prioritárias, objetivos e metas desta Lei de Diretrizes Orçamentárias estarão de acordo com as Ações Programáticas estabelecidas no Anexo Metas e Prioridades constantes do Plano Plurianual que vigorar nos anos de 2026 a 2029 fixados em Lei Municipal.

CAPÍTULO IV

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 14 Os impactos decorrentes de modificações na legislação tributária ocorridas até 30 de agosto de 2025 serão considerados no cálculo de receitas da Lei Orçamentária Anual para 2026.

Art. 15 O Executivo Municipal, no decorrer do exercício seguinte, mediante a edição de ato próprio, poderá ajustar o orçamento em face de alterações na Legislação Tributária ocorridas até 31 de dezembro do exercício corrente, não consideradas até a vigência da presente Lei, em especial, quanto:

I - às modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão de Sistemas Tributários;

II - à concessão e ao redução de isenções fiscais;

III - à revisão de aliquotas dos tributos de competência;

IV - ao aperfeiçoamento do sistema de controle e cobrança da Dívida Ativa Municipal.

Art. 16 Os tributos municipais poderão ter um desconto de no máximo 10% (dez por cento) do valor lançado, caso seja pago dentro do prazo de vencimento.

Art. 17 O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 18 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 19 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

CAPÍTULO V

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 20 A Proposta Orçamentária será composta por:

I - legislação e resumos da receita, referentes aos orçamentos fiscal e próprio da administração direta;

II - orçamento fiscal, compreendendo os orçamentos dos Poderes Executivo e Legislativo;

III - orçamento do Fundo de Previdência Municipal;

Art. 21 Os Orçamentos Fiscal e próprio do Fundo de Previdência do Município discriminarão as receitas por sua natureza e as despesas por órgãos, unidades orçamentárias, projetos e os direitos, segundo a classificação funcional e natureza dos gastos, até o nível de modalidade de aplicação.

Art. 22 As programações dos Fundos Municipais de Saúde, Assistência Social, e dos Direitos da Criança e do Adolescente, serão abertas com unidades orçamentárias a que estiverem subordinadas.

Parágrafo único. O orçamento e o acompanhamento da execução orçamentária, financeira, patrimonial e a escrituração contábil do Fundo de Previdência Municipal será organizado de forma independente dos demais orçamentos do Município.

CAPÍTULO VI

DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 23 Dos montantes estabelecidos na proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2026 1% (um por cento) será consignado em Reserva de Contingência, para efeito do disposto no Inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 24 Serão classificados na dotação orçamentária sob o código 9.9.99.99 - Reserva de Contingência, os recursos consignados em Reserva de Contingência.

Art. 25 No Projeto de Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas fixadas segundo preços vigentes em 1º de agosto de 2025 (base de correção relativa a 31 de julho de 2025).

Parágrafo único. Os valores da receita e despesa apresentadas no Projeto de Lei Orçamentária Anual, poderão ser atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação de Índice Nacional de Preços ao Consumidor, considerado no período de agosto (inclusive) a novembro (inclusive) e previsão do respectivo índice para dezembro de 2025 e, ainda, corrigidos durante o exercício de 2026 pelo mesmo índice, trimestralmente.

Art. 26 O Projeto de Lei do Orçamento para 2026 destinará recursos para atender prioritariamente:

I - ao pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho do presente exercício;

II - as despesas com pessoal ativo, inativo e encargos sociais;

III - ao pagamento do serviço da dívida pública e da dívida para com o Fundo de Previdência Municipal, apurado segundo cálculo atuarial;

IV- as empréstimos e as contrapartidas de programas objeto de financiamentos;

V - a manutenção e desenvolvimento do ensino, de acordo com o artigo 212 da Constituição Federal e Emenda nº 14/96;

VI - ao custeio do plano complementar ao Sistema Único de Saúde.

Art. 27 O Poder Legislativo, até o dia 1 do mês de agosto do presente exercício, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, encaminhará a proposta orçamentária da Câmara em 7% (sete por cento) da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do art. 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, para fins de inclusão no Orçamento Geral do Município.

Parágrafo único. A previsão de cálculo das interfunções financeiras ao Legislativo será enviada por ocasião da apresentação do Projeto de Lei do Orçamento de 2026, o qual será enviado ao Legislativo até 30 de agosto de 2025.

Art. 28 As receitas do Orçamento Geral do Município serão programadas para atender prioritariamente gastos com pessoal e encargos sociais, encargos e principal da dívida, precatórios judiciais, manutenção das atividades e dos bens públicos e contrapartidas de financiamentos e de convênios recebidos de Órgãos Federais, autarquias, fundações e suas Secretarias e de Órgãos Estaduais, através de suas Secretarias de Estados e seus órgãos.

Parágrafo único. Os recursos do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital devido a atendidas as despesas de que trata este artigo.

Art. 29 O produto da alienação de bens e direitos pertencentes ao Poder Público Municipal será aplicado em favor do custeio do plano complementar ao Sistema Único de Saúde.

Parágrafo único. A lei poderá destinar parcela dos recursos a que se refere este artigo para custeio de despesas com o Regime de Previdência Municipal.

Art. 30 O Poder Executivo incluirá na previsão das receitas recursos à conta de Operações de Crédito a serem contratados até o limite das despesas de capital fixadas para o período.

§ 1º A programação das despesas a serem custeadas com recursos de operações de crédito não poderá

exceder o montante das despesas de capital fixadas no orçamento, salvo existência de lei específica autorizando a aplicação em despesas correntes, observado o disposto no inciso III, do art. 167 da Constituição Federal.

§ 2º O Poder Executivo fará constar da programação orçamentária da despesa custos com juros e outros encargos decorrentes da contratação de operação de crédito e de operações de crédito por antecipação de receita, observado o disposto na Seção IV, da Lei Complementar 101/00 e demais normas que regem a matéria.

Art. 31 Constará do Projeto de Lei Orçamentária demonstração dos efeitos sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões e qualquer benefício de natureza financeira, tributária e creditícia, citando as medidas que serão tomadas para compensar as renúncias de receitas e relativas a despesas decorrentes de obrigações de caráter continuado.

Art. 32 A programação da despesa destinada à cobertura dos gastos com pessoal e encargos sociais à conta de recursos do Orçamento Fiscal, será fixada em até 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida e não poderá exceder os seguintes limites:

I - 6% (seis por cento) para o Legislativo;

II - 65% (Cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Parágrafo único. Para fins de cálculo, entende-se como despesa com pessoal, disposto no art. 18, da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Art. 33 O Projeto de Lei Orçamentária considerará, na programação das despesas com pessoal, os efeitos da implantação do Plano de Cargos e Salários, da criação de cargos, do reequadramento de professores, de adicionais por tempo de serviço, decorrentes da recomposição inflacionária salarial aos servidores e agentes políticos.

§ 1º Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no caput neste artigo serão custeados com recursos do orçamento fiscal e próprios dos órgãos da administração direta.

§ 2º Na Lei Orçamentária anual, será destinado no mínimo 70% (setenta por cento) dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, para remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público, conforme o disposto na Emenda Constitucional nº 14/96 e Lei Federal 14.276/2021.

§ 3º Será destinado o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) para os dispêndios com as ações e serviços públicos de Saúde, nos termos da Emenda Constitucional nº 29 de 13 de setembro de 2000.

Art. 34 O Poder Executivo fica autorizado a incluir na Proposta Orçamentária para o exercício de 2026, custos com ampliação de ações nas áreas de educação, saúde, esporte, assistência social, cultura, infraestrutura, urbanismo, aperfeiçoamento administrativo, indústrias e de fomento a agropecuária e de estímulo ao comércio.

Parágrafo único. Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no caput deste artigo, correrão a conta de recursos do orçamento fiscal.

Art. 35 Para os efeitos do disposto no § 3º do art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e em consonância o § 2º do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021 consideram-se irrelevantes as despesas realizadas anualmente até o valor de R\$12.545,11 (doze mil, quinhentos e quarenta e cinco reais com onze centavos).

Art. 36 Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser incorporadas emendas que:

I - sejam compatíveis com as disposições do Plano Plurianual e da presente Lei;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes da anulação de despesas, excluídas as que:

a) incidam sobre dotações para pessoal ativo, inativo e seus encargos;

b) sobre o serviço da dívida;

c) sobre dotações custeadas com recursos provenientes de convênios, operações de crédito e outras formas de contrato, bem como de suas contrapartidas.

§ 1º As emendas individuais dos vereadores ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, de caráter impositivo, serão aprovadas até o limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida corrente no exercício anterior, sendo que metade desse percentual será destinada a serem beneficiadas com serviços públicos de saúde, nos termos do art. 166, §§ 9º e 11 da Constituição Federal e do art. 94-A da Lei Orgânica do Município de Cruzeiro do Oeste.

§ 2º As emendas impositivas deverão observar os mesmos critérios de compatibilidade com o Plano Plurianual e com esta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 3º A execução das programações orçamentárias decorrentes das emendas impositivas será obrigatória, salvo impedimentos de ordem técnica devidamente justificados, conforme art. 94-A, § 2º da Lei Orgânica Municipal.

Art. 37 É vedada a inclusão no projeto de lei orçamentária de créditos orçamentários com finalidade imprecisa, com dotação ilimitada, destinados a investimento com duração superior a um exercício que não esteja previsto no PPA ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 38 O Projeto de Lei Orçamentária contemplará recursos para concessão de auxílios, doações, transferências, formas de colaboração e subvenções a pessoas físicas e jurídicas, visando à promoção e desenvolvimento de ações de caráter assistencial, social, médico, educacional, cultural, esportivo, em suplementação aos recursos de origem privada aplicados a esses objetivos.

§ 1º Para consecução do proposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, acordos ou termos de colaboração com pessoas jurídicas interessadas na prestação de serviços, a existência de lei autorizatória específica e o disposto nos artigos 16 a 19 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 2º Não serão concedidos auxílios, doações, transferências e subvenções para cobertura de déficits ou prejuízos de pessoas jurídicas.

§ 3º Os programas de assistência social que contemplem fornecimento de remédios, cestas básicas, alimentação, e a cobertura de outras necessidades de pessoas físicas, deverão estar em conformidade com as normas do Sistema Único de Saúde - SUS e do diagnóstico social do município, estando previstos na Lei Orçamentária ou em Créditos Adicionais, e em normas complementares.

§ 4º No Projeto de Lei Orçamentária, em suas emendas e alterações, fica autorizado à inserção de projetos ou atividades cuja dotação orçamentária programada não seja suficiente à cobertura integral dos custos no decorrer do exercício, desde que não sejam identificadas instituições privadas a serem beneficiadas com transferências, auxílios e subvenções econômicas ou sociais, observadas as normas da Lei Complementar Federal nº 101/00 e Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 39 Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à cobertura de despesas de natureza institucional de caráter permanente.

§ 1º Na autorização prevista no caput deste artigo, se inclui os Consórcios Públicos Intermunicipais bem como atendimentos na área de saúde para municípios, conforme termo de parceria (ou instrumento congênera) a ser firmado entre as partes.

§ 2º Também poderá o Poder Executivo, mediante condições a serem estabelecidas em lei específica, celebrar convênios ou termos congêneres com associações de estudantes para o transporte de alunos para outros municípios.

Art. 40 Acompanhará o Projeto de Lei Orçamentária, relação, em ordem cronológica, das sentenças judiciais a serem pagas no exercício seguinte.

Art. 41 Ficam o Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo (incluído Fundo de Previdência Municipal), Recursos e Programações sustentadas com recursos do Poder Legislativo Municipal, e os termos da Constituição Federal, autorizados a abrem créditos Adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) dos orçamentos das despesas dos Poderes Executivo e Legislativo, respectivamente, nos termos da Legislação vigente.

Art. 42 Não sendo devolvido o Autógrafo de Lei orçamentária até o início do exercício de 2026 ao Poder Executivo, fica este autorizado a realizar a proposta orçamentária, até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de dados de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica às despesas na área de educação, saúde e assistência social, bem como às despesas da dívida pública municipal, podendo os gastos serem realizados em sua totalidade.

CAPÍTULO VII

DAS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 43 As programações de gastos, em qualquer dos orçamentos, de apresentar consonância com as prioridades governamentais estabelecidas no Plurianual e na presente Lei.

Art. 44 Os recursos recebidos pelo Município, provenientes de convênios, ajustes, acordos e outras formas de contratos e ou transferências efetuadas por outras esferas de governo ou pelo setor privado, deverão ser registrados como receita e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias, só podendo sofrer alteração por lei específica.

Art. 45 Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Executivo Municipal, com o objetivo de ajustar o montante de gasto à capacidade de arrecadação, estabeleçará, por meio de ato próprio, o Orçamento Liberado, as parcelas de dotações em Recursos a Programar e em Recursos Diferidos e o cronograma financeiro de desembolso.

§ 1º Entende-se por Orçamento Liberado, o produto

leis@ilustrado.com.br

Para confirmar a autenticidade acesse <https://www.cmcruzeirodoeste.pr.gov.br/validador-assinatura-e-digite-o-identificador>. 2IIIS-E6E8L-APSGH-MHXEX-SEA08

- Para confirmar a autenticidade acesse <https://www.cm.cruzeirodoeste.pr.gov.br/validador-assinatura-e-digite-o-identificador:211S-EfE8L-APSGH-MHXE-X-SE>.

cmcrzeirodoeste.pr.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: 2III5-E6E8L-APSGH-MHXEX-SE

Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse <https://www.cmcruzzero.doeste.pr.gov.br/validador-assinatura-e-digite-o-identificador-211S-E6E8L-APSGH-MHXE-X-SEAC6>

utras
ções
ro d
nove
rcici
esa
0
SO.
0
0
uzir
GOA

— Para confirmar a autenticidade acesse <https://www.cmcruzeirodoeste.pr.gov.br/validador-assinatura-e-digite-o-identificador:2III5E6E8L-APSGH-MHXEX-SEAC6>

— Para confirmar a autenticidade acesse <https://www.cmcruzeirodoeste.pr.gov.br/validador-assinatura> e digite o identificador: 2IIIS-E6E8L-APSGH-MHXEX-SE

www.cmcruzeirodoeste.pr.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: 2111S-E6E8L-APSGH-MHXEX-SE

GA
70
PR
728

co
ânc
io d
200

jult
rio d
e, a

peza
om
rtei
ncia
des
nsai
sen

form
la d
coro

gos
sivo
la L

pa
co
ênc
nes

julh
sivo
07 d

— Para confirmar a autenticidade acesse <https://www.cmcruzelrodoeste.pr.gov.br/validador-assinatura-e-digite-o-identificador-211S-E6E8L-APSGH-MHX-SEAC6>

 raná

- Para confirmar a autenticidade acesse <https://www.cmcruzeirodoeste.pr.gov.br/validador-assinatura> e digite o identificador: 21115-E6E8L-APSGH-MHXEX-SEAC

 raná

cmcrzuzeroeste.pr.gov.br/validador-assinatura e digite o identificador: 2III5-E5E8L-APSGH-MHXEX-SEA

çõe
ro d
inco

...a sec
01-2
ula c
de, c
naz
do D
ulas
no lo
para
35,0
cidad
lidad
esme
ntra
con
reac
Term
pens

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

AMF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS												
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS METAS ANUAIS 2026												
AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)												
ESPECIFICAÇÃO	2026				2027				2028			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante (b)	% PIB (c)	% RCL (d)	Valor Corrente (e)	Valor Constante (f)	% PIB (g)	% RCL (h)	Valor Corrente (i)	Valor Constante (j)	% PIB (k)	% RCL (l)
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	166.684.256,36	153.944.663,43	0,02%	122,90%	169.290.845,34	156.057.195,29	0,02%	124,08%	179.448.266,18	159.850.611,24	0,02%	126,26%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	155.614.604,42	148.561.109,90	0,02%	119,20%	164.194.512,94	151.359.248,61	0,02%	120,34%	174.646.183,71	155.038.487,58	0,02%	121,49%
Receitas Primárias Correntes	13.080.111,32	12.970.617,46	0,00%	100,64%	142.489.683,64	131.351.109,37	0,00%	100,49%	151.039.084,65	134.543.973,32	0,00%	100,43%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	21.086.396,25	20.100.876,96	0,00%	100,09%	22.154.473,94	20.624.477,36	0,00%	100,36%	23.485.964,43	20.920.624,63	0,00%	100,39%
Transferências Correntes	11.618.054,56	10.831.881,77	0,01%	93,49%	117.757.047,56	108.551.850,62	0,01%	96,31%	124.822.404,61	111.190.513,46	0,01%	97,13%
Demais Receitas Primárias Correntes	2.481.966,52	2.337.153,69	0,00%	93,79%	2.578.926,81	2.374.791,39	0,00%	92,09%	2.730.725,63	2.432.907,23	0,00%	89,19%
Receitas Primárias de Capital	20.573.298,10	19.691.125,24	0,00%	95,76%	21.704.829,49	20.008.119,28	0,00%	91,91%	23.007.119,28	20.494.494,26	0,00%	89,10%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	157.080.081,11	149.174.970,49	0,02%	120,94%	166.584.587,01	153.862.486,24	0,02%	122,09%	176.759.684,17	157.265.361,15	0,02%	123,36%
Despesa Primária (EXCETO FONTES RPPS) (II)	154.601.029,49	147.446.372,97	0,02%	117,99%	162.528.786,39	149.820.044,95	0,02%	110,12%	172.792.745,85	153.461.598,14	0,02%	120,25%
Despesas Primárias Correntes	121.584.577,23	116.371.149,72	0,02%	95,12%	128.271.728,97	118.244.587,92	0,02%	94,01%	135.968.632,71	121.118.860,42	0,02%	94,91%
Pessoal e Encargos Sociais	63.661.464,68	60.931.728,86	0,01%	95,76%	67.162.844,86	63.913.651,70	0,01%	95,23%	71.192.152,81	63.447.617,65	0,01%	92,51%
Outras Despesas Correntes	57.923.113,19	55.439.420,86	0,01%	95,70%	61.108.884,41	56.331.926,22	0,01%	94,79%	64.775.417,48	57.701.244,86	0,01%	92,51%
Despesa Primária de Capital	30.265.898,39	28.848.978,28	0,00%	95,31%	34.365.844,86	30.913.020,61	0,00%	92,78%	37.523.932,23	30.133.078,12	0,00%	89,09%
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	2.221.461,07	2.126.207,09	0,00%	95,76%	2.343.641,43	2.160.438,42	0,00%	92,78%	2.484.269,91	2.212.952,00	0,00%	89,13%
Despesa Total COM FONTES RPPS (III)	18.620.425,13	18.719.748,62	0,02%	100,57%	18.765.996,66	18.236.895,34	0,02%	100,16%	18.658.964,26	18.324.760,08	0,02%	100,16%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	13.095.079,75	12.495.289,77	0,02%	100,02%	137.132.824,89	126.405.614,86	0,02%	100,50%	143.981.074,31	128.256.799,67	0,02%	100,50%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	133.764.788,01	128.839.999,24	0,02%	102,45%	140.455.127,41	129.475.596,80	0,02%	102,94%	147.477.853,78	131.571.119,06	0,02%	102,94%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	131.525.492,23	125.838.600,91	0,02%	100,73%	135.899.666,65	127.396.265,20	0,02%	100,23%	145.064.626,28	129.168.821,13	0,02%	100,22%
Despesa Primária (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	1.582.680,73	1.514.816,69	0,00%	1,21%	1.669.728,17	1.539.203,70	0,00%	1,22%	1.769.911,96	1.576.614,84	0,00%	1,24%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (I) - (III - IV)	1.946.715,84	1.909.213,08	0,00%	1,035%	2.094.683,15	1.936.755,01	0,00%	1,046%	2.220.121,33	1.977.687,61	0,00%	1,10%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativas (Exceto RPPS)	482.200,00	461.523,74	0,00%	0,37%	506.310,00	466.731,39	0,00%	0,37%	531.623,50	475.566,27	0,00%	0,37%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivas (Exceto RPPS)	86.400,00	81.724,13	0,00%	0,07%	89.670,00	82.660,46	0,00%	0,07%	94.155,58	83.702,52	0,00%	0,07%
Divida Pública Consolidada (DCL)	8.023.325,18	7.679.292,86	0,00%	6,15%	8.464.608,07	7.802.920,42	0,00%	6,20%	8.972.484,55	7.992.592,69	0,00%	6,26%
Divida Consolidada Líquida (DCL)	4.644.075,37	4.359.183,93	0,00%	5,09%	4.709.499,52	4.441.559,29	0,00%	5,14%	4.743.069,49	4.416.625,95	0,00%	5,19%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	5.564.030,01	5.411.397,90	0,00%	97,27%	5.760.051,61	5.466.124,31	0,00%	94,73%	5.945.484,76	5.550.573,37	0,00%	93,38%
NOTA: A elaboração deste demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06 (F) - Anexo 6 da Parte III da LRF. Portanto, no cálculo do Resultado Primário (SEM RPPS) - acima da linha, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes de RPPS. Estas serão apresentadas de forma separada, com impacto apenas no cálculo do Resultado Primário (COM RPPS) - acima da linha, para fins de transparência. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros de RPPS no cálculo do Resultado Nominal (SEM RPPS) - abaixo da linha.												
RS 1,00												
Parâmetros	2026	2027	2028		2026	2027	2028		2026	2027	2028	
PIB nominal	779.540.000,00	868.540.000,00	948.965.100,00		779.540.000,00	868.540.000,00	948.965.100,00		779.540.000,00	868.540.000,00	948.965.100,00	
Receita Corrente Líquida - RCL	130.964.147,09	128.439.039,24	140.200.393,00		130.964.147,09	128.439.039,24	140.200.393,00		130.964.147,09	128.439.039,24	140.200.393,00	
Despesa	1.048	1.048	1.048		1.048	1.048	1.048		1.048	1.048	1.048	

AMF/Tabela 2 - DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR											
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2026											
AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)											
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2024			Metas Realizadas em 2024			Variação				
	(a)	% PIB	% RCL	(b)	% PIB	% RCL	Valor (c) = (b-a)		% (c/a) x 100		
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	117.299.934,48	0,016%	95,21%	138.781.377,59	0,019%	122,08%	21.481.443,11		18,31		
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	111.531.385,48	0,015%	90,53%	117.211.967,66	0,016%	103,11%	5.680.582,18		5,09		
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	114.695.060,96	0,016%	93,10%	143.793.042,08	0,020%	126,49%	29.097.981,12		25,37		
Despesa Primária (EXCETO FONTES RPPS) (II)	112.558.580,89	0,015%	91,37%	126.883.033,12	0,018%	111,62%	14.324.444,23		12,73		
Receita Total (COM FONTES RPPS)	130.144.214,48	0,018%	105,64%	151.926.804,78	0,021%	113,65%	21.782.590,30		16,74		
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	124.376.263,48	0,017%	100,96%	130.357.394,85	0,018%	114,67%	5.981.129,37		4,81		
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	127.396.940,96	0,017%	101,41%	155.975.024,67	0,022%	117,21%	28.578.083,71		22,43		
Despesa Primária (COM FONTES RPPS) (IV)	125.260.468,89	0,017%	101,68%	139.065.015,71	0,020%	122,33%	13.804.546,82		11,02		
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	469.757,94	0,000%	0,38%	42.941,18	0,000%	0,04%	-426.816,76		-90,86		
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (V) = (V) - (III - IV)	1.899.757,94	0,000%	1,54%	14.791,18	0,000%	0,13%	-1.755.966,76		-92,43		
Divida Consolidada (DCL)	7.225.121,31	0,001%	5,86%	23.644.196,41	0,003%	20,89%	16.419.075,10		227,25		
Divida Consolidada Líquida (DCL)	4.840.083,36	0,001%	6,84%	7.763.673,60	0,001%	6,83%	2.923.590,24		60,40		
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	2.162.087,73	0,000%	1,75%	18.772.031,28	0,003%	16,51%	16.609.943,55		768,24		
FONTE: Sistema Elathec											
NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06 (F) - Anexo 6 da Parte III da LRF. Portanto, no cálculo do Resultado Primário (SEM RPPS) - acima da linha, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes de RPPS. Estas serão apresentadas de forma separada, com impacto apenas no cálculo do Resultado Primário (COM RPPS) - acima da linha, para fins de transparência. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo do Resultado Nominal (SEM RPPS) - abaixo da linha.											
RS 1,00											
Parâmetros	Valor Previsto 2024	Valor Realizado 2024			Valor Previsto 2024	Valor Realizado 2024					
PIB nominal	739.218.000,00	713.000.000,00			739.218.000,00	713.000.000,00					
Receita Corrente Líquida - RCL - ajustada	125.196.389,75	115.678.253,09			125.196.389,75	115.678.253,09					

AMF/Tabela 3 - DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES												RS 1,00	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES													
AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)													
ESPECIFICAÇÃO	2022				2023				VALORES A PREÇOS CORRENTES				2027
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032		
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	105.885.383,10	111.742.231,51	5,59%	138.781.377,59	24,23%	145.461.518,13	5,09%	145.461.518,13	5,09%	145.461.518,13	5,09%	145.461.518,13	5,09%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	107.241.491,02	117.211.967,66	10,35%	117.211.967,66	10,35%	127.072.566,04	5,09%	127.072.566,04	5,09%	127.072.566,04	5,09%	127.072.566,04	5,09%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	102.087.717,71	109.251.391,39	7,06%	143.793.042,08	31,64%	150.982.094,18	5,09%	150.982.094,18	5,09%	150.982.094,18	5,09%	150.982.094,18	5,09%
Despesa Primária (EXCETO FONTES RPPS) (II)	106.779.782,25	107.086.068,09	0,95%	128.893.033,12	18,36%	133.227.184,78	5,09%	133.227.184,78	5,09%	133.227.184,78	5,09%	133.227.184,78	5,09%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	116.290.292,23	124.865.148,43	7,12%	151.926.804,78	21,97%	159.523.145,02	5,09%	159.523.145,02	5,09%	159.523.145,02	5,09%	159.523.145,02	5,09%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	117.646.089,29	119.071.292,24	12,14%	128.271.728,97	9,40%	138.875.264,95	5,09%	138.875.264,95	5,09%	138.875.264,95	5,09%	138.875.264,95	5,09%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	111.511.151,19	120.066.858,08	7,67%	155.975.024,67	29,91%	161.775.759,05	5,09%	161.775.759,05	5,09%	161.775.759,05	5,09%	161.775.759,05	5,09%
Despesa Primária (COM FONTES RPPS) (IV)	116.203.817,75	118.021.008,70	1,57%	139.065.015,71	17,82%	146.018.266,99	5,09%	146.018.266,99	5,09%	146.018.266,99	5,09%	146.018.266,99	5,09%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (I - II)	7.030.222,66	467.380,51	-90,69%	42.941,18	-90,69%	45.088,24	5,09%	45.088,24	5,09%	45.088,24	5,09%	45.088,24	5,09%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VII) = (III - IV)	5.919.692,25	2.468.602,02	-73,13%	14.791,18	-99,96%	15.980,74	5,09%	15.980,74	5,09%	15.980,74	5,09%	15.980,74	5,09%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VIII) = (VII - IV)	9.422.360,07	2.468.602,02	-73,13%	26.464.196,41	241,61%	24.836.492,23	5,09%	24.836.492,23	5,09%	24.836.492,23	5,09%	24.836.492,23	5,09%
Resultado Secundário (COM RPPS) - Abaixo da Linha (IX) = (VIII - IV)	9.623.608,93	2.468.602,02	-73,13%	17.673.640,40	-196,79%	8.151.787,28	5,09%	8.151.787,28	5,09%	8.151.787,28	5,09%	8.151.787,28	5,09%
Resultado Normal (COM RPPS) - Abaixo da Linha (X) = (IX - IV)	5.860.519,65	2.069.131,17	-65,51%	18.775.021,28	-101,05%	-19.703.623,84	5,09%	-19.703.623,84	5,09%	-19.703.623,84	5,09%	-19.703.623,84	5,09%
VALORES A PREÇOS CONSTANTES													
ESPECIFICAÇÃO	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032		
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	122.022.315,53	122.217.217,41	0,09%	143.484.518,13	18,99%	153.968.233,14	8,81%	153.968.233,14	8,81%	153.968.233,14	8,81%		
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	122.583.959,25	126.281.191,19	3,01%	122.273.305,79	5,99%	130.038.181,81	6,39%	141.685.251,09	8,69%	156.348.704,92	11,81%		
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	117.645.855,09	119.555.046,96	1,58%	159.738.246,99	33,94%	159.528.147,94	5,09%	176.309.797,94	7,16%	191.180.127,87	8,17%		
Despesa Primária (EXCETO FONTES RPPS) (II)	122.053.139,70	117.329.209,99	-6,65%	131.031.483,62	13,49%	140.767.843,31	5,09%	155.540.669,95	8,16%	169.248.191,19	8,81%		
Receita Total (COM FONTES RPPS)	134.012.257,71	136.156.584,96	1,53%	159.264.869,41	17,91%	168.552.147,94	5,09%	180.319.990,04	6,00%	201.624.772,81	8,16%		
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	135.575.512,96	132.023.526,36	-2,63%	136.651.687,02	4,46%	146.642.494,27	4,09%	159.769.691,41	8,16%	178.383.352,28	8,81%		
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	128.566.455,75	131.014.155,36	1,91%	173.043.571,95	33,39%	173.043.571,95	5,09%	191.301.262,95	6,00%	204.604.614,64	8,16%		
Despesa Primária (COM FONTES RPPS) (IV)	131.513.279,55	129.168.142,32	-1,55%	145.781.855,97	12,45%	154.282.306,98	5,09%	174.673.989,98	10,09%	185.691.422,46	8,81%		
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (I - II)	8.770.819,55	4.962.986,20	-43,81%	40.666,12	-99,81%	47.602,12	5,09%	52.679,09	5,09%	57.779,12	8,81%		
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VII) = (III - IV)	9.900.065,15	2.697.790,14	-72,75%	150.736,29	-99,81%	159.226,35	5,09%	176.267,80	10,09%	191.802,64	8,81%		
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VIII) = (VII - IV)	10.858.765,66	2.751.328,83	-74,64%	24.976.721,39	229,11%	26.221.502,80	5,09%	28.984.112,40	10,09%	31.595.925,29	8,81%		
Resultado Secundário (COM RPPS) - Abaixo da Linha (IX) = (VIII - IV)	11.090.560,61	8.787.180,23	-21,02%	31.816.093,1	192,82%	8.613.252,46	5,09%	45.517.162,68	10,09%	50.355.941,78	8,81%		
Resultado Normal (COM RPPS) - Abaixo da Linha (X) = (IX - IV)	6.897.234,44	2.215.370,97	-68,24%	19.768.720,39	186,19%	30.328.254,66	8,81%	21.011.448,80	10,09%	25.070.955,27	8,81%		
NOTA: A observação desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo descrita no item 01.0.0.0 - Anexo da Lei nº 81, de 1993. Para cálculo de Resultado Primário (SEM RPPS) e Resultado Primário (COM RPPS), não devem ser considerados os recursos de origem não fiscal. Em caso de operação de fonte especial, com impacto negativo no cálculo de Resultado Primário (COM RPPS), acima da linha, deve ser considerada. Também não deve ser considerado o impacto, desdobramento de caixa e transferências financeiras. Resultado Primário (SEM RPPS) e Resultado Primário (COM RPPS) - Abaixo da Linha													
TABELAS													
2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032			
0,57%	0,57%	0,60%	0,63%	0,66%	0,69%	0,72%	0,75%	0,78%	0,81%	0,84%			
0,1540	0,1540	0,1540	0,1540	0,1540	0,1540	0,1540	0,1540	0,1540	0,1540	0,1540			
Fundos de Previdência													
Receitas	10.404.909,07	12.850.921,12	13.145.427,19										
Despesas	9.423.499,59	10.885.440,61	12.181.982,59										
Resultado Primário	981.409,59	2.070.580,51	963.444,60										

leis@ilustrado.com.br

Ordem	Prioridade	Aprovação	Orçamento	Ofício	Precatório	Natureza	Tribunal	Autos do precatório	Valor	Devidor	Situação
1	Idade	28/04/2023 13:04	2025	2023	9027929	Alimentar	TJPR	0000xxx-46.xxxx.8.16.7000	134.050,99	Pagamento em Processamento	
2	Normal	07/05/2020 12:47	2021	2020	901616	Comum	TJPR	0000xxx-19.xxxx.8.16.7000	42.177,59	Pagamento em Processamento	
3	Normal	20/08/2020 15:39	2022	2020	905515	Alimentar	TJPR	0000xxx-72.xxxx.8.16.7000	26.366,62	Pagamento em Processamento	
4	Normal	09/06/2021 15:15	2022	2021	904190	Alimentar	TJPR	0000xxx-85.xxxx.8.16.7000	11.516,45	Pagamento em Processamento	
5	Normal	09/06/2021 15:15	2022	2021	904191	Alimentar	TJPR	0000xxx-70.xxxx.8.16.7000	11.516,45	Pagamento em Processamento	
6	Normal	09/06/2021 15:15	2022	2021	904192	Alimentar	TJPR	0000xxx-55.xxxx.8.16.7000	11.516,45	Pagamento em Processamento	
7	Normal	09/06/2021 15:15	2022	2021	904193	Alimentar	TJPR	0000xxx-40.xxxx.8.16.7000	11.516,45	Pagamento em Processamento	
8	Normal	09/06/2021 15:16	2022	2021	904194	Alimentar	TJPR	0000xxx-25.xxxx.8.16.7000	11.516,45	Requisitado	
9	Normal	09/06/2021 15:18	2022	2021	904195	Alimentar	TJPR	0000xxx-10.xxxx.8.16.7000	167.284,25	Requisitado	
10	Normal	09/03/2021 14:17	2022	2021	901310	Comum	TJPR	0000xxx-26.xxxx.8.16.7000	79.198,27	Suspensão	
11	Normal	18/03/2021 15:44	2022	2021	904330	Comum	TJPR	0000xxx-22.xxxx.8.16.7000	63.625,63	Requisitado	
12	Normal	18/03/2021 15:45	2022	2021	904331	Comum	TJPR	0000xxx-07.xxxx.8.16.7000	69.585,03	Requisitado	
13	Normal	21/05/2021 15:54	2022	2021	903446	Comum	TJPR	0000xxx-79.xxxx.8.16.7000	17.217,48	Requisitado	
14	Normal	24/03/2023 13:28	2023	2022	902334	Alimentar	TJPR	0000xxx-32.xxxx.8.16.7000	64.139,81	Requisitado	
15	Normal	31/03/2022 17:07	2023	2022	903128	Alimentar	TJPR	0000xxx-40.xxxx.8.16.7000	54.303,52	Requisitado	
16	Normal	24/03/2021 17:00	2023	2021	907286	Comum	TJPR	0000xxx-81.xxxx.8.16.7000	23.847,64	Requisitado	
17	Normal	13/10/2021 10:42	2023	2021	907546	Comum	TJPR	0000xxx-19.xxxx.8.16.7000	55.042,39	Requisitado	
18	Normal	30/03/2022 14:24	2023	2022	902630	Comum	TJPR	0000xxx-88.xxxx.8.16.7000	131.257,84	Requisitado	
19	Normal	11/07/2022 14:52	2024	2022	905359	Alimentar	TJPR	0000xxx-76.xxxx.8.16.7000	81.445,05	Requisitado	
20	Normal	08/09/2022 16:35	2024	2022	906394	Alimentar	TJPR	0000xxx-52.xxxx.8.16.7000	190.586,24	Requisitado	
21	Normal	27/10/2022 16:24	2024	2022	907552	Comum	TJPR	011xxx-69.xxxx.8.16.7000	148.728,15	Requisitado	
22	Normal	18/04/2023 12:16	2025	2023	902614	Alimentar	TJPR	0000xxx-15.xxxx.8.16.7000	24.918,30	Requisitado	
23	Normal	28/04/2023 13:04	2025	2023	902729	Alimentar	TJPR	0000xxx-46.xxxx.8.16.7000	9.134,61	Requisitado	
24	Normal	14/03/2024 15:45	2025	2024	904361	Alimentar	TJPR	0000xxx-28.xxxx.8.16.7000	33.738,16	Requisitado	
25	Normal	17/08/2023 16:29	2025	2023	904397	Comum	TJPR	0000xxx-34.xxxx.8.16.7000	29.092,99	Requisitado	
26	Normal	04/12/2023 15:19	2025	2023	907403	Comum	TJPR	001xxx-72.xxxx.8.16.7000	52.543,95	Requisitado	
27	Normal	14/03/2024 12:38	2025	2024	904120	Comum	TJPR	0000xxx-88.xxxx.8.16.7000	82.067,48	Requisitado	
28	Normal	14/03/2024 15:45	2025	2024	901360	Comum	TJPR	0000xxx-13.xxxx.8.16.7000	421.727,06	Requisitado	
29	Normal	29/04/2024 13:29	2026	2024	905591	Alimentar	TJPR	0000xxx-33.xxxx.8.16.7000	41.705,27	Requisitado	
30	Normal	29/05/2024 12:33	2026	2024	907014	Alimentar					

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

www.electr.com.br 04/06/2025

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 22/2025
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024
PEDRO MINOURI INOUE - Prefeito do Município de Cafetal do Sul-PR, usando das suas atribuições legais, e,
CONSIDERANDO a realização do Concurso Público, através do Edital n.º 01/2024, homologado pelo Decreto n.º 035/2025, de 30/01/2025;
CONSIDERANDO que o candidato ALEX SANDRO RINCO DE OLIVEIRA, aprovado em 6º lugar para o cargo de Motorista Nível III, convocado pelo Edital nº 21/2025, não atendeu a convocação; e
CONSIDERANDO os Ofícios nº 36/2025 e nº 42/2025 do Secretário Municipal de Saúde,
RESOLVE:

Art. 1º - CONVOCAR os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público aberto pelo Edital nº 01/2024, para comparecerem entre os dias 18/07/2025 a 23/07/2025, das 08:30 horas às 12:00 horas, no Auditório denominado Felisberto Ferreira de Andrade, localizado no piso superior do Paço Municipal, na Avenida Italo Orecelli, nº 604, Centro, CEP: 87.565-000, em Cafetal do Sul, Estado do Paraná e entregarem os documentos comprobatórios exigidos neste Edital ou solicitados pela Comissão Constituída Especialmente para tal fim, à saber:
MOTORISTA - NÍVEL III (40 HORAS)

Classificação	AC	AFRO	PCD		INSCR.	NOTA FINAL
7				OZIEL PEREIRA DA SILVA	27849	157,00
MOTORISTA - NÍVEL IV (40 HORAS)	AC	AFRO	PCD		INSCR.	NOTA FINAL
3				ADAIR MARCELI DOS SANTOS	26696	159,00
PSICÓLOGO(A) (20 HORAS)	AC	AFRO	PCD		INSCR.	NOTA FINAL
2				CARLA RAIANE TOMAZINI	27366	64,00

§ 1º. Os convocados deverão comparecerem perante a Comissão Especial munido dos seguintes documentos:

- a) Xerox e original da Certidão de Casamento ou Nascimento;
 - b) Xerox e original da CPF;
 - c) Xerox e original da Cédula de Identidade (RG);
 - d) Xerox e original do PIS ou PASEP;
 - e) Xerox e original do Título Eleitoral;
 - f) Último comprovante de votação ou Certidão da Justiça Eleitoral;
 - g) Certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residu nos 5 (cinco) últimos anos;
 - h) Xerox e Original Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
 - i) Xerox e Original do documento comprobatório do Grau de Escolaridade;
 - j) 01 (uma) foto 3x4 recente, tirada de frente;
 - k) Comprovante de Residência (Água ou Luz) - no nome do candidato;
 - l) Xerox e original da Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos;
 - m) Xerox da Carteira de Vacinação dos filhos até 6 (seis) anos;
 - n) Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação (candidatos do sexo masculino)
 - o) Comprovante de Conta Corrente ou Conta Salário no Banco Bradesco;
 - p) Comprovação de Regularidade Fiscal com o Estado, mediante a exibição de Certidão Negativa de Débito;
 - q) Declaração preenchida e assinada com firma reconhecida de que não ocupa cargo ou recebe proventos de aposentadoria que impeçam a acumulação de cargos públicos;
 - r) Declaração preenchida e assinada com firma reconhecida de que não sofreu sanção impeditiva do exercício de cargo, função ou emprego público, e
 - s) Declaração de Aferedescendente preenchida e assinada com firma reconhecida, se for o caso.
- § 2º. Os convocados a cargos que exigem escolaridade mínima, categoria de CNH e habilitação profissional junto a órgão de classe deverão apresentar os respectivos documentos na data e horário estabelecidos no caput;
- § 3º. O procurador deverá estar munido da procuração pública ou privada com reconhecimento de firma por verdadeiro, com poderes plenos para representar o outorgante perante o Município de Cafetal do Sul para os fins do Concurso Público do Edital nº 01/2024 e assumir compromissos de comparecimento em exame médico legal.

Art. 2º - Entregues os documentos previstos no artigo anterior e verificada a falta de algum deles, a Comissão Especial Municipal notificará imediatamente o convocado para que no prazo de 02 (dois) dias úteis complete as informações, dados ou documentos faltantes, sob pena de perda da vaga, conforme previsão do item 18.4 do Edital Inicial do Concurso Público.

Art. 3º - Sendo a documentação de acordo com o previsto no § 1º do Art. 1º, a Comissão Especial Municipal imediatamente providenciará o agendamento da data e local para o candidato realizar o exame médico que atestará a capacidade laborativa e cognitiva. O médico poderá requisitar exames que deverá ser realizado e custeado pelo convocado e apresentado no prazo concedido pela Comissão Especial Municipal. O não comparecimento do convocado para o exame ou a não apresentação dos documentos médicos eventualmente solicitados acarretará a perda da vaga.

Art. 4º - Após aprovação nos Exames Médicos será providenciada a publicação do ato normativo de investidura do convocado no cargo, devendo o contratado se apresentar no dia útil imediatamente posterior no setor de Recursos Humanos que o encaminhará para a Secretaria em que estiver lotado.

Art. 5º - Não serão aceitas cópias ilegíveis de nenhum dos documentos acima citados, sendo de responsabilidade do candidato certificar-se que as cópias estão legíveis antes de apresentá-las no Departamento de Recursos Humanos.

Art. 6º - Executadas as diligências excepcionais previstas no Art. 2º, não serão aceitas entregas de documentos parciais, sendo que o candidato deverá comparecer apenas quando estiver de posse de TODOS os documentos listados acima que se apliquem a sua situação.

Art. 7º - O não atendimento no prazo fixado ou o não comparecimento no exame médico, implicará em perda automática à vaga, sendo considerada como desistente e substituída, na sequência, pela imediatamente classificada.

Art. 8º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Cafetal do Sul - PR, em 16 de julho de 2025.

PEDRO MINOURI INOUE

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO INDEVIDO DE CARGOS PÚBLICOS

Eu, _____, portador do CPF _____ e do RG _____, residente à _____

_____, servidor público _____ no cargo de _____, junto

à _____, declaro, sob as penas da lei, que:

1. Não exerço, de forma concomitante, outro cargo, emprego ou função pública, bem como não recebo proventos de aposentadoria que possam configurar acúmulo indevido, exceto nos casos expressamente permitidos pela Constituição Federal e demais legislações aplicáveis;
2. Caso ocupe mais de um cargo público, estou ciente da necessidade de comprovar a compatibilidade de horários, conforme exigido pela legislação vigente;
3. Comprometo-me a informar imediatamente à administração qualquer alteração na minha situação funcional que possa caracterizar acúmulo indevido de cargos públicos ou percepção irregular de proventos de aposentadoria;
4. Tenho ciência de que a omissão ou falsidade nas informações prestadas poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, conforme disposto na legislação em vigor.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração para os devidos fins legais. Cafetal do Sul-PR, ____ de julho de 2025.

NOME DO CANDIDATO

(Reconhecer Firma)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE SANÇÃO IMPEDITIVA PARA EXERCÍCIO DE CARGO, FUNÇÃO OU EMPREGO PÚBLICO

Eu, _____, portador do CPF _____ e do RG nº _____, residente à _____, cidade: _____,

_____, DECLARO, sob as penas da lei, que:

1. Não fui condenado por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial ou administrativo competente que me impeça de exercer cargo, função ou emprego público, nos termos da legislação vigente;
 2. Não sou penalidade administrativa, civil ou penal que resulte em minha inabilitação para o exercício de função pública em qualquer esfera do governo;
 3. Estou ciente de que a omissão ou falsidade desta declaração poderá acarretar responsabilização administrativa, civil e penal, conforme previsto na legislação aplicável.
- Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração para os devidos fins legais. Cafetal do Sul-PR, ____ de julho de 2025.

NOME DO CANDIDATO

(Reconhecer Firma)

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE AUTODECLARAÇÃO COMO AFRODESCENDENTE

Eu, _____, portador do CPF _____ e do RG _____, residente à _____, cidade _____,

_____, DECLARO, sob as penas da lei, para os devidos fins, que me autodeclaro AFRODESCENDENTE, conforme os critérios estabelecidos pela legislação vigente e pelas políticas públicas de promoção da igualdade racial.

Declaro, ainda, estar ciente de que a presente autodeclaração poderá ser objeto de verificação por meio dos mecanismos de heteroidentificação, conforme previsto na legislação aplicável.

Tenho ciência de que a falsidade desta declaração poderá acarretar a aplicação de penalidades administrativas, civis e penais, nos termos da legislação vigente.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração para os devidos fins legais. Cafetal do Sul-PR, ____ de julho de 2025.

NOME DO CANDIDATO

(Reconhecer Firma)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

TERMO ADITIVO Nº 96/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145 / 2022

REF. CONTRATO Nº 306/2022

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Armando Cerci Junior, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG sob n.º XX2.150-X e do CPF sob n.º XX0.071.879-XX, residente e domiciliado nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a CONTRATADA: Lourdes Aparecida do Nascimento, portadora do CPF n.º 211.XXX.XXX-49, situada na Avenida Guedner, cidade de Maringá, estado do Paraná.

As partes têm entre si justo e acertado na melhor forma de direito, o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira: Este instrumento tem por objeto Locação de Imóvel Urbano – Área de 490,00 m², localizado no lote 20, da quadra nº12, com frente para a Rua João Ormindo de Resende, num extensão de 14,00 metros; Lateral direita: para o lote nº 19 numa extensão de 35,00 metros; Lateral esquerda: para os lotes n.ºs 01, 02 e 03, numa extensão de 35,00 metros e Fundos: para o lote nº06, numa extensão de 14,00 metros. Imóvel Comercial Localizado no centro da cidade de Cruzeiro do Oeste/PR, possuindo edificação de sala comercial de alvenaria no total de 517,48m². Cláusula Segunda: O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Dispensa 74/2022, na forma da Lei n.º 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.

Cláusula Terceira: Pelo presente Termo Aditivo, as partes, de comum acordo, resolvem reajustar o valor do Contrato n.º 306/ 2022, com fundamento no Decreto n.º 178/2022, Art. 3º, que estabelece a aplicação do índice IPCA como parâmetro de correção. Em razão disso, o valor mensal contratado de R\$ 2.603,60 (dois mil, seiscentos e 3 reais e sessenta centavos) passa a ser de R\$ 2.742,10 (dois mil, setecentos e quarenta e dois reais e dez centavos). Termo aditivo de valor elaborado conforme solicitação e justificativa apresentadas no memorando n.º 2025003404.

Cláusula Quarta: As partes comprometem-se a manterem as mesmas condições estabelecidas pela licitação Dispensa 74/2022 que não colidirem com as disposições deste aditivo, obedecendo ao Contrato n.º 306 / 2022

Cruzeiro do Oeste, 16 de julho de 2025.

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

LOURDES APARECIDA DO NASCIMENTO

Contratada

Sra. Eliane Salzer

Secretária Municipal

Testemunhas:

1 _____

2 _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná

TERMO ADITIVO Nº 136 /2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 184 / 2022

REF. CONTRATO Nº 382/2022

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Armando Cerci Junior, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG sob n.º XX2.150-X e do CPF sob n.º XX0.071.879-XX, residente e domiciliado nesta cidade, ora em diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a CONTRATADA: PUBLIPREV CONSULTORIA PREVIDENCIÁRIA S/S LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 07.702.568/0001-31 situada na Rua José Bonifácio, cidade de Loanda, estado do PR neste ato representada por seu representante legal Sr. Luiz Carlos Milhares, portador do CPF n.º 574.XXX.XXX-04.

As partes têm entre si justo e acertado na melhor forma de direito, o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira: Este instrumento tem por objeto Consultoria técnica especializada para o desenvolvimento de atividades no âmbito de Gestão do REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE CRUZEIRO DO OESTE, e Departamento de Recursos Humanos, relacionadas a composição e acompanhamento quanto a concessão de aposentadorias e pensões, oferecimento de subsídios necessários à elaboração de contraditório junto aos órgãos de controle externo notadamente Tribunal de Contas e Secretaria de Regimes Próprios de Previdência Social, do Ministério do Trabalho a Previdência Social visando a obtenção/manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária referente aos critérios do SISTEMA DE INFORMAÇÕES DOS REGIMES PÚBLICOS DE PREVIDÊNCIA SOLICIA – CADPREV e SISTEMA DE CONSULTAS DE NORMAS – GESCON, parcelamentos de débitos previdenciários ou não e no cumprimento dos critérios e exigências estabelecidas pelas Leis n.ºs 9.717/98, 10.887/04, Emendas Constitucionais n.ºs 20/98, 41/2003, 47/2005, 70/2012, 103/2019 e 113/2021 e regulamentações emanadas pela SPREV e relacionados a orientação dos servidores que compõem o Comitê de Investimentos e Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Cláusula Segunda: O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Tomada de Preços 7 /2022, na forma da Lei n.º 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.

Cláusula Terceira: Através do presente termo aditivo, decidem as partes, de comum acordo, prorrogar o prazo de vigência do Contrato n.º 382 / 2022 contar do dia 21 de julho de 2025 com termino em 21 de julho de 2026, e reajustar o valor, com fundamento no Decreto n.º 176/2022, Art. 3º, que estabeleça a aplicação do Índice IPCA como parâmetro de correção. Em razão disso, o valor mensal contratado de R\$ 4.854,15 (quatro mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e quinze centavos) passa a ser de R\$ 5.112,37 (cinco mil cento e doze reais e trinta e sete centavos). Termo aditivo de valor elaborado conforme solicitação e justificativa apresentadas no memorando n.º 2025003404.

Cláusula Quarta: As partes comprometem-se a manterem as mesmas condições estabelecidas pela Licitação contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Tomada de Preços 7 /2022, que não colidirem com as disposições deste aditivo, obedecendo ao Contrato n.º 382 / 2022.

Cruzeiro do Oeste, 16 de julho de 2025.

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE

Sr. Armando Cerci Junior

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

PUBLIPREV CONSULTORIA PREVIDENCIÁRIA S/S LTDA

Contratada

Sra. Nadya Corrêa Massé das Neves

Secretária Municipal de Finanças

Testemunhas:

1 _____

2 _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná

ATA

X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DOURADINA

Aos onze dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, com início às oito e meia da manhã, nas dependências do antigo prédio da Universidade Anhanguera, realizou-se a X Conferência Municipal de Assistência Social de Douradina, Paraná, com o tema "20 anos do SUAS: Consequência, proteção social e resistência" sob a responsabilidade da Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS a senhora Elisângela Batista Mendes, conforme Decreto nº 100 de 10 de junho de 2025. O cerimonialista senhor Adriano Araújo Oliveira, Secretário do Meio Ambiente, iniciou a conferência desejando as boas vindas aos presentes. Dando seguimento, realizou a leitura do regimento interno, salientando que este já havia sido aprovado em reunião do conselho previamente.

Convidados as autoridades para comparecer a mesa de honra, sendo o Prefeito Municipal- Oberdan José de Oliveira e a primeira dama Silene Araújo, o Presidente da Câmara Municipal- Rodrigo Martins, nesse ato representado pelo vereador Adriano Novo e representando os demais vereadores, a Secretária Municipal do Trabalho, Emprego e Promoção Social- Marta Aparecida Gurtler, a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, senhora Elisângela Batista Mendes, também neste ato representante dos trabalhadores do SUAS, a representante dos usuários do SUAS, senhora Neuza Sanches. Em seguida passou a execução do Hino Nacional Brasileiro, logo após foram nominadas e agradecidas as demais autoridades presentes, em seguida a Senhora Secretária Municipal do Trabalho, Emprego e Promoção Social- Marta Aparecida Gurtler fez o uso da palavra agradecendo a todos pela presença e em especial a todos que colaboraram para que a conferência de fato acontecesse. Disse que a conferência é um espaço para avaliar e propor novas ideias para o município, o estado e a União.

O vereador Adriano Novo, agradeceu o convite e reforçou a importância da conferência para discutir propostas que irão para o ente federal e estadual, reforçando as necessidades do município. A senhora Neuza agradeceu o convite e a presença de todos. Em continuidade o prefeito municipal Oberdan, destacou o quanto Douradina se dedica à oferta de serviços de qualidade para a população que necessita dos serviços da assistência, destacando a importância de continuar promovendo inclusão, respeito e dignidade. A presidente do CMAS, senhora Elisângela Batista Mendes agradeceu a todos pela presença, falando sobre como presenciou a evolução do SUAS nesses vinte anos como servidora pública e declarou aberta a Décima Conferência de Assistência Social de Douradina. Logo após houve a dispensa da mesa de honra, agradecendo as autoridades, nesse momento foi realizada a apresentação cultural das alunas da Oficina de teatro do Serviço de Convivência e Proteção da professora Carla, apresentando as Esquetes Teatrais com os temas "Rotina do Caos", "Lição do bem", "Chatear e encher" e "O trabalho". Seguindo assim para a palestra com a Assistente Social, senhora Roberta Maria Rodrigues de Oliveira, que realizou a palestra enfatizando o tema geral dos eixos norteadores, explicando cada um para as discussões dos grupos de trabalho. Trabalhou ainda a importância do SUAS e sua história de construção baseada na luta e os desafios de trabalhar na área.

Após o término do intervalo para o almoço, passou-se para a reunião dos grupos iniciando a discussão e construção das propostas. Em seguida, houve a apresentação das deliberações referendadas pelos grupos dos eixos e apresentadas pelos relatores, resultando após as deliberações dos delegados as propostas para o município, o estado e para a União.

Eixo 1: Universalização do SUAS: Acesso Integral com Equidade e Respeito às Diversidades, Município: Formação continuada das equipes do SUAS com foco em interseccionalidade e justiça social, com capacitação prática sobre combate ao racismo, sexismos, capacitismo, LGTBfobia e outras formas de discriminação; Criação de Comitês de usuários (as) por território ou serviço para garantir escuta ativa, controle social e avaliação dos serviços com a perspectiva de quem vivencia a política. Estado: Criação de polos regionais de formação continuada para trabalhadores da assistência social com foco em equidade, diversidade e atenção intersetorial, respeitando os contextos regionais. União: Reconposição e ampliação do orçamento do SUAS com vinculação constitucional mínima estabelecendo repasses regulares e suficientes para universalização da política com equidade.

Eixo 2: Aperfeiçoamento Contínuo do SUAS: Inovação, Gestão Descentralizada e Valorização Profissional. Município: Garantir por meio de lei, orçamento público suficiente e contínuo para a execução dos serviços socioassistenciais municipais; Capacitação e autonomia das equipes técnicas locais para planejar, executar e monitorar políticas públicas. Estado: Aprimorar o cofinanciamento estadual, com critérios mais equitativos e baseados em indicadores sociais e de desempenho dos municípios, considerando especificidades regionais e territoriais.

União: Ampliação da autonomia dos municípios na gestão dos recursos do SUAS, com contrapartidas em transparência, metas e resultados.

EIXO 3: Integração de Benefícios e Serviços Socioassistenciais: Fortalecendo a Proteção Social, Segurança de Renda e a Inclusão Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Município: Realizar busca ativa regularmente para identificar famílias em situação de vulnerabilidade, garantir seu cadastramento no CadÚnico e manter os dados sempre atualizados, assegurando o acesso aos benefícios sociais disponíveis; Assegurar a presença de equipe técnica completa e em quantidade adequada no CRAS, para realizar acompanhamento individualizado das famílias, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e incentivando sua inclusão social. Estado: Assegurar repasse financeiro regular e promover capacitações periódicas para os profissionais do SUAS, abordando gestão de benefícios, integração de políticas e trabalho social. União: Ampliar o orçamento federal destinado ao SUAS, garantindo recursos suficientes para infraestrutura, equipamentos e contratação de profissionais.

EIXO 4: Gestão Democrática, informação no SUAS e comunicação transparente: fortalecendo a participação social no SUAS. Município: Fortalecer o Conselho de Assistência Social garantindo infraestrutura e condições de trabalho adequadas, com capacitação contínua dos participantes dos espaços de controle social; Divulgar informações de forma acessível, com linguagens simples, recursos visuais e versões em libras e braile, publicar informações sobre serviços ofertados e como acessá-los. Estado: Repassar recursos para o Conselho municipal, possibilitando a contratação de trabalhadores e estruturação dos locais de trabalho. União: Utilizar os meios gerais de comunicação para passar informações através de propagandas, inserir nas escolas educação sobre cidadania.

Eixo 5: Sustentabilidade Financeira e Equidade no Cofinanciamento do SUAS. Município: Ao criar programas verificar antes como está à execução dos anteriores; Criar convênios com associações e fundações para novos programas. Estado: Repassar mais recursos de forma contínua para custear e ampliar os programas já existentes no município. União: Destinar verbas de acordo com a quantidade de usuários inscritos em programas, atualizando assim, de forma contínua os valores.

Em seguida foi referendado o delegado e um suplente para representar o município na décima quinta Conferência Estadual da assistência social, com a vaga destinada para TRABALHADORES DO SUAS representante da sociedade civil. Ficando como delegada titular: Aline Renata Miranda da Silva e delegado suplente: Wellington de Oliveira Campos. Aproveitando a realização da conferência, foi apresentado para aprovação da assembleia a recondução dos membros que compõem a formação do Conselho de Assistência Social atualmente para a gestão 2025/2027, com a substituição somente da vaga de então secretária da pasta Marta Aparecida Gurtler, ficando como representante de entidades governamentais: Aline Renata Miranda da Silva. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a X Conferência de Assistência Social de Douradina, estado do Paraná, na qual eu Heloisa Fernanda Galvão Rumeal, secretária executiva do Conselho Municipal de Assistência Social, agradei a presença dos presentes e larei a seguinte ata, que segue anexa a lista de presença dos participantes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

P O R T A R I A Nº 752/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;

E considerando o memorando nº 2025003456;

R E S O L V E:

CONCEDER a senhora ALINE MANZINI SASS, CPF. nº 007.XXX.XXX-81, ocupante do cargo de Professora-20h, junto Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Ciência e Tecnologia, onde a disponibilidade funcional se deu sem ônus para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 17 (DEZESSETE) DIAS DO MÊS JULHO DE 2025.

ARMANDO CERCI JUNIOR

- Prefeito Municipal -

P O R T A R I A Nº 732/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora VERONICA PEREIRA DOS SANTOS CORREIA, CPF. nº 062.XXX.XXX-42, ocupante do cargo de Assessor Técnico Profissional na Divisão de Recursos Humanos, junto a Secretaria Municipal de Administração, 10 (dez) dias de férias restantes, referente ao período aquisitivo 02/12/2021 a 01/12/2022, a contar do dia 14/07/2025 a 23/07/2025, que foram revogadas pela portaria 1299/2024.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 17 (DEZESSETE) DIAS DO MÊS JULHO DE 2025.

ARMANDO CERCI JUNIOR

- Prefeito Municipal -

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná

DECRETO Nº102/2025.

SUMULA: Rescisão de contrato de trabalho da servidora ROSINEI DOS SANTOS COSTA GALI, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais; Considerando o disposto na Lei Complementar Municipal nº 1.038, de 24 de Março de 2021; Considerando o Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 002, de 24 de maio de 2023, e sua ordem classificatória;

Considerando o Edital de Convocação nº 006, de 07 de julho de 2023; e

Considerando cumpridas as etapas de apresentação de documentos pelo(a) candidato(a),

DECRETA:

Art. 1º - Fica encerrado o contrato de trabalho com a servidora ROSINEI DOS SANTOS COSTA GALI, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Dentário - PSS, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.870.799-2 e inscrita no CPF/MF nº 025.885.539-82, lotada na Secretária Municipal Saúde, a contar de 16/07/2025.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos dia 16/07/2025.

Certifiquem-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco.

Everton Barbieri

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

P O R T A R I A Nº 733/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;

R E S O L V E:

ATRIBUIR a contar do dia 28 de Julho de 2025, Jornada Suplementar de 20 (vinte) horas semanais, conforme a Lei Complementar nº 006/2015, Art. – II e III, para os professores abaixo relacionados, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Servidor CPF Cargo Local de atuação do suplementar

João Carlos Dutra Santana 109.XXX.XXX-47 Professor Escola Municipal

Amarel Fontoura

Francimari Paulino Bandani Ribas 034.XXX.XXX-31 Professora Escola Municipal

Cívico Militar Tasso da Silveira

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2025

CONTRATANTE: Município de Esperança Nova, Estado do Paraná, com sede na Avenida Juvenal Silva Braga, inscrito no CGC/MF nº 01.612.269/0001-91, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Everton Barbieri** portador da Cédula de Identidade RG nº 8.778.431-2 e do CPF/MF nº 045.879.159-80.

CONTRATADA: **57.181.260 JOSÉ CARLOS BARALDI JUNIOR**

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa para prestação de serviços em manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de Ar condicionado com fornecimento de peças, para atender as necessidades das Secretarias/Divisões do Município de Esperança Nova, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

O VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: **R\$195.589,60 (cento e noventa e cinco mil, quinhentos e oitenta e nove reais, e sessenta centavos).**

PRazo DE VIGêNCIA: 12 (doze) meses, de 17/07/2025 e encerramento em 17/07/2026

FORO: Comarca de Pêrola, Estado do Paraná.

Esperança Nova, 17/07/2025.

EMPRESA: 57.181.260 JOSÉ CARLOS BARALDI JUNIOR

CNPJ: 57.181.260/0001-20

ENDERECO: RUA JOÃO EVANGELISTA DA SILVA, 135, JARDIM ALVORADA, SÃO JORGE DO PATROCÍNIO-PR

REPRESENTANTE: JOSÉ CARLOS BARALDI JUNIOR

E-MAIL: jr_baraldi@gmail.com **TEL: (41) 99143-9368**

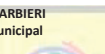
LOTE	ITEMS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	120	SV	SERVIÇO DE LIMPEZA GERAL (EVAPORADOR E CONDENSADOR), COM RETIRADA, DESMONTAGEM PARA LIMPEZA, MONTAGEM E REINSTALAÇÃO de ar condicionado split, de 9.000 a 12.000btu's, os produtos utilizados ficarão por conta da contratada.	SERVIÇO	R\$ 138,00	R\$ 16.560,00
1	2	60	SV	SERVIÇO DE LIMPEZA GERAL (EVAPORADOR E CONDENSADOR), COM RETIRADA, DESMONTAGEM PARA LIMPEZA, MONTAGEM E REINSTALAÇÃO de ar condicionado split, de 18.000 a 30.000 btu's, os produtos utilizados ficarão por conta da contratada.	SERVIÇO	R\$ 275,50	R\$ 16.530,00
VALOR TOTAL DO LOTE 1: R\$ 33.090,00 (trinta e três mil, e noventa reais).							
2	1	20	SV	SERVIÇO DE LIMPEZA GERAL (EVAPORADOR E CONDENSADOR), COM RETIRADA, DESMONTAGEM PARA LIMPEZA, MONTAGEM E REINSTALAÇÃO de ar condicionado split, de 36.000 btu's, os produtos utilizados ficarão por conta da contratada.	SERVIÇO	R\$ 250,00	R\$ 5.000,00

2	2	20	SV	SERVIÇO DE LIMPEZA GERAL (EVAPORADOR E CONDENSADOR), COM RETIRADA, DESMONTAGEM PARA LIMPEZA, MONTAGEM E REINSTALAÇÃO de ar condicionado split, de 55.000 btu's e 60.000 btu's os produtos utilizados ficarão por conta da contratada.	SERVIÇO	R\$ 312,75	R\$ 6.255,00
2	3	15	SV	SERVIÇO DE LIMPEZA GERAL COM RETIRADA, DESMONTAGEM PARA LIMPEZA, MONTAGEM E REINSTALAÇÃO de ar condicionado de janela, os produtos utilizados ficarão por conta da contratada.	SERVIÇO	R\$ 127,00	R\$ 1.905,00
2	4	20	SV	Serviço de limpeza de cortina de ar condicionado	SERVIÇO	R\$ 89,50	R\$ 1.790,00
2	5	200	SV	Serviço de limpeza do filtro da evaporadora do ar condicionado	SERVIÇO	R\$ 30,50	R\$ 6.100,00
2	6	150	SV	Serviço de limpeza de calha, obstrução do dreno da evaporadora do ar condicionado	SERVIÇO	R\$ 43,00	R\$ 6.450,00
VALOR TOTAL DO LOTE 2: R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil, e quinhentos reais).							
3	1	40	SV	Serviço de carga de gás R-32 em ar condicionado de 9.000 a 12.000 btu's.	SERVIÇO	R\$ 179,00	R\$ 7.160,00
3	2	30	SV	Serviço de carga de gás R-32 em ar condicionado de 18.000 a 30.000 btu's	SERVIÇO	R\$ 250,00	R\$ 7.500,00
3	3	8	SV	Serviço de carga de gás R-32 em ar condicionado de 36.000 a 55.000 btu's	SERVIÇO	R\$ 320,00	R\$ 3.840,00
VALOR TOTAL DO LOTE 3: R\$ 18.500,00 (dezoito mil, e quinhentos reais).							
4	1	30	SV	Serviço de carga de gás R410-A em ar condicionado de 9.000 a 12.000 btu's	SERVIÇO	R\$ 151,50	R\$ 4.545,00
4	2	12	SV	Serviço de carga de gás R410-A em ar condicionado de 36.000 btu's a 55.000 btu's	SERVIÇO	R\$ 244,375	R\$ 1.955,00
4	3	20	SV	Serviço de carga de gás R410-A em ar condicionado de 18.000 a 30.000 btu's	SERVIÇO	R\$ 225,00	R\$ 4.500,00
VALOR TOTAL DO LOTE 4: R\$ 11.000,00 (onze mil reais).							
5	1	30	SV	Serviço de carga de gás R-22 em ar condicionado de 18.000 a 30.000 btu's	SERVIÇO	R\$ 230,00	R\$ 6.900,00
5	2	30	SV	Serviço de carga de gás R-22 em ar condicionado de 18.000 a 30.000 btu's	SERVIÇO	R\$ 380,00	R\$ 11.400,00
5	3	12	SV	Serviço de carga de gás R-22 em ar condicionado de 36.000 a 55.000 btu's	SERVIÇO	R\$ 458,30	R\$ 5.499,60

btu's							
VALOR TOTAL DO LOTE 5: R\$ 23.799,60 (vinte e três mil, setecentos e noventa e nove reais, e sessenta centavos).							
6	1	50	SV	Serviço de troca de capacitor	SERVIÇO	R\$ 69,00	R\$ 3.450,00
6	2	50	UN	Capacitor de 25 a 35MFUS	SERVIÇO	R\$ 30,00	R\$ 1.500,00
6	3	30	UN	Capacitor de 40 a 55 MFUS	SERVIÇO	R\$ 40,00	R\$ 1.200,00
6	4	30	UN	Capacitor de 60 a 85 MFUS	SERVIÇO	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00
6	5	30	SV	Serviço de troca de placa de ar condicionado	SERVIÇO	R\$ 140,00	R\$ 4.200,00
6	6	30	UN	Placa de Ar Condicionado de 9.000 a 18.000 btu's	SERVIÇO	R\$ 220,00	R\$ 6.600,00
6	7	10	UN	Placa de Ar Condicionado de 24.000 a 36.000 btu's	SERVIÇO	R\$ 319,00	R\$ 3.190,00
6	8	8	UN	Placa de Ar Condicionado de 55.000 btu's	SERVIÇO	R\$ 520,00	R\$ 4.160,00
6	9	30	SV	Serviço de troca do sensor da temperatura do ar condicionado	SERVIÇO	R\$ 70,00	R\$ 2.100,00
6	10	10	UN	Sensor de temperatura de ar condicionado	SERVIÇO	R\$ 60,00	R\$ 600,00
VALOR TOTAL DO LOTE 6: R\$ 28.500,00 (vinte e oito mil, e quinhentos reais).							
7	1	30	SV	Serviço de troca do capacitor motor ventilador de placa evaporadora	SERVIÇO	R\$ 100,00	R\$ 3.000,00
7	2	10	UN	Capacitor motor ventilador de placa evaporadora	SERVIÇO	R\$ 40,00	R\$ 400,00
7	3	16	SV	Serviço de troca do motor de ventilador do condensador do ar condicionado	SERVIÇO	R\$ 200,00	R\$ 3.200,00
7	4	10	UN	Motor de Ventilador do condensador	SERVIÇO	R\$ 220,00	R\$ 2.200,00
7	5	20	SV	Serviço de troca do Motor turbina do ventilador do evaporador	SERVIÇO	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00
7	6	10	UN	Motor turbina do ventilador do evaporador	SERVIÇO	R\$ 220,00	R\$ 2.200,00
7	7	15	SV	Serviço de troca da Turbina Radial de Ar Condicionado de 9.000 a 18.000 btu's	SERVIÇO	R\$ 100,00	R\$ 1.500,00
7	8	20	SV	Serviço de troca da Turbina Radial de Ar Condicionado de 24.000 a 36.000 btu's	SERVIÇO	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00
7	9	10	UN	Turbina Radial de Ar Condicionado de 9.000 a 12.000 btu's	SERVIÇO	R\$ 170,00	R\$ 1.700,00
7	10	5	UN	Turbina Radial de Ar Condicionado de 18.000 a 24.000 btu's	SERVIÇO	R\$ 220,00	R\$ 1.100,00
7	11	10	UN	Turbina Radial de Ar Condicionado de 36.000 a 55.000 btu's	SERVIÇO	R\$ 320,00	R\$ 3.200,00
VALOR TOTAL DO LOTE 7: R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil, e quinhentos reais).							
8	1	15	SV	Serviço de retirada de ar condicionado de 9.000 a 12.000 btu's	SERVIÇO	R\$ 100,00	R\$ 1.500,00
8	2	10	SV	Serviço de retirada de ar condicionado de 18.000 a 24.000 btu's	SERVIÇO	R\$ 170,00	R\$ 1.360,00
8	4	25	SV	Serviço de instalação de ar condicionado de 9.000 a 12.000 btu's	SERVIÇO	R\$ 200,00	R\$ 5.000,00
8	5	15	SV	Serviço de instalação de ar condicionado de 18.000 a 30.000 btu's	SERVIÇO	R\$ 250,00	R\$ 3.750,00
8	6	10	SV	Serviço de instalação de ar condicionado de 36.000 btu's a 55.000 btu's	SERVIÇO	R\$ 350,00	R\$ 3.500,00
VALOR TOTAL DO LOTE 8: R\$ 16.300,00 (dezesseis mil, e trezentos reais).							
9	1	40	SV	Serviço de reparo de vazamento de gás em ar condicionado	SERVIÇO	R\$ 100,00	R\$ 4.000,00
9	2	40	SV	Serviço de troca e contator de condensadora de ar condicionado.	SERVIÇO	R\$ 130,00	R\$ 5.200,00
9	3	40	SV	Serviço de troca de borns de compressor de ar condicionado	SERVIÇO	R\$ 130,00	R\$ 5.200,00
VALOR TOTAL DO LOTE 9: R\$ 14.400,00 (quatorze mil, e quatrocentos reais).							



EVERTON BARBIERI
Prefeito Municipal





Prefeitura Municipal de Francisco Alves
CNPJ 77.356.685/0001-67

DECISÃO

Considerando os elementos constantes nos autos, verifica-se que a instalação do presente processo teve como finalidade apurar a responsabilidade contratual da empresa OCEANO CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ sob o nº 21.267.886/0001-04, com sede à Avenida Pau Brasil, nº 1607, Brasília/DF, em razão do inadimplemento do Contrato Administrativo nº 029/2025, decorrente da Concorrência Pública nº 01/2025, cujo objeto é a execução de 27.900 m² de pavimentação asfáltica em TST, na Estrada do Bagre, Município de Francisco Alves/PR.

Da análise do processo ficou evidenciado que a contratada descumpriu diversas cláusulas contratuais, mesmo após ter sido notificada por esta Administração em diferentes oportunidades, não iniciando os serviços no prazo estabelecido, o que resultou em atraso injustificável na execução do objeto pactuado, tendo culminado na rescisão unilateral do contrato, motivada pelo interesse da empresa em dar início às obras. Nesta toada, verifica-se que a contratada infringiu as obrigações previstas nos itens 3.2, 9.1, 9.5, 9.67 e 12.1, alínea "c" do contrato celebrado, em desacordo com a Lei nº 14.133/2021.

Resalta-se que, apesar de intimada, a empresa OCEANO CONSTRUÇÕES não apresentou defesa no referido procedimento.

Assim, restou devidamente comprovado que a empresa não procedeu à mobilização de pessoal e maquinário, configurando inexecução total e injustificada do contrato, o que causou prejuízos à Administração e à coletividade, principalmente pelo atraso no cronograma das obras públicas, obrigando o Poder Público a convocar a segunda colocada no certame para assumir a execução contratual, com inevitável impacto nos prazos previamente estabelecidos.

Diante dos fatos apurados, a comissão processante entendeu configurada a culpa da contratada, não havendo justificativa plausível para a omissão no início dos serviços contratados. Embora os prejuízos diretos à Administração tenham sido minimizados — tendo em vista a manutenção do convênio e o regular prosseguimento da obra por nova empresa —, o comportamento da empresa OCEANO CONSTRUÇÕES frustrou a confiança da Administração Pública e impôs a necessidade de reabrir trâmites burocráticos que poderiam ter sido evitados.

Assim, considerando o grau de culpabilidade demonstrado, a frustração da pretensão da Administração e a necessidade de realização de novos trâmites para contratação de outra empresa a fim de dar continuidade à execução do objeto contratual, considerando, na dosimetria da sanção, a observância das finalidades preventiva, educativa e repressiva, considerando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, considerando que a empresa contratada ocasionou atraso indevido no início da execução da obra, prejudicando o interesse público e a coletividade, entendendo que a aplicação do critério temporal do impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo de 2 (dois) anos é razoável suficiente para cobrir a prática ilegal evidenciada nestes autos.

No que se refere à aplicação da multa contratual, pondera-se que a imposição do valor estipulado de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) mostra-se desproporcional à extensão do prejuízo causado. A adoção dessa penalidade implicaria, neste caso, em enriquecimento sem causa da Administração, especialmente diante da ausência de danos patrimoniais efetivos ao Município, como a perda de recursos ou de serviços preliminares.

Desse modo, considerando:

- A natureza e a gravidade da infração;
- A necessidade de preservar o interesse público e garantir a efetividade da execução contratual;
- Os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e finalidade das sanções administrativas;
- O caráter pedagógico da medida sancionatória;
- A ausência de reincidência;

RATIFICO O PARECER DA COMISSÃO E ENTENDO PELA APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com o Município de Francisco Alves/PR, pelo prazo de 2 (dois) anos, à empresa OCEANO CONSTRUÇÕES, CNPJ nº 21.267.886/0001-04, nos termos do item 12.2, inciso II do contrato administrativo e da legislação aplicável.

Publique-se. Notifique-se a interessada.

Francisco Alves/PR, 16 de julho de 2025.

ALIRIO JOSÉ MISTURA.
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ: 76.247.352/0001-68

Rua Santos Dumont, 315, fone: (44) 3656-8000 Cx. Postal 141
CEP: 87.580-000 Alto Piquiri - Paraná

DECRETO Nº 2314/2025, de 17 de julho de 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Alto Piquiri, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orgamentária nº 759/2024 de 12/12/2024.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 235.099,90 (duzentos e trinta e cinco mil, noventa e nove reais e noventa centavos)

Suplementações:

05 SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE		
05.001 Fundo Municipal de Saúde		
05.001.10.301.0006.2.113. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE		
545 - 3.9.90.40.00.00 - 382 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	10.512,94	
05.001.10.301.0006.2.246. Contribuição ao Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná - CIUEPN		
128 - 3.1.71.70.00.00 - 303 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	4.000,00	
129 - 3.3.71.70.00.00 - 303 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	3.000,00	
05.001.10.302.0006.2.214. MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA		
145 - 3.3.72.38.00.00 - 303 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	21.000,00	
547 - 3.3.72.38.00.00 - 382 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	32.786,96	
10 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS		
10.001 Divisão de Serviços Públicos		
10.001.15.452.0013.2.242. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS		
548 - 4.4.90.51.00.00 - 507 - OBRAS E INSTALAÇÕES	125.000,00	
549 - 4.4.90.52.00.00 - 511 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	38.800,00	
Total Suplementação:	235.099,90	

Art. 2º Para atender o disposto no Art.1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultados de Superávit Financeiro e Anulação de Dotações, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Incisos I e III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução:

05 SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE		
05.001 Fundo Municipal de Saúde		
05.001.10.301.0006.2.113. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE		
120 - 3.3.90.39.00.00 - 303 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	28.000,00	
10 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS		
10.001 Divisão de Serviços Públicos		
10.001.15.452.0013.2.242. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS		
416 - 3.3.90.30.00.00 - 507 - MATERIAL DE CONSUMO	125.000,00	
421 - 3.3.90.39.00.00 - 511 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	38.800,00	
Total Redução:	191.800,00	

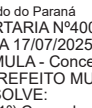
Superávit Financeiro nas Fontes(s):

3382 INCENTIVO FINANCEIRO - PROGRAMA SUS DIGITAL - Exercícios Anteriores	382	43.299,90
Total:	235.099,90	43.299,90

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Piquiri, 17 de Julho de 2025.

Giovane Mendes de Carvalho
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº400/2025
DATA 17/07/2025
SUMULA - Concede Férias a funcionário.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º) Conceder Férias a servidora Grasielle Gomes da Silva, por um período de 15 dias, referente ao período aquisitivo 2023/2024, de 16/07/25 a 30/07/25.

Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações necessárias junto à ficha funcional do servidor.

Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido servidor, mediante recibo, para os devidos fins.

Art. 4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraima, Estado do Paraná, aos 17 de Julho de 2025.

DEVAIR FABRIS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº398/2025
DATA 17/07/2025
SUMULA - Concede Férias a funcionário.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º) Conceder Férias a servidora Wilson Alex Vitorio Siqueira, por um período de 20 dias, referente ao período aquisitivo 2023/2024, de 31/07/25 a 19/08/25.

Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações necessárias junto à ficha funcional do servidor.

Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido servidor, mediante recibo, para os devidos fins.

Art. 4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraima, Estado do Paraná, aos 17 de Julho de 2025.

DEVAIR FABRIS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº399/2025
DATA 17/07/2025
SUMULA - Concede Férias a funcionário.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º) Conceder Férias a servidora Maria Cristina de Oliveira Carvalho, por um período de 20 dias, referente ao período aquisitivo 2022/2023, de 28/07/25 a 16/08/25.

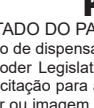
Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações necessárias junto à ficha funcional do servidor.

Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido servidor, mediante recibo, para os devidos fins.

Art. 4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraima, Estado do Paraná, aos 17 de Julho de 2025.

DEVAIR FABRIS
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

ESTADO DO PARANÁ

Aviso de dispensa

O Poder Legislativo do Município de Icaraima, Estado do Paraná, torna público, a DISPENSA de licitação para aquisição de leitor de código de barras e QR Code, com tecnologia de leitura a laser ou imagem (CCD/CMOS), capaz de realizar a leitura rápida e precisa de códigos de barras lineares (1D) e bidimensionais (2D), como QR Code, DataMatrix, entre outros, com conexão via USB (plug and play), compatível com sistemas operacionais Windows e demais sistemas com suporte HID, destinado ao uso nas rotinas administrativas e de controle patrimonial da Câmara Municipal de Icaraima, com critério de julgamento de menor preço global, para aquisição de itens e respectivas quantidades descritos no Termo de Referência (Anexo I), parte integrante deste procedimento. O valor máximo da contratação é de R\$ 541,37 (quinhentos e quarenta e um reais e trinta e sete centavos).

Interessados em apresentar propostas de preços para fornecimento do objeto do presente procedimento de Dispensa de Licitação, poderão encaminhar até as 23:59 horas do dia 23 de Julho de 2025, conforme modelo de Proposta de Preços (Anexo II) juntamente com a Declaração (modelo Anexo III) para o e-mail camara@icaraima.pr.leg.br ou presencialmente via protocolo.

A contratação somente se dará ao fornecedor que apresentar a menor proposta de preços e estiver em condições de Habilitação, cujos documentos a serem apresentados constam no Termo de Referência e serão requisitados somente do fornecedor que apresentar menor proposta de preços. Informações adicionais poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação ou com a Secretaria do Legislativo diretamente na sede da Câmara Municipal de Icaraima, localizada na Rua Monte Belo,607, Centro, Icaraima-PR, pelo fone (44) 36651339, ou e-mail camara@icaraima.pr.leg.br . Integram o presente os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência

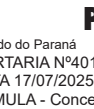
Anexo II - Modelo Proposta de Preços;

Anexo III - Modelo de Declaração;

Todos os anexos podem ser requisitados junto a Secretaria do Legislativo ou obtidos no link <http://177.87.133.100:8090/portalttransparencia/7/licitacoes> - Dispensa de Licitação nº 016/2025.

Icaraima, 17 de Julho de 2025

ANGÉLICA C. S. ANTUNES DA SILVA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº401/2025
DATA 17/07/2025
SUMULA - Concede Férias a funcionário.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º) Conceder Férias a servidora Marcia Zambon da Costa, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo 2023/2024, de 29/07/25 a 27/08/25.

Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações necessárias junto à ficha funcional do servidor.

Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido servidor, mediante recibo, para os devidos fins.

Art. 4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraima, Estado do Paraná, aos 17 de Julho de 2025.

DEVAIR FABRIS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº402/2025
DATA 17/07/2025
SUMULA - Concede Férias a funcionário.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º) Conceder Férias a servidora Rozeney Maria da Silva, por um período de 15 dias, referente ao período aquisitivo 2023/2024, de 17/07/25 a 31/07/25.

Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações necessárias junto à ficha funcional do servidor.

Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido servidor, mediante recibo, para os devidos fins.

Art. 4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraima, Estado do Paraná, aos 17 de Julho de 2025.

DEVAIR FABRIS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº403/2025
DATA 17/07/2025
SUMULA - Concede Férias a funcionário.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º) Conceder Férias ao servidor Adelson Marcus Vicentim, , por um período de 20 dias, referente ao período aquisitivo: 2023/2024, 10 dias de 14/07/25 a 23/07/25; 2024/2025, 10 dias de 24/07/25 a 02/08/25;

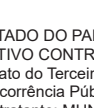
Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações necessárias junto à ficha funcional do servidor.

Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido servidor, mediante recibo, para os devidos fins.

Art. 4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraima, Estado do Paraná, aos 17 de Julho de 2025.

DEVAIR FABRIS
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ

ADITIVO CONTRATUAL Nº 170/2025

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 283/2024, do Edital de Concorrência Pública nº 006/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90

Contratada: WM PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA - ME, CNPJ nº 19.789.877/0001-31

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada em execução de obras de ampliação e reforma da Escola Municipal Rita Ana de Cassia, localizada na Vila Residencial "C", Bairro Eletrosul, Município de Guaíra.

Objeto do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é o acréscimo de percentual de valor no Contrato de Prestação de Serviços

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone (044) 3675-4300
Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 2394
CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF — 75.377.200/0001-67

Extrato de Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 094/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 090/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA - PR

CONTRATADA: A R SOBRAL EVENTOS ME

O objeto desta ata é o registro de preços para contratação futura e eventual de empresa especializada na prestação de serviços de locação de tendas, visando atender todas as secretarias do Município de Cidade Gaúcha/PR.

VIGÊNCIA E PROPRIOGAÇÃO:

O prazo de vigência da ata de registro de preço é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura.

DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo fornecimento do objeto da presente contratação, o valor total R\$ 117.970,00 (cento e dezessete mil, novecentos e setenta reais).

Cidade Gaúcha/PR, 17 de julho de 2025.

ALEXANDRE LUCENA
Prefeito Municipal
Contratante

ADRIANO RIBEIRO SOBRAL
Representante Legal
Contratado



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone (044) 3675-4300
Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 2394
CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF — 75.377.200/0001-67

Republicado por incorreção:

EXTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2025
DISPENSA EMERGENCIAL Nº 003/2025
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 047/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA - PR

CONTRATADA: LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS

O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de natureza continuada para o acolhimento institucional em residência e/ou outro tipo de estabelecimento similar, destinado a pessoas idosas em situação de longa permanência, cujos vínculos familiares tenham sido rompidos e/ou se encontrem fragilizados. A contratação visa atender a necessidade de acolhimento institucional, com o objetivo de garantir a proteção integral e prevenir o agravamento de situações de vulnerabilidade e risco pessoal e/ou social. A presente solicitação é demandada pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

VIGÊNCIA E PROPRIOGAÇÃO:

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato de contrato, o valor total R\$ 27.324,00 (vinte e sete mil, trezentos e vinte e quatro reais), pagos parcelados.

Cidade Gaúcha/PR, 16 de julho de 2025.

ALEXANDRE LUCENA
Prefeito Municipal
Contratante

MARIA CLERIA TULER STOCHERO
Representante Legal
Contratado



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ: 76.247.362/0001-08

Rua Santos Dumont, 315, Fone (44) 3656-8000 CX. Postal 141
CEP: 87.580-000 Alto Piquiri - Paraná

LEI ORDINÁRIA Nº 802/2025, de 17 de Julho de 2025.

Sumula: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito especial, altera o prazo de 12 para 180 dias vigência e altera a Programação Financeira e o cronograma de desembolso mensal na importância de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um orçamento programo do Município de Alto Piquiri um crédito Especial, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Suplementação:

11.001 Divisão de Turismo	
11.001.23.696.0009.2.374- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE TURISMO	50.000,00
543 - 3.3.90.39.00.00 - 916 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	50.000,00
Total Suplementação:	50.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recursos, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Excesso de Antecipação:

1º Cargos em Comarca	
1º Cargos em Comarca <td>50.000,00</td>	50.000,00
Total:	50.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Piquiri, 17 de Julho de 2025.

Giovane Mendes de Carvalho
Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
CAFEZAL DO SUL

Rua Espírito Santo nº 861 - Centro - Fone (44) 3655-1174 - CEP: 87.565-000 - CAFEZAL DO SUL-PR

RESOLUÇÃO Nº 003/2025, DE 17 DE JULHO DE 2025

EMENTA: Aprova ADESO do município de CAFEZAL DO SUL aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde - Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2025.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAFEZAL DO SUL-PR, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº. 366/2005, de 07 de outubro de 2005, considerando a reunião realizada no dia 17 de julho de 2025,

RESOLVE

Art. 1º - APROVAR a Adesão do Município de CAFEZAL DO SUL ao Programa Estratégico da Secretaria de Estado da Saúde - Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o transporte sanitário.

Parágrafo Único: Adesão para aquisição de transporte sanitário veículo utilitário, no valor total de R\$ 10.000,00 (cem mil reais).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cafezal do Sul-PR, 17 de julho de 2025.

CECÍLIA HITOMI KOWATA
Presidente do CMS



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
E-mail: assistencia@cmasilustra.pr.gov.br

Fone: (044) 3663-1579
Av. Barão de Rio Branco, 767 - CEP: 87.405-000
CNPJ: 78.208.110/0001-94
DOURADINA-PR

RESOLUÇÃO Nº04/2025

SÚMULA: Aprova o Regimento Interno da X Conferência Municipal de Assistência Social

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Municipal nº. 039 de dezembro de 1995, reformulada pela Lei nº. 1.085 de 21 de junho de 2017.

Considerando a Deliberação do colegiado, e aprovação realizada pelo aplicativo do WhatsApp, reunião realizada em 09 de julho de 2025 conforme Ata nº 04/2025.

RESOLVE:

Art 1º - Aprovar o Regimento Interno da X Conferência Municipal de Assistência Social.

Art 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Douradina - PR, 17 de julho de 2025

Eliângela Batista Mendes da Silva
Presidente do CMAS



Prefeitura Municipal de Francisco Alves
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 27.206.860/0001-97

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2025.

Contratante: MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: A. A. NELO PRODUTOS PARA LATA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 57.550.993/0001-23.

Objeto: O objeto da presente contratação é aquisição de material e equipamentos médicos hospitalares, EPS, Insumos e Higienizantes, repelentes e outros materiais de consumo, a serem utilizados nos trabalhos diários das Unidades Básicas de Saúde e na Unidade de Pronto Atendimento - UPA, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde do município de Francisco Alves, Estado do Paraná.

Valor global: O preço global para a execução do objeto deste contrato é R\$ 476.072,80 (QUATROCENTOS E SETENTA E SEIS MIL, SETENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

Pelo fornecimento do objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor abaixo discriminado, conforme especificação de preço a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	NOME/ MARCA
1	ABACADOR LINHA MATERIAL: MADEIRA DESCASCADA, FIMATO: ESPETAL DE MADEIRA CONFECCIONADA EM 030, SUPORTE: 3 BARRAS PERPENDICULARES, ACABADO: LACADURA UNIFORME EM TONALIDADE BRANCA, TIPO: FRAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, CABA	PAQUETE	400	R\$ 5,35	R\$ 2.140,00	TRIBUTO/ ABRIDOR
6	AGUIA: ORETA: SANGRE 1 VAZIO, AGU INOXIDAVEL, REEL: CORTO TRACTADO, TIPO CONJUNTO, CONECTOR LUBRILCAÇÃO EM PLÁSTICO, TIPO: FRAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, CABA	CAIXA	200	R\$ 4,95	R\$ 990,00	LABOR IMPORT
7	AGUIA: INOXIDAVEL, MATERIAL: AGU INOXIDAVEL, REEL: CORTO TRACTADO, TIPO CONJUNTO, CONECTOR LUBRILCAÇÃO EM PLÁSTICO, TIPO: FRAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, CABA	CAIXA	400	R\$ 3,88	R\$ 1.552,00	SR
8	AGUIA: INOXIDAVEL, MATERIAL: AGU INOXIDAVEL, REEL: CORTO TRACTADO, TIPO CONJUNTO, CONECTOR LUBRILCAÇÃO EM PLÁSTICO, TIPO: FRAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, CABA	CAIXA	200	R\$ 3,72	R\$ 744,00	AGUIA/ AGUIA
9	AGUIA: INOXIDAVEL, MATERIAL: AGU INOXIDAVEL, REEL: CORTO TRACTADO, TIPO CONJUNTO, CONECTOR LUBRILCAÇÃO EM PLÁSTICO, TIPO: FRAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, CABA	CAIXA	500	R\$ 3,20	R\$ 1.600,00	SR
10	AGUIA: INOXIDAVEL, MATERIAL: AGU INOXIDAVEL, REEL: CORTO TRACTADO, TIPO CONJUNTO, CONECTOR LUBRILCAÇÃO EM PLÁSTICO, TIPO: FRAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, CABA	CAIXA	500	R\$ 4,70	R\$ 2.350,00	SR
11	AGUIA: INOXIDAVEL, MATERIAL: AGU INOXIDAVEL, REEL: CORTO TRACTADO, TIPO CONJUNTO, CONECTOR LUBRILCAÇÃO EM PLÁSTICO, TIPO: FRAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, CABA	CAIXA	500	R\$ 15,75	R\$ 7.875,00	SR
12	AGUIA: INOXIDAVEL, MATERIAL: AGU INOXIDAVEL, REEL: CORTO TRACTADO, TIPO CONJUNTO, CONECTOR LUBRILCAÇÃO EM PLÁSTICO, TIPO: FRAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, CABA	CAIXA	500	R\$ 5,40	R\$ 2.700,00	MEIXO
13	AGUIA: INOXIDAVEL, MATERIAL: AGU INOXIDAVEL, REEL: CORTO TRACTADO, TIPO CONJUNTO, CONECTOR LUBRILCAÇÃO EM PLÁSTICO, TIPO: FRAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, CABA	CAIXA	500	R\$ 26,30	R\$ 13.150,00	MEIXO
15	AGUIA: INOXIDAVEL, MATERIAL: AGU INOXIDAVEL, REEL: CORTO TRACTADO, TIPO CONJUNTO, CONECTOR LUBRILCAÇÃO EM PLÁSTICO, TIPO: FRAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, CABA	CAIXA	1000	R\$ 27,00	R\$ 27.000,00	VALA VERDE
17	AGUIA: INOXIDAVEL, MATERIAL: AGU INOXIDAVEL, REEL: CORTO TRACTADO, TIPO CONJUNTO, CONECTOR LUBRILCAÇÃO EM PLÁSTICO, TIPO: FRAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, CABA	UNIDADE	5000	R\$ 6,70	R\$ 33.500,00	NATVIO
20	AGUIA: INOXIDAVEL, MATERIAL: AGU INOXIDAVEL, REEL: CORTO TRACTADO, TIPO CONJUNTO, CONECTOR LUBRILCAÇÃO EM PLÁSTICO, TIPO: FRAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, CABA	ROLO	2000	R\$ 10,00	R\$ 21.000,00	NATVIO
19	AGUIA: INOXIDAVEL, MATERIAL: AGU INOXIDAVEL, REEL: CORTO TRACTADO, TIPO CONJUNTO, CONECTOR LUBRILCAÇÃO EM PLÁSTICO, TIPO: FRAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, CABA	PAQUETE	2000	R\$ 6,50	R\$ 13.000,00	ORTOPEN
20	AGUIA: INOXIDAVEL, MATERIAL: AGU INOXIDAVEL, REEL: CORTO TRACTADO, TIPO CONJUNTO, CONECTOR LUBRILCAÇÃO EM PLÁSTICO, TIPO: FRAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, CABA	PAQUETE	2000	R\$ 6,75	R\$ 13.500,00	ORTOPEN
21	AGUIA: INOXIDAVEL, MATERIAL: AGU INOXIDAVEL, REEL: CORTO TRACTADO, TIPO CONJUNTO, CONECTOR LUBRILCAÇÃO EM PLÁSTICO, TIPO: FRAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, CABA	PAQUETE	1000	R\$ 4,80	R\$ 4.800,00	ORTOPEN/VA
22	AGUIA: INOXIDAVEL, MATERIAL: AGU INOXIDAVEL, REEL: CORTO TRACTADO, TIPO CONJUNTO, CONECTOR LUBRILCAÇÃO EM PLÁSTICO, TIPO: FRAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, CABA	PAQUETE	15	R\$ 88,40	R\$ 1.326,00	PROTEC
23	AGUIA: INOXIDAVEL, MATERIAL: AGU INOXIDAVEL, REEL: CORTO TRACTADO, TIPO CONJUNTO, CONECTOR LUBRILCAÇÃO EM PLÁSTICO, TIPO: FRAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, CABA	PAQUETE	1000	R\$ 6,40	R\$ 6.400,00	MALINHO TIA

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone (044) 3675-4300
Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 2394
CEP - 87.820-000 — CNPJ/MF — 75.377.200/0001-67

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 028/2024, REF. AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024, DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2024, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA E A EMPRESA A R SEGUNDO.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA/PR, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 2394, Bairro Centro, no Município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.377.200/0001-67, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. ALEXANDRE LUCENA, brasileiro, advogado, casado, portador do RG nº 5.193.076-7/SSSP/PR, inscrito no CPF/MF nº 036.950.600-05, residente e domiciliado neste Município de Cidade Gaúcha/PR, doravante denominada CONTRATANTE,

E, do outro lado, a empresa A R SEGUNDO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.839.978/0001-80 e com o I.E nº 909.652.430,4, com sede à Avenida Brasil, nº 1537, Bairro Centro, no Município de Rondon/PR, telefone: (449) 9111-9594, e mail aluissonrodrigosegundo@rednet.com.br, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. ALUISSON RODRIGO SEGUNDO, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 12.932.292-6/SSSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 082.779.899-70, residente e domiciliado no Município de Rondon/PR, doravante denominada CONTRATADA.

CONSIDERANDO a necessidade no fornecimento contínuo e fracionado de gêneros alimentícios, destinados a suprir a demanda de copa e cozinha para atendimento das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha;

CONSIDERANDO o interesse da contratante na continuidade da execução do objeto contratual, solicitando o reajuste do contrato;

CONSIDERANDO a vantajosidade à Administração Pública, em observância aos princípios da economicidade e da viabilidade técnica, com foco na otimização dos recursos públicos;

CONSIDERANDO a alínea "g" do Inciso I do Artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a prorrogação contratual;

As partes resolvem, pelo presente instrumento ADITIVO O CONTRATO DE AQUISIÇÃO, celebrando o presente conforme as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. Através do presente termo aditivo, as partes resolvem alterar a cláusula primeira do contrato original n.º 028/2024, para promover o reajuste quantitativo, dos itens acordados, conforme tabela abaixo:

LOTE	UNID.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTD. ACORD.	QTD. ACRES.	VAL. UNIT.	VAL. TOT.
002	PAC	AGUIA CRISTA - PACOTE DE 60 AG	80	200	14,96	14.960,00
004	RS	AGU (GRANULADO) - CÂMERA INTERNA	80	15	19,30	1.547,50
005	LTA	ATUM MALADADO, LATA DE 170G	200	50	5,97	1.492,50
006	RS	AGUIA VERDE CONSERVA C/ CARNEIRO	80	20	3,33	733,00
007	PAC	CÂMERA EM PAPEL 20 GR	100	25	12,22	1.222,50
012	RS	CEROLA	100	25	3,88	485,00
013	RS	CEROLA	100	50	4,66	466,00
014	CR	CHÁ ALIMENTAÇÃO - TIPO CAMOMILA	81	20	2,15	151,04
015	CR	CHÁ ALIMENTAÇÃO - TIPO ERVA DOCE	81	20	2,09	168,81
016	UN	DOCE CREAMOSO - SABOR ABACAXI	100	25	4,22	527,50
017	UN	DOCE CREAMOSO - SABOR LARANJEIRA	100	25	4,22	527,50
018	UN	DOCE CREAMOSO - SABOR MANGA	100	25	4,22	527,50
019	UN	DOCE DE LITE - TIPO CREAMOSO	130	30	6,65	997,50
021	UN	DOCE DE MORANGO CREAMOSO	100	25	3,80	475,00
023	L	EXTRATO DE TOMATE	80	20	3,30	132,00
024	UN	FABRIMIA DE FRIGO 3 KG	250	63	10,00	3.125,00
025	UN	FABRIMIA QUINQUA	80	20	4,30	430,00
027	SC	MALINHO 500 GR	200	50	3,99	797,50
028	PT	MANGARINHA CEMOSA, COM SAL	400	100	2,40	1.240,00
031	RS	CAIXO DE COCA REFINADO	250	63	4,30	1.341,75
033	DE	DOCE DE GALHINHA BRANCO	100	20	6,80	680,00
036	CR	POUCH DOCE	100	20	1,70	170,00
037	PAC	QUERIDO MALADADO	80	20	2,50	250,00
040	RS	YONATE	100	20	1,93	193,00
043	CR	LEITE UHT INTEGRAL	3.500	875	3,99	37.462,50
044	PAC	CHOCOLATE GRANULADO PRETO	50	13	11,79	739,80
045	CR	LEITE CONDENSADO	70	20	3,99	279,30
046	CR	CREME DE LEITE	270	68	1,99	671,63
047	PAC	CONSERVA TIPO CROATO DA INDIA	100	25	1,35	168,75
048	UN	CAFE TRADICIONAL	2.000	500	16,66	41.650,00

1.2. O valor global integrado ao exercício de 2025, será de R\$ 18.880,24 (dezoito mil, oitocentos e oitenta reais e vinte e quatro centavos).

1.3. Diante disso, considerando o acréscimo da meta descrita na cláusula sétima do contrato original, o valor global passa a vigorar R\$ 94.269,74 (noventa e quatro mil, duzentos e sessenta e nove reais e setenta e quatro reais).

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas, e condições do Contrato original, datado de 13 de maio de 2024.

2.2. E por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Cidade Gaúcha - PR, 01 de maio de 2025.

ALEXANDRE LUCENA
Prefeito Municipal
Contratante

ALUISSON RODRIGO SEGUNDO
Representante Legal
Contratado

TESTEMUNHAS:

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Francisco Alves - PR, 04 de julho de 2025.

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

Município de Guairá

2ª ATA DE HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 010/2025

OBJETO: Credenciamento de Pessoas Jurídicas para fins de prestação de serviços médicos para complementar regime de plantão presencial semanal e finais de semana/feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento "UPA" (Sítio a Rua Osvaldo Cruz, nº 2097, Jardim América, Guairá/PR), conforme condições e exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

O Município de Guairá, Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de Credenciamento, Avaliação e Monitoramento dos prestadores de serviço SUS ao Município de Guairá/PR, instituída pelo Decreto Municipal nº 236, de 25 de agosto de 2023, **torna público** para o conhecimento dos interessados, a 2ª Ata de Habilitação e Credenciamento das empresas que protocolaram documentação completa para credenciamento conforme exigido em edital (aquelas realizadas até o dia 11 de julho de 2025 até as 17h30min), declaradas **HABILITADAS/CREENCIADAS** perante o chamamento, conforme segue:

POSICÃO	PROTOCOLO	DATAHORÁRIO	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	SITUAÇÃO	PARA SERVIÇO S DE
15	e-mail	27/06/2025 - 15h19	ARES GESTÃO EM SAUDE LTDA	44.889.935/0001-46	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs
16	e-mail	30/06/2025 - 10h26	INVICTUS GESTÃO EM SAUDE LTDA	26.775.172/0001-20	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs
17	e-mail	30/06/2025 - 14h57	FONSECA SERVIÇOS MEDICOS LTDA	58.850.357/0001-49	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs
18	e-mail	30/06/2025 - 16h00	ESSENCIAL MED SOLUÇÕES EM SAUDE LTDA	59.667.869/0001-18	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs
19	e-mail	01/07/2025 - 14h13	S G GERONAZZO - SERVIÇOS MEDICOS LTDA	50.599.654/0001-51	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs
20	e-mail	02/07/2025 - 10h57	PETRAW SERVIÇOS MEDICOS LTDA	52.918.223/0001-36	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs
21	e-mail	03/07/2025 - 10h32	MEDICANDO SERVIÇOS MEDICOS LTDA	21.474.357/0001-81	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs
22	e-mail	03/07/2025 - 16h47	TATIANA HONORIO GARCIA - SERVIÇOS MEDICOS LTDA	36.100.795/0001-57	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs
23	e-mail	04/07/2025 - 08h45	ACADEMIAS DE SAUDE - SERVIÇOS MEDICOS LTDA	48.689.904/0001-00	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs
24	e-mail	08/07/2025 - 09h15	VINICIUS FERNANDES ASSISTENCIA MEDICA LTDA	60.846.392/0001-36	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs

25	e-mail	08/07/2025 - 11h44	VITALIS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE SAUDE LTDA	53.539.972/0001-15	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs
26	e-mail	09/07/2025 - 13h57	T S SCHMIDT CLINICA MEDICA LTDA	58.014.126/0001-03	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs
27	e-mail	10/07/2025 - 16h32	ANIS GHATTAS MITRI FILHO & CIA LTDA	46.450.387/0001-89	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs
28	e-mail	11/07/2025 - 17h24	TEIXEIRA MEDICINA E SAUDE LTDA	58.014.864/0001-42	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs

O participante poderá recorrer da decisão do credenciamento à Comissão Permanente, mediante a protocolização das razões de recurso no Setor de Protocolo do Município de Guairá, de 2ª a 6ª feira, no horário das 07h30min às 17h00min, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação do resultado.

Informamos ainda que, na data de 02 de julho de 2025 às 09h58min a Secretaria de Saúde recebeu via e-mail o Descrédenciamento da empresa MEDMASTER SERVIÇOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA – CNPJ 47.206.132/0001-38, onde manifestou o desejo de não prosseguir com a assinatura do contrato. Considerando que a empresa ocupava a 9ª posição do rodízio a mesma foi retirada e então foram atualizadas as posições, passando a constar da seguinte forma:

POSICÃO	PROTOCOLO	DATAHORÁRIO	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	SITUAÇÃO	PARA SERVIÇO S DE
01	e-mail	23/06/2025 - 13h41	EGA GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA	24.327.852/0001-56	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs
02	e-mail	24/06/2025 - 16h14	SERGES - SERVIÇO DE GESTÃO EM SAUDE LTDA	31.906.254/0001-88	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs
03	e-mail	24/06/2025 - 17h31	OHANA MEDICINA INTEGRADAS EM SAUDE LTDA	58.224.927/0001-95	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs
04	e-mail	24/06/2025 - 17h37	EQUIPE GESTÃO EM SAUDE LTDA	46.602.691/0001-02	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs
05	e-mail	24/06/2025 - 17h38	AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA	33.458.003/0001-22	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs
06	e-mail	24/06/2025 - 17h46	MED FÁCIL SERVIÇOS DE SAUDE LTDA	46.695.791/0001-12	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs
07	e-mail	24/06/2025 - 17h50	BORESKI CLINICA MEDICA LTDA	58.476.855/0001-73	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs
08	e-mail	24/06/2025 - 22h17	MED MP SERVIÇOS	58.061.229/0001-16	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs

09	e-mail	25/06/2025 - 09h18	ACESSOMED GESTÃO E SERVIÇOS LTDA	50.306.377/0001-41	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs
10	e-mail	25/06/2025 - 14h49	ESFERA SAUDE LTDA	37.600.279/0001-54	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs
11	e-mail	25/06/2025 - 15h39	REAL SAUDE GESTÃO MEDICA LTDA	25.126.895/0001-36	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs
12	e-mail	26/06/2025 - 11h39	MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA	43.403.587/0001-92	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs
13	e-mail	26/06/2025 - 15h14	CAMPOS MEDICA DE SAUDE LTDA	37.134.677/0001-22	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs
14	e-mail	26/06/2025 - 16h12	E. MARCONDES DE CAMPOS	32.818.950/0001-85	CREENCIADO	Plantões médicos – UP24Hs

Este aviso será publicado e divulgado através do Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP e através do Site Oficial do Município no site www.guaira.pr.gov.br pelo link Chamamento Público.

Publique-se.

Guairá (PR), em 11 de julho de 2025.

Thiago Ferreira
Assessoria Jurídica
Presidente da Comissão Permanente de Credenciamento, Avaliação e Monitoramento
Secretaria Municipal de Saúde

Francisco dos Amaral Fontes
Assessoria Jurídica
Vice-Presidente da Comissão Permanente de Credenciamento, Avaliação e Monitoramento
Secretaria Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 408/2025
Data: 17.07.2025
Ementa: renova a composição do Comitê Local do Programa Nossa Gente, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guairá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, Considerando a Política Nacional da Assistência Social – PNAS, prevista no artigo 194 da Constituição Federal de 1988, que prevê a oferta dos serviços às famílias nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS;
Considerando a implantação do Programa Nossa Gente no Território do Município de Guairá, Estado do Paraná, com o objetivo central de realizar o Acompanhamento Familiar Sistemático e Intersectorial das famílias em situação de maior vulnerabilidade social e risco;
Considerando o memorando online sob o nº 3.799/2021,
DECRETA:
Art. 1º Fica renovada a composição do Comitê Local do Programa Nossa Gente – unidade de atuação no território de concentração das famílias, sendo responsável por mapear e articular ações com a rede de atendimento local, e igualmente por desenvolver as ações junto às famílias.
Art. 2º Ficam nomeados, sob a coordenação do primeiro, os seguintes membros para comporem o Comitê Local do Programa Nossa Gente:
SECRETARIA NOME
Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS/ Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Fernando Silva Vilhalva
Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS/ Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS Luciane dos Santos da Silva
Secretaria Municipal de Administração – SEADM Marcos Eduardo de Oliveira.
Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente – SEMAIM Zinaldo Rocha
Procuradoria Jurídica Eduarda Van de Sand
Secretaria Municipal da Educação – SMED Ana Lucia Albuquerque
Secretaria Municipal da Educação – SMED – Diretoria de Educação Especial Nilda de Freitas
Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura Lucineia Raimunda de Souza
Secretaria Municipal de Saúde – SMS Flávia Letícia Gonçalves Chibinski Malta
Secretaria Municipal de Saúde – SMS/ Atenção Básica Tatiane Mazzucco Rosseto
Diretoria Especial do Trabalho (SINE) Cristiane Rodrigues de Mattos Venâncio da Silva
Diretoria da Escola Municipal Técnica e Profissionalizante Fabiana Jacó da Silva
Diretoria de Habitação – Fernanda Bialeski
Superintendência Guarda Municipal Cesar Luis de Freitas
Instituto do Desenvolvimento Rural – IDR Scheila Juliana da Silva
Art. 3º O Comitê será responsável por articular e discutir as linhas de ação do Programa junto às famílias por meio de reuniões periódicas, elaborar e pactuar o Plano de Ação em conjunto com as famílias e realizar o acompanhamento sistemático durante o tempo de permanência no Programa.
Art. 4º Em caso de substituição de algum representante por destituição do cargo ou de função que exerce, o novo membro será o titular em exercício da respectiva Secretaria até a publicação de um novo Decreto.
Art. 5º Revoga-se integralmente o Decreto Municipal nº 046/2023 de 28/02/2023, ficando validados todos os atos praticados por seus membros.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guairá, Estado do Paraná, em 17 de julho de 2025.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 410/2025
Data: 17.07.2025
Ementa: renova a composição do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA e do Conselho Deliberativo da Área de Preservação Ambiental de Guairá - APA, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guairá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base nos dispositivos da Lei Municipal nº 1.157 de 20.12.1999, e, considerando o memorando on-line sob o nº 2.465/2017,
RESOLVE:
Art. 1º Fica renovada a composição do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA, que passa a ser integrado pelos seguintes membros:
Entidade Titular Suplente
I - Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente - SEMAIM Luís Carlos Lima
II - Diretoria de Meio Ambiente Marlene Rosa de Oliveira Dallacosta Micheli Regina Lucini
III - Emater - Agência de Guairá - PR Rita de Cássia Ribeiro Afonso Faccin
IV - Instituto Água e Terra - IAT José Volnei Bisognin Luiz Henrique Fiorucci
V - ICMBio- Instituto Chico Mendes Tercio Abel Pessenti
VI - C. Vale- Cooperativa Agrícola Matia Vale do Piquiri Ricardo Aurélio Campos Silva
VII - Unipar - Universidade Paraense Rosiley Berton Pacheco
VIII - Itaipu Binacional Marcelo Bortoli Uliana Marcos Vinícius Righes Sabrina Leandro
IX - Associação Comercial Industrial e Agrícola de Guairá - ACIAG Edina Diniz Meira
X - Sindicato Rural Patronal de Guairá Silvanir Rosset Antônio Bertuol
XI - Colônia dos Pescadores 2-13 José Cirineu Machado José Ramão Neto
XII - Secretaria Municipal de Educação Eliza Regina da Silva
XIII - Secretaria Municipal de Assistência Social Lígia Lumi Tsukamoto Suga
XIV - Associação dos Melhores Rurais da Linha das Flores Ereninha Scherer
XV - 15ª Cia. de Infanteria Motorizada Luiz Eduardo de Oliveira Borba Christian Sartorato
XVI - Ordem dos Advogados do Brasil/Subseção Guairá Solano Schisler Lopes
XVII - Comitê Gestor Marli de Souza Jardim Edina Diniz Meira
XVIII - Caixa Econômica Federal Ozil Ricardo Lenhard Lucas Marciel Vian
XIX - Secretaria Municipal de Saúde Fabiano Melanias Raddatz Francisco do Amaral Fontes
XX - Secretaria Municipal de Planejamento Bruno Andrei Coletta Franz Jambersi
XXI - Diretoria de Limpeza Pública Lindomar Moraes da Silva Alex Cesar de Sá da Silva
XXII - Procuradoria Jurídica João Fernando Greilco
XXIII - Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros do Lago de Itaipu Mauri José Schneider
XXIV - Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Cultura - SMTEC Vanessa Caroline Danelon de Campos
XXV - Agência do Trabalhador Ana Claudia Eloy Foletto
XXVI - Agência do Trabalho Adriana Campos
XXVII - Assessoria de Imprensa Cintia Marques da Silva Lindomar Vantelino
Art. 2º O Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental de Guairá, Previsto no inciso I do § 3º do artigo 5º do Decreto Municipal nº 11/2000 de 14.04.2000, fica instituído com o seguinte composição:
Entidade Titular Suplente
I - Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente - SEMAIM Luiz Vieira da Silva
II - Instituto Água e Terra - IAT José Volnei Bisognin Luiz Henrique Fiorucci
III - ICMBio- Instituto Chico Mendes Tercio Abel Pessenti
IV - Município de Guairá Gileade Gabriel Osti Luís Carlos Lima
V - CORIPA - Conselho Inter municipal para a Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influências Nayara Rapposio Oliva
Maria Cristina da Silva
VI - Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Cultura - SMTEC Vanessa Caroline Danelon de Campos Ana Claudia Eloy Foletto
VII - 15ª Cia. de Infanteria Motorizada Luiz Eduardo de Oliveira Borba Christian Sartorato
Parágrafo único. A Presidência do CONDEMA será exercida pelo titular da Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente, conforme determinação do § 1º do artigo 107 da Lei Municipal nº 1.157/1999.
Art. 3º As atividades e prerrogativas do CONDEMA são aquelas previstas na Legislação específica, sendo que suas atividades são consideradas serviços públicos relevantes e sem direito a remuneração.
Art. 4º Revoga-se integralmente o Decreto nº 092/2024 de 26.03.2024, ficando validado todos os atos praticados por seus membros.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guairá, Estado do Paraná, em 17 de julho de 2025.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 411/2025
Data: 17.07.2025
Ementa: não atendimento ao Edital de Convocação nº 028/2025, para atender o disposto no item 20.14 do Edital de Abertura nº 001/2024 do Concurso Público nº 01.001/2024, e dá outras providências.
O Prefeito do Município de Guairá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica de Guairá, e, Considerando que o candidato a seguir mencionado, não compareceu, no prazo estipulado do edital de convocação de nº 028/2025, em atendimento ao disposto no item 20.14 do Edital de Abertura nº 001/2024 do Concurso Público nº 01.001/2024, e, Considerando o memorando online sob o nº 1.271/2025,
DECRETA:
Art. 1º Fica considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado, nos termos do item 20.14 do Edital de Abertura nº 001/2024 do Concurso Público nº 01.001/2024, o candidato a seguir mencionado, em razão do não comparecimento no prazo fixado no Edital de Convocação nº 028/2025:
Para o Cargo de Professor
Candidato Classificação Inscrição nº
Rodrigo Oliveira da Silva 6º 156378
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guairá, Estado do Paraná, em 17 de julho de 2025.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 416/2025
Data: 17.07.2025
Ementa: concede Licença Especial aos Servidores Públicos Municipais, conforme específica, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guairá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 1.246/2003, e, considerando os memorandos online sob os nºs 1.680/2025, 2.686/2025 e 2.736/2025,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Licença Especial aos Servidores Públicos Municipais mencionados, conforme segue:
Nome Cargo Matrícula Nº Período aquisitivo Período de gozo
Cleuza Balbino Ferreira Servente de Limpeza 13366-01 2017/2022 16.07.2025 a 13.10.2025
Daniel de Oliveira Barbiero Educador Físico 29339-01 2019/2024 14.08.2025 a 11.11.2025
Lourival Cesar de Mattos Junior Guarda Municipal Masculino 13994-02 2017/2022 01.08.2025 a 29.10.2025
Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento da presente Portaria.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E, CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guairá, Estado do Paraná, em 17 de julho de 2025.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 412/2025
Data: 17.07.2025
Ementa: autoriza a realização do Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de empregos públicos, por prazo determinado, para contratação de Profissionais da área da saúde e educação, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guairá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o inciso II do art. 37 da Constituição Federal, art. 208, inciso V da Lei Municipal nº 1.246/2003 e 1.965/2015, e, considerando o memorando online sob o nº 1.970/2025,
CRETA:
Art. 1º Fica autorizada a realização do Processo Seletivo Simplificado, com previsão inicial de contratação para os cargos de Professor e Professor de Educação Infantil, com prazo de validade até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.
Art. 2º A Comissão Executiva será composta pelos seguintes membros:
Função Nome Matrícula nº Cargo Formação
1º Presidente Cassia Cassiane de Oliveira Menezes 22381-05
Diretor de Educação Pedagógica
2º Presidente Marieleide Belegante 18830-03 Secretária Municipal de Educação
Pedagoga
1º Secretário Edina Diniz Meira
9113-02 Assessora Pedagógica e Educacional Pedagoga
Membro Eliza Regina da Silva 18813-03 Assessora Pedagógica e Educacional
Membro Marcos Eduardo de Oliveira 30942-01 Diretor da Diretoria de Pessoal Direito
Membro Flávio Augusto de Queiroz Varolo 24562-02 Contador Ciências Contábeis
Art. 3º A Comissão de que trata o artigo anterior tem como atribuições:
I - Promover a divulgação de eventos do processo seletivo;
II - Analisar e propor a aprovação de edital e programas de avaliação;
III - Promover os resultados finais;
IV - Fiscalizar e acompanhar a execução da realização do teste seletivo, e,
V - Desenvolver outras ações pertinentes ao processo seletivo, tais como deliberar sobre os casos omissos, duvidosos e recursos, se for o caso.
Art. 4º O desempenho das atribuições dos membros da Comissão é considerado serviço público relevante e não será remunerado.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guairá, Estado do Paraná, em 17 de julho de 2025
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
EDITAL Nº 030/2025
CONVOCAÇÃO
Ref. Concurso Público Municipal nº 01.001/2024 – Edital de Abertura nº 001/2024
O Prefeito Municipal de Guairá, Estado do Paraná, no uso de atribuições que lhe confere a Lei Orgânica de Guairá, e tendo em vista a homologação do resultado do Concurso Público Municipal nº 01.001/2024, conforme Edital de abertura nº 001/2024, e, considerando o memorando online sob o nº 1.271/2025,
RESOLVE:
I - CONVOCAR os candidatos descritos a seguir, aprovados e classificados no Concurso Público Municipal nº 01.001/2024, aberto pelo Edital nº 001/2024 e alterações subsequentes, a qual deverão comparecer na Diretoria de Pessoal desta Municipalidade, sito à Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 126, Centro, no Município de Guairá, Estado do Paraná, impreterivelmente, no período de 21.07.2025 a 04.08.2025, no horário de expediente, das 07h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min, munidos dos documentos constantes no item 2 deste Edital, para provimento dos cargos, conforme a seguir:
Para o Cargo de Cirurgião Dentista - 40 Horas Semanais
Candidato Classificação Inscrição nº
Paula Gabriele Cunha Perusso 5º 158631
Para o Cargo de Engenheiro Agrônomo
Candidato Classificação Inscrição nº
Gislaine Gabardo 1º 154086
Para o Cargo de Engenheiro Elétrico
Candidato Classificação Inscrição nº
Pablo Guilherme Florencio Paes 1º 158970
Para o Cargo de Merendeira - Afrodessendente
Candidato Classificação Inscrição nº
Ewerton Mendelita Maciel Da Silva 2º 158320
OBS: A candidata classificada em 1º SILVA DE SOUZA SANTOS DELIZA na vaga de Afrodessendente, foi convocada e nomeada pela vaga de Ampla Concorrência conforme Decreto nº 290/2025.
2. Os candidatos convocados deverão comparecer na Diretoria de Pessoal mu-nidos dos seguintes documentos originais e cópias:
I. Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade;
II. Carteira Nacional de Habilitação - CNH vigente, categoria mínima exigida para o cargo (quando for o caso) categoria no mínimo B para Cuidador/Educador;
III. Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
IV. Registro no órgão da classe (quando for o caso);
V. Registro Civil de nascimento ou casamento;
VI. Certidão ou Declaração emitida pela Secretaria de Saúde (Unidade Competen-te) atestando regularidade na vacinação;
VII. Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/isenção ou Carta Patente, se do sexo masculino;
VIII. Título de Eleitor, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência ou declaração de quitação eleitoral;
IX. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
X. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, declaração de vacina atualizada da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
XI. Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
XII. Número PIS/PASEP/NT/NIS;
XIII. Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone);
XIV. Declaração de bens e valores que constituam patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda do último ano;
XV. Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, ho-rário de trabalho e remuneração;
XVI. Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e/ou pensão;
XVII. Declaração de não estar cumprindo o nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
XVIII. Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal;
XIX. Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residu nos 5 (cinco) últimos anos;
XX. Qualificação cadastral do eSocial, de que os dados estão corretos;
XXI. Declaração de dependentes para fins de abatimento de Imposto de Renda;
XXII. Auto declaração identificando o segmento étnico e racial a qual se pertence, nos termos da Lei Federal nº 14.533/2023.
2.1. A Certidão deverá ser apresentada, necessariamente, no original.
3. Após a entrega dos documentos previstos no item 2, os candidatos serão submetidos, antes da nomeação, à Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e exames complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribui-ções do cargo.
3.1. A falta da apresentação dos exames mencionados no item anterior carac-terizará desistência dos candidatos.
3.2. A omissão e/ou negação pelos candidatos de informações relevantes na entrevista médica, intencionalmente ou não, implicará em sua perda do direito à nomeação, e caso já tenha sido nomeado e empossado, poderá ser exonerado do seu respectivo cargo, observado o contraditório e a ampla defesa.
3.3. O resultado dos Exames Médicos Admissionais será expresso com a indi-cação de apto ou inapto para o exercício das atribuições do cargo.
3.4. Os candidatos considerados inaptos nos Exames Médicos Admissionais ou que não se sujeitarem à realização dos mesmos serão eliminados do Concurso.
4. A inexistência das declarações e/ou informações prestadas ou a apresentação irregular de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminando os candidatos, anulando todos os atos decorrentes da respectiva nomeação e a tomada de posse.
5. Os candidatos que deixará de comparecer no prazo fixado no Edital de Con-vocação, serão considerados como desistentes e substituídos, na sequência, pelo imediatamente classificado. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guairá, Estado do Paraná, em 17 de julho de 2025.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 417/2025
Data: 17.07.2025
Ementa: estabelece normas para a ocupação da função de Coordenador Pedagógico na Rede Municipal de Ensino de Guairá, Estado do Paraná, da gestão 2026/2027, dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guairá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na no art. 64 da Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), na meta 15 da Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE), e na meta 15 do Plano Nacional de Educação – Lei nº 1.839/2015, e, Considerando a importância da qualificação técnica e pedagógica dos profis-sionais que atuam na gestão escolar;
Considerando o memorando online sob o nº 2.814/2025,
RESOLVE:
Art. 1º Normalizar a ocupação da função de Coordenador Pedagógico dos Cen-tros Municipal de Educação Infantil e das Escolas Municipais da rede de ensino do Município de Guairá, Estado do Paraná, para a gestão 2026/2027.
Art. 2º 2ª Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Guairá, a exi-gência de curso de formação específica em gestão pedagógica e coordenação escolar como requisito obrigatório para o exercício da função de Coordenador Pedagógico.
Art. 3º O curso de formação deverá atender aos seguintes critérios:
I – Carga horária mínima de 40 horas, sendo disponibilizada 20 horas de forma presencial e 20 horas de forma online;
II – Conteúdos voltados à gestão Pedagógica, planejamento e avaliação, me-diação de conflitos, Coordenação de Processos formativos e organização do trabalho escolar;
III – Ser ofertado pela Secretaria Municipal de Educação ou por instituição par-ceira devidamente habilitada;
IV - Participação mínima de 80% da carga horária total;
V - Realização de avaliação final com nota mínima de 6,0 (seis).
Art. 4º Conforme o art. 36 da Lei Municipal nº 1965/2015, o exercício das fun-ções de suporte pedagógico por profissionais do magistério tem como pré-requisito a experiência docente de no mínimo três anos, adquirida na educação básica em qualquer sistema de ensino, público ou privado.
Art. 5º Os professores interessados na função de Coordenador Pedagógico de-verão apresentar comprovante de participação das aulas e conclusão do curso de formação no ato da inscrição ou designação.
Art. 6º Casos excepcionais serão analisados pela Secretaria Municipal de Edu-cação mediante justificativa formal e documentação comprobatória.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E, CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guairá, Estado do Paraná, em 17 de julho de 2025.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 418/2025
Data: 17.07.2025
Ementa: concede férias aos Servidores Públicos Municipais, conforme específica, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guairá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando os memorandos online sob os nºs 1.803/2025, 2.733/2025, 2.735/2025, 2.753/2025 e 2.803/2025,
RESOLVE:
Art. 1º Concede férias aos Servidores Públicos Municipais, mencionados a seguir:
Nome Matrícula Nº Período Aquisitivo Início/Fim
Barbara da Silva Costa 29178-01 2024/2025 04.08.2025 a 15.08.2025
Charles Pereira dos Santos 30555-01 2023/2024 13.08.2025 a 01.09.2025
Emily Drumond 29976-2 2023/2024 15.08.2025 a 29.08.2025
Jennifer Lopes dos Santos 30466-01 2024/2025 08.08.2025 a 22.08.2025
Mariana Mendes Gonçalves Lopera 29688-3 2024/2025 21.07.2025 a 25.07.2025
Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, E, CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guairá, Estado do Paraná, em 17 de julho de 2025.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

Estado do Paraná

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2025
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (PSS)
EDITAL Nº 019/2025 (INTEGRANTE DO PSS 003/2025)
SÚMULA: DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO GERAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS), EXCLUSIVAMENTE PARA SUPRIR SITUAÇÕES DE CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS.
A Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado (CEPS), designada pelo Decreto nº. 124/2025 de 14/07/2025, TORNA PÚBLICO as inscrições para Processo Seletivo Simplificado (PSS) para contratação de pessoal por tempo determinado, que se regerá pelas seguintes regras:
1 – DO PRAZO E JUSTIFICATIVA DO PSS
1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelas regras estabelecidas no presente Edital, destinado a selecionar candidatos para contratação por tempo determinado, com vistas a:
Fundamento Descrição
Art. 3º do Decreto 125/2021 Suprir vacância até realização do concurso
1.2. O prazo de contratação será de 12 meses.
1.2.1. Permanecendo a necessidade que gerou a contratação na forma da presente Lei, os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser prorrogados, admitindo-se inclusive a recontração, desde que não ultrapasse o limite máximo de 2 (dois) anos.
1.2.2. As prorrogações devem ser formalizadas em termo aditivo ao contrato inicial desde que plenamente demonstrada a necessidade de prorrogação da contratação nos termos deste Decreto.
2 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
2.1. O presente Processo Seletivo Simplificado será realizado, obedecendo o seguinte cronograma de realização:
Descrição do ato Prazo
Publicação do Edital 17/07/2025
Recurso contra disposições do Edital Até 21/07/2025
Inscrições e entrega dos Títulos e documentos comprobatórios De 22/07/2025 a 31/07/2025
Homologação das Inscrições e resultado provisório 06/08/2025
Recurso resultado provisório 07/08/2025 a 08/08/2025
Convocação para Entrevista 12/08/2025
Entrevista 14/08/2025 e 15/08/2025
Resultado final 21/08/2025
2.2. Mediante imperiosa necessidade, os prazos dispostos neste item poderão ser alterados através de Avisos devidamente publicados no mesmo Órgão Oficial de publicação divulgado no cronograma de execução.
3 – DAS INSCRIÇÕES
3.1. Para realizar a inscrição no presente Processo Seletivo Simplificado, o Candidato deverá:
a) Preencher corretamente a Ficha de Inscrição;
b) Apresentar cópia de documento pessoal com foto;
c) Apresentar cópia dos documentos para contagem de pontos Títulos (quando houver), Experiência e Comprovação de residência.
3.1.1. Não serão aceitos documentos ilegíveis, não preenchidos com todos os dados solicitados na ficha de inscrição e encaminhados em tamanho extremamente reduzido que impeça a correta compreensão de seu conteúdo.
3.2. As inscrições e entrega dos Títulos (quando houver), Experiência e Comprovação de residência serão recebidas exclusivamente através do e-mail pss@ipora.pr.gov.br.
3.3. Não haverá taxa de inscrição para o presente PSS.
4 – DO CARGO
O Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para preenchimento de contrato de trabalho por tempo determinado, conforme segue:
CARGO 01 Agente de Combate a Endemias
VAGAS 01
CARGA HORÁRIA SEMANAL 40 horas semanais
REMUNERAÇÃO MENSAL R\$ 3.036,00 (três mil e trinta e seis reais)
ATRIBUIÇÕESO Agente de Combate as Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças endêmicas e infecto-contagiosas e promoção da saúde, mediante ações de vigilância de endemias e seus vetores, inclusive, se for o caso, fazendo uso de substâncias químicas, abrangendo atividades de execução de programas de saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor de cada ente federado. (descrição detalhada conforme a Lei Municipal nº 1159/2011.)
REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO Ensino médio completo.
CARGO 02 Auxiliar de Apoio à Infância
VAGAS 02
CARGA HORÁRIA SEMANAL 40 horas semanais
REMUNERAÇÃO MENSAL R\$ 1.943,46 (hum mil e novecentos e quarenta e três reais e quarente e seis centavos)
ATRIBUIÇÕES Executa, com orientação da professora e/ou da supervisão pedagógica, as propostas educativas para a idade dos alunos atendidos, auxiliando e dando apoio às atividades escolares sempre que necessário. (descrição detalhada conforme a Lei Municipal nº 1662/2019.)
REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO Certificado de conclusão do ensino médio fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC.
CARGO 03 Auxiliar de Serviços Gerais Masculino
VAGAS 02
CARGA HORÁRIA SEMANAL 40 horas semanais
REMUNERAÇÃO MENSAL R\$ 1.518,00 (hum mil e quinhentos e dezoito reais)
ATRIBUIÇÕESRealiza trabalhos de limpeza em geral a fim de manter as condições de higiene e conservação do local de trabalho, bem como exerce funções de conservação e manutenção dos prédios assegurando o asseio, o cumprimento do regulamento e a segurança. (descrição detalhada conforme a Lei Municipal nº 1159/2011.)
REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO Ensino Fundamental (séries iniciais).
CARGO 04 Gari
VAGAS 01
CARGA HORÁRIA SEMANAL 40 horas semanais
REMUNERAÇÃO MENSAL R\$ 1.518,00 (hum mil e quinhentos e dezoito reais)
ATRIBUIÇÕESExecutar a limpeza de ruas, praças, calçadas e demais logradouros públicos; auxiliar a executar a poda de árvores e demais plantas; auxiliar na manutenção e conservação das praças, ruas e logradouros públicos; auxiliar na limpeza de locais públicos onde ocorram eventos que envolvem aglomeração de pessoas; atender transeuntes, visitantes e moradores, prestando-lhes informações. (descrição detalhada conforme a Lei Municipal nº 1240/2013.)
REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO Ensino Fundamental Incompleto.
CARGO 05 Enfermeiro
VAGAS 01
CARGA HORÁRIA SEMANAL 40 horas semanais
REMUNERAÇÃO MENSAL R\$ 5.511,25 (cinco mil e quinhentos e onze reais e vinte e cinco centavos)
ATRIBUIÇÕESPlaneja, organiza, supervisiona e executa serviços de enfermagem que possibilitem a proteção e a recuperação da saúde individual e coletiva. (descrição detalhada conforme a Lei Municipal nº 1159/2011.)
REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO Curso superior completo em Enfermagem.
CARGO 06 Operador de Máquinas
VAGAS 01
CARGA HORÁRIA SEMANAL 40 horas semanais
REMUNERAÇÃO MENSAL R\$ 1.556,45 (hum mil e quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta e cinco centavos)
ATRIBUIÇÕESConduz máquinas montadas sobre rodas ou esteiras que servem para escavar, nivelar, aplainar ou compactar a terra e materiais similares. (descrição detalhada conforme a Lei Municipal nº 1159/2011.)
REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO Ensino Fundamental (série iniciais).
CARGO 07 Servente de Serviços Gerais Feminino
VAGAS 02
CARGA HORÁRIA SEMANAL 40 horas semanais
REMUNERAÇÃO MENSAL R\$ 1.518,00 (hum mil e quinhentos e dezoito reais)
ATRIBUIÇÕESRealiza trabalhos de limpeza em geral para manter as condições de higiene e conservação do local de trabalho, prepara lanche e refeições. Exerce funções de conservação e manutenção dos prédios assegurando o asseio, o cumprimento do regulamento e a segurança. (descrição detalhada conforme a Lei Municipal nº 1159/2011.)
REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO Ensino Fundamental.
CARGO 08 Técnico de Enfermagem
VAGAS 02
CARGA HORÁRIA SEMANAL 40 horas semanais
REMUNERAÇÃO MENSAL R\$ 1.858,89 (hum mil e oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos)“O valor inicial será complementado até o piso da respectiva categoria profissional, nos termos da Lei Federal nº 14.434/2022 e enquanto a União promover os repasses, conforme previsão do Art. 198, § 5º e 15 da Constituição Federal de 1988.
ATRIBUIÇÕESPresta atendimento à comunidade, na execução e avaliação dos programas de saúde pública, atuando nos atendimentos básicos a nível de prevenção e assistência. As atividades deverão ser exercidas sobre supervisão, orientação e direção do Enfermeiro; (descrição detalhada conforme a Lei Municipal nº 1159/2011.)
REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO Ensino médio e curso específico de técnico de enfermagem e registro no COREN.
5 – DA HABILITAÇÃO, EXPERIÊNCIA, COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA E ENTREVISTA
5.1. Acrescentar-se-á em favor do candidato, a seguinte pontuação, considerando os critérios de habilitação, experiência no cargo ou na área respectiva e entrevista:
5.1.1 Para os cargos de Nível Superior a pontuação será conforme a tabela a seguir:
CRITÉRIO NÍVEL PONTUAÇÃO PONTUAÇÃO MÁXIMA
Habilitação Pós-graduação na área específica do cargo (por título) 04 por título
20
Mestrado na área específica do cargo (por título) 05 por título
doutorado na área específica do cargo (por título) 10 por título
Curso ligados à área de atuação, com carga horária igual ou superior a 08 horas, com data de expedição nos últimos 5 anos. 02
Experiência (tempo de serviço) Experiência na área específica do cargo (por ano). 1 0
por ano 20
Comprovação de Residência Comprovação de residência fixa no município antes da publicação do edital. (emitida nos últimos 03 meses) 20
Entrevista Entrevista pessoal para classificar candidatos para atuação em instituições públicas.
Avaliar a situação funcional do candidato 40
TOTAL DE PONTOS 100
5.1.2 Para os cargos de Nível Médio/Técnico a pontuação será conforme a tabela a seguir:
CRITÉRIO NÍVEL PONTUAÇÃO PONTUAÇÃO MÁXIMA
Habilitação Curso ligados à área de atuação, com carga horária igual ou superior a 08 horas, com data de expedição nos últimos 5 anos. 04 por título
20
Experiência (tempo de serviço) Experiência na área específica do cargo (por ano). 1 0

por ano 20
Comprovação de Residência Comprovação de residência fixa no município antes da publicação do edital (emitida nos últimos 03 meses) 20
Entrevista Entrevista pessoal para classificar candidatos para atuação em instituições públicas.
Avaliar a situação funcional do candidato 40
TOTAL DE PONTOS 100
5.1.3 Para os cargos de Nível Fundamental a pontuação será conforme a tabela a seguir:
CRITÉRIO NÍVEL PONTUAÇÃO PONTUAÇÃO MÁXIMA
Experiência (tempo de serviço) Experiência na área específica do cargo (por ano). 1 5
por ano 30
Comprovação de Residência Comprovação de residência fixa no município antes da publicação do edital (emitida nos últimos 03 meses) 30
Entrevista Entrevista pessoal para classificar candidatos para atuação em instituições públicas.
Avaliar a situação funcional do candidato 40
TOTAL DE PONTOS 100
5.2. A pontuação mínima para classificação e realizar a entrevista será 20 (vinte) pontos.
5.3. Os títulos para comprovação da Habilitação, Comprovação de residência e Experiência deverão ser apresentados em duas etapas, a primeira etapa será o envio da cópia dos Títulos pelo e-mail conforme item 3.2 e a segunda etapa será a entrega dos títulos presencialmente ao candidato aprovado e convocado. Na segunda etapa os títulos deverão ser apresentados em duas vias (cópias), uma delas autenticada em cartório. A via não autenticada será devolvida ao Candidato com o protocolo de recebimento, após conferir que é idêntico ao título autenticado, que ficará em poder dos Servidores.
5.4. Para comprovação dos critérios de experiência, serão aceitos os seguintes documentos:
1 - Cópia autenticada da carteira de trabalho;
2 – Cópia do Contrato de trabalho, devidamente formalizado;
3 – Cópia do ato de nomeação em cargo público;
Comprovação de trabalho autônomo, através de alvará de licença ou inscrição como microempreendedor ou Empreendedor Individual (quando a atividade permitir).
5.5. Para comprovação dos critérios de comprovação de residência, serão aceitos os seguintes documentos:
1 - Contas de consumo: Contas de água, luz, gás, telefone fixo ou celular, e internet em seu nome, emitidas em seu endereço residencial.
2 - Contratos de aluguel: Contratos de locação em seu nome, com firma reconhecida e comprovando o endereço residencial.
3 – Declaração de Imposto de Renda: Declaração do último exercício, com o endereço residencial.
4 - Extratos bancários: Extratos bancários recentes que comprovem o endereço residencial.
5.6 - Para fins de comprovação de tempo de serviço, a fração igual ou superior à 06 (seis) meses será considerado ano completo.
5.7 - Para fins de comprovação de residência, será aceito documentos comprobatórios emitidos nos últimos 03 meses anteriores a data da publicação do edital.
5.8 - Não serão considerados como Títulos outros documentos apresentados, que não os expressamente descritos neste Edital.
6 – DA AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
6.1. A avaliação será realizada pela Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado (CEPS) considerando:
a) A contagem dos títulos, Comprovação de residência, Experiência e Entrevista;
b) havendo empate, aplicando-se os critérios de desempate, previsto neste edital.
6.2. Os candidatos habilitados serão classificados em ordem decrescente da nota final obtida através do total de pontos em cada critério.
6.3. Serão considerados aprovados, os candidatos que na somatória da Habilitação (quando houver), experiência, comprovação de residência e Entrevista, obtiverem nota igual ou superior a 50,0 (cinquenta pontos).
7 – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
7.1 - Na hipótese igualdade no total de pontos entre os aprovados, o desempate de notas processar-se-á com os seguintes critérios:
a) Para os cargos existentes neste edital, em que houver candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em conformidade com o art. 27, parágrafo único, da Lei 10741/2003 - Estatuto do Idoso, será utilizado o critério da maior idade.
b) Para os casos previstos na Lei 11.689, de 9 de junho de 2008, será assegurada a preferência em igualdade de condições em processo seletivo simplificado, desde que jurados, devidamente comprovados.
c) Após a aplicação dos critérios acima, se ainda persistir o empate, terá preferência o candidato que tiver, sucessivamente:
c.1. maior nota no critério entrevista;
c.2. Maior nota no critério comprovação de residência;
c.3 maior nota no critério habilitação;
c.4 maior nota no critério experiência;
6 - DA CONTRATAÇÃO
8.1. Os candidatos serão convocados através de Edital, por ordem de classificação, para efetivação da contratação, ocasião em que poderá, de acordo com cada caso, ser exigido documentos que comprove:
a) Ter nacionalidade brasileira ou ser naturalizado;
b) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, na data da contratação;
c) Estar em dia com as obrigações eleitorais e com as obrigações militares, neste último caso para os candidatos do sexo masculino, na data da contratação;
d) Ter disponibilidade de horário para exercer suas atividades;
e) Declaração que não possui antecedentes criminais, até a data da contratação;
f) Ter aptidão física e mental para a realização da função, através de exame de admissibilidade;
g) Não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade por prática de atos desabonadores;
h) Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas no presente Edital.
i) Atestado de Saúde, considerando-o apto para o exercício da função, expedido por médico designado pelo Município;
8.2 - Será admitido a apresentação de declarações do próprio candidato para as condições previstas nas alíneas 'd', 'e' e 'g' do item anterior.
8.3 - O Candidato convocado que não comparecer no prazo que será estipulado no edital de convocação para a contratação ou não apresentar toda a documentação solicitada será desclassificado e fundamentado.
9.3. Recursos ou pedidos de revisões fora do prazo serão desconsiderados.
9.4. O resultado do julgamento dos recursos será publicado em extrato.
10. DA RESERVA ESPECIAL
10.1 - Havendo contratações em número superior ao previsto neste Edital, especificamente, em número igual ou superior a 20 (vinte) Candidatos em cada Cargo, será assegurado, nas vagas abertas para o respectivo cargo, 5% (cinco por cento) das vagas como reserva especial para os Candidatos portadores de deficiência física, ressalvado os demais requisitos deste Edital, que se aplica em igualdade de condição aos portadores deste benefício.
10.1.1 – A reserva de vagas segue a especificidade de que a 5ª vaga, e a cada novo conjunto de 20 vagas (21ª, 41ª, 61ª, etc.), é destinada a candidatos PcD.
10.2 - Antes da nomeação, o Candidato portador de deficiência física será submetido a perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atividades do cargo.
10.3 - A perícia médica será realizada pela Junta Médica oficial do Município ou Médico do Trabalho, devendo o laudo ser emitido no prazo de até 05 dias úteis, contados da data do respectivo exame.
10.4 - Caso a Junta Médica ou Médico do Trabalho conclua pela inaptidão do candidato, será constituída de ofício, no prazo de até 30 dias, equipe médica para nova perícia, da qual participará um médico especialista na deficiência de que é portador o candidato e um Médico indicado pelo candidato.
10.5 - A equipe médica deverá apresentar conclusão da avaliação no prazo de 05 dias úteis contados da realização do exame.
11 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
11.1 - Aplica-se ao pessoal contratado nos termos deste Edital, os direitos e deveres previstos no Estatuto dos Servidores públicos Municipais.
11.2 - O pessoal contratado nos termos deste Edital fica vinculado obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social, cujas contribuições devem ser recolhidas durante a vigência da contratação.
11.3 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado (CEPS).
11.4 - Todos os avisos referentes ao presente Edital serão publicados oficialmente no Diário Oficial eletrônico do Município, disponível em https://ipora.pr.gov.br/index.php?mod=46.
11.5 - O prazo de validade do presente Edital esgotar-se-á em 01 (um) ano, a contar da data de publicação do ato de homologação do resultado do Processo Seletivo Simplificado, podendo vir a ser prorrogado uma única vez, por igual período
até 17 de julho de 2025.
SIMONE FERREIRA DE OLIVEIRA
Presidente da CEPS
FICHA DE INSCRIÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2025
CARGO
NOME COMPLETO MAS. FEM.
CPF SEXO
RG Órgão Expedidor U.F.
NOME DA MÃE
NASCIMENTO NACIONALIDADE
/ /
ENDEREÇO
RUA/AV
Nº
CIDADE BAIRRO
UF
FONE E-MAIL:
CEP
Documentos obrigatórios a serem apresentados juntamente com a inscrição:
1 – documentos para contagem dos títulos, comprovante de residência e tempo de experiência, que definirá a classificação do candidato;
2 – cópia de documento pessoal com foto.
Ao enviar o presente formulário, declaro que as informações prestadas são verdadeiras; que tenho pleno conhecimento do Edital que rege o presente processo seletivo simplificado, bem como, que preencho todos os requisitos exigidos para o contrato pleiteado. Declaro ainda que, caso classificado (a), entregarei, se for convocado, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo.
_____, _____ de _____ de 2025.
Assinatura do Candidato

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

Estado do Paraná

DECRETO Nº. 128 /2025

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOIEIRO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTA APRESENTADA A INEXIGIBILIDADE Nº 024/2025.

atribuições legais,

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre proposta apresentada na Inexigibilidade nº 024/2025, objetivando a Contratação de empresa de show artístico da dupla sertaneja Icaro e Gilmar para realização da Expo Iporã, no município de Iporã-PR, tendo sido declarada vencedora a empresa abaixo especificada, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$
IG PRODÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	R\$300.000,00

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 17 de julho de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

Estado do Paraná

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO

O Agente de Contratação, designado através da Portaria nº 018/2025, de 06 de janeiro de 2025, com base na Lei Federal 14.133/2021 e legislação complementar, torna público o resultado do processo de Inexigibilidade de Licitação.

MODALIDADE: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 023/2025

OBJETO: Contratação de empresa show artístico da dupla sertaneja George Henrique e Rodrigo para realização da Expo Iporã, no município de Iporã-PR.

EMPRESA: RECEITA DE AMAR PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ Nº 44.323.721/0001-08
VALOR DA PROPOSTA: R\$200.000,00 (duzentos mil reais).
JUSTIFICATIVA: A presente contratação justifica-se pela necessidade de promover, no Município de Iporã, um espetáculo artístico de reconhecida qualidade e ampla aceitação popular, por meio da apresentação da dupla “George Henrique e Rodrigo” durante a Expo Iporã 2025, a ser realizada em 18 de outubro de 2025. Esta iniciativa visa atender ao interesse público de fomentar a cultura local, incentivar a participação da comunidade em eventos de relevância social e econômica, além de promover o turismo e fortalecer o comércio e os serviços locais. A realização do show contribui para a valorização da identidade cultural do município, estimulando o desenvolvimento regional e a geração de renda temporária para diversos segmentos econômicos. Diante da exclusividade da contratação da dupla “George Henrique e Rodrigo”, representada pela empresa Receita de Amar Produções Artísticas Ltda. (CNPJ 44.323.721/0001-08), e considerando a complexidade técnica e artística da apresentação, a contratação por inexigibilidade se apresenta como a modalidade adequada para atender à demanda pública, garantindo eficiência, economicidade e a adequada execução do evento.

Iporã-PR, 14 de Julho de 2025.

Janaina Bergamin Pereira
Agente de Contratação

Roberto da Silva
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO

O Agente de Contratação, designado através da Portaria nº 018/2025, de 06 de janeiro de 2025, com base na Lei Federal 14.133/2021 e legislação complementar, torna público o resultado do processo de Inexigibilidade de Licitação.

MODALIDADE: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 024/2025

OBJETO: Contratação de empresa de show artístico da dupla sertaneja Icaro e Gilmar para realização da Expo Iporã, no município de Iporã-PR.

EMPRESA: IG PRODÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ Nº 32.709.736/0001-20
VALOR DA PROPOSTA: R\$300.000,00 (trezentos mil reais).
JUSTIFICATIVA: A presente contratação fundamenta-se na necessidade de viabilizar uma programação cultural de relevância para as festividades da Expo Iporã 2025. Considerando o interesse público em promover eventos que fortaleçam a identidade cultural, incentivem a participação da comunidade e fomentem o desenvolvimento econômico local, faz-se imprescindível a realização de um show artístico com artistas de reconhecida projeção nacional. A contratação da dupla “Cezar Menotti e Fabiano”, por meio da empresa CASO MARCADO SHOWS (CNPJ: 27.044.636/0001-91), justifica-se pela exclusividade na representação dos artistas, o que inviabiliza a competição entre fornecedores, caracterizando a inexigibilidade de licitação. Tal medida assegura a realização de evento de alta qualidade técnica e artística, capaz de atender à demanda cultural da população local e regional. Além disso, a escolha desses artistas visa garantir a atratividade e o impacto positivo do evento, contribuindo para o fortalecimento do turismo, geração de renda e promoção da cultura regional. Portanto, a contratação direta é medida necessária, adequada e eficiente para atender à finalidade pública prevista

Iporã-PR, 14 de Julho de 2025.

Janaina Bergamin Pereira
Agente de Contratação

Roberto da Silva
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO

O Agente de Contratação, designado através da Portaria nº 018/2025, de 06 de janeiro de 2025, com base na Lei Federal 14.133/2021 e legislação complementar, torna público o resultado do processo de Inexigibilidade de Licitação.

MODALIDADE: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 027/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças e prestação de serviços de manutenção de máquinas roçadeiras.

EMPRESA: PRO AGRICOLA IPORA LTDA
CNPJ Nº 75.858.704/0001-07
VALOR DA PROPOSTA: R\$182.449,69 (cento e oitenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta e nove centavos)
JUSTIFICATIVA: A presente justificativa tem por finalidade respaldar a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em máquinas roçadeiras, pertencentes ao patrimônio do Município de Iporã-PR, conforme demanda da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Limpeza Pública. As máquinas roçadeiras são equipamentos amplamente utilizados nas atividades de limpeza, conservação e manutenção de áreas verdes, praças, canteiros, vias públicas e demais espaços urbanos e rurais. Com o uso constante, tais equipamentos estão sujeitos ao desgaste natural, exigindo manutenção periódica para garantir seu pleno funcionamento, segurança dos operadores e a continuidade dos serviços públicos. Atualmente, o município não dispõe de equipe técnica ou estrutura própria capaz de realizar os serviços de manutenção de forma adequada, eficiente e em conformidade com as especificações técnicas dos fabricantes. A inoperação ou paralisação das roçadeiras compromete diretamente a execução dos serviços de roçagem e limpeza, podendo gerar transtornos à população, além de colocar em risco a conservação do patrimônio público. Diante disso, justifica-se a contratação de empresa especializada, com capacidade técnica comprovada e disponibilidade de peças originais, visando assegurar a pronta recuperação dos equipamentos, prolongar sua vida útil, reduzir custos com substituição e garantir a qualidade na prestação dos serviços públicos. Portanto, a contratação é medida necessária, eficiente e econômica para assegurar a regularidade das atividades desempenhadas pelo município, bem como atender ao interesse público.

Iporã-PR, 09 de Julho de 2025.

Janaina Bergamin Pereira
Agente de Contratação

Roberto da Silva
Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 055/2025

O Município de Iporã-PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº 055/2025**. O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://bli.org.br/https://www.ipora.pr.gov.br/>.

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da **Lei nº 14.133, de 2021**, IN73/2022, Decreto Municipal n.º 015/2025, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA ASSENTAMENTO DE TUBULAÇÃO DE GALERIA PLUVIAL..
VALOR MÁXIMO: R\$ 221.300,00
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13:50h do dia 29/07/2025.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 13:50h às 0:00h do dia 29/07/2025.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 14:00h do dia 29/07/2025.

Iporã – PR, 17 de Julho de 2025.

JANAINA BERGAMIN PEREIRA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

Estado do Paraná

DECRETO Nº. 127/2025

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOIEIRO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTA APRESENTADA A INEXIGIBILIDADE Nº 027/2025.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre proposta apresentada na Inexigibilidade nº 027/2025, objetivando a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças e prestação de serviços de manutenção de máquinas roçadeiras, tendo sido declarada vencedora a empresa abaixo especificada, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$
PRO AGRICOLA IPORA LTDA	RS182.449,69

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 17 de julho de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

Estado do Paraná

DECRETO N.º 129/2025

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOIEIRO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTA APRESENTADA A INEXIGIBILIDADE N.º 023/2025.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1.º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre proposta apresentada na Inexigibilidade n.º 023/2025, objetivando a Contratação de empresa show artístico da dupla sertaneja George Henrique e Rodrigo para realização da Expo Iporã, no município de Iporã-PR, tendo sido declarada vencedora a empresa abaixo especificada, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$
RECEITA DE AMAR PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	RS200.000,00

Art. 2.º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 17 de julho de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 130/2025

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOIEIRO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTA APRESENTADA A INEXIGIBILIDADE N.º 022/2025.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1.º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre proposta apresentada na Inexigibilidade n.º 022/2025, objetivando a Contratação de empresa show artístico da dupla sertaneja Cezar Menotti e Fabiano para realização da Expo Iporã, no município de Iporã-PR, tendo sido declarada vencedora a empresa abaixo especificada, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$
CASO MARCADO SHOWS E EVENTOS LTDA	RS480.000,00

Art. 2.º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 17 de julho de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 131/2025

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOIEIRO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTAS APRESENTADAS AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 045/2025.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1.º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico n.º 045/2025, objetivando a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços de capina e roçada de grama, tendo sido declarada vencedora a empresa abaixo especificada, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$
GHE PACHE LTDA	RS141.995,00

Art. 2.º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 17 de julho de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 132/2025

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOIEIRO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTAS APRESENTADAS AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 046/2025.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1.º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico n.º 046/2025, objetivando a aquisição futura e parcelada de medicamentos, para serem retirados diretamente nos balcões da farmácia pública Municipal de Iporã, para atender a Secretaria de Assistência à Saúde e a Assistência Social e Habitação municipais, tendo sido declaradas vencedoras as empresa abaixo especificadas, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL
AMADUCCI E MERLINI E CIA LTDA	RS46.864,56
ANDRIONI - COMERCIO DE MEDICAMENTO LTDA	RS48.315,18
COSMO & PEREIRA LTDA	RS47.790,80
FRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	RS47.356,92
MAIA E SANCHES LTDA - ME	RS47.883,94

Art. 2.º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 17 de julho de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 133/2025

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOIEIRO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTAS APRESENTADAS AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1.º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico n.º 049/2025, objetivando a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de alimentos e produtos alimentícios para compor a merenda escolar, destinados a suprir as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Iporã-PR, tendo sido declaradas vencedoras as empresas abaixo especificadas, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$
ALVES & WEBER LTDA	RS161.701,60
A. M. C. QUESSA & CIA LTDA	RS558.701,85
PIRES, ROMANO CIA LTDA ME	RS200.179,80

Art. 2.º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 17 de julho de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná

PORTARIA N.º 364/2025

Súmula: Dispõe sobre a concessão de diárias de viagem e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei n.º 794/2021,

RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder 04 (quatro) diárias para custear despesas de viagem para a Secretária Municipal de Saúde LENIR APARECIDA DE MOURA, portadora do CPF n.º 019.392.029-81, matrícula funcional 34251, lotada, na Secretaria Municipal de Saúde, para viagem até a cidade de Curitiba-PR, para participar do Encontro com assuntos relacionados a Gestão de Saúde, Assembleia Geral Ordinária e 4ª Reunião da Comissão Intergestores Bipartite, saindo no dia 20/07/2025 e retornando no dia 23/07/2025.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, aos 17 dias do mês de julho do ano de 2025.

MISAEAL ALVES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

Estado do Paraná

DECRETO N.º 134/2025

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOIEIRO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTAS APRESENTADAS AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 050/2025.

atribuições legais,

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas

RESOLVE:

Art. 1.º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico n.º 050/2025, objetivando a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gêneros alimentícios e produtos de limpeza destinados a todas as secretarias do município de Iporã-PR, tendo sido declaradas vencedoras as empresas abaixo especificadas, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$
ALVES & WEBER LTDA	RS53.108,99
A. M. C. QUESSA & CIA LTDA	RS1.784.521,98
A DOS SANTOS PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	RS46.537,15
D ALVES RANDOLFO	RS59.729,00
PIRES, ROMANO CIA LTDA ME	RS173.985,46

Art. 2.º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 17 de julho de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 135/2025

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOIEIRO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTAS APRESENTADAS AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 040/2025.

atribuições legais,

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas

RESOLVE:

Art. 1.º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico n.º 040/2025, objetivando a Contratação de empresa especializada para fabricação e montagem de pergolados e aquisição de mobiliário urbano, tendo sido declaradas vencedoras as empresa abaixo especificadas, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$
KAIVOS SERVIÇOS E NEGOCIOS LTDA	RS159.938,50

Art. 2.º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 17 de julho de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 136/2025

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOIEIRO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTAS APRESENTADAS AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 044/2025.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1.º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico n.º 044/2025, objetivando a contratação de empresa especializada para aquisição de grama, destinados às obras da secretaria de agricultura e meio ambiente, no município de Iporã-PR, tendo sido declaradas vencedoras as empresas abaixo especificadas, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$
CAROLINE BRAGHEROLI CUBAS SARAIVA	RS300.000,00
GRAMEIRA E FLORICULTURA SANTA HELENA LTDA	RS168.000,00

Art. 2.º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 17 de julho de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 028/2025

O Município de Iporã/Pr, com sede na Rua Pedro Álvares Cabral, 2677, na cidade de Iporã, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 75.738.484/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal: Roberto Da Silva, nomeado(a) pelo termo de posse, ata nº 01 de 01 de Janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 020/2025, publicada no Diário Oficial Dos Municípios e no jornal ilustrado de 13/03/2025, processo administrativo n.º 030/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa para o fornecimento de material de lavanderia, destinadas a atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Iporã/Pr especificado(s) no(s) lote(s) 01 ao 27 Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 030/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor T L BARBOSA & CIA LTDA- ME, com sede e foro na Rodovia-323 s/n, parque industrial I, CEP nº: 87.507-013, na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, OSMAR DE SOUZA BARBOSA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 01/07/1993, empresário, portador da Carteira de Identidade RG. Nº. 3.***-7 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº: 52.***-11, residente e domiciliado na Avenida Getúlio Vargas nº 4718, zona III, CEP 87.502-020, na cidade de Iporã, Estado do Paraná)
------------	---

LOTE 24 - LINHA PESADA GMC

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
24	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADA DA MARCA GMC COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Defesa Civil R\$ 10.000,00	PR (peças de reposição paralelas) R\$ 10.000,00	68%
Valor total do lote 24			RS 10.000,00	

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será o RENAN GUSTAVO BORGES

4. **DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal, estadual, distrital e municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

5. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Iporã – PR, 17 de julho de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PORTARIA N.º 291/2025 DE 21 DE MAIO DE 2025

Designa servidores municipais para serem gestor e fiscal de termos de cooperação que serão celebrados com a SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, e dá outras providências.

DENILSON VAGLIERI PREVITAL – Prefeito Municipal de Ivaté, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1.º Designa o servidor Claudio Sacramento Turner, portador da Cédula de Identidade RG nº. 18.017.135 - SSP/SP, e inscrito no CPF/SP sob nº. 112.916.868-94, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente nomeado através da Portaria n.º. 003/2025 de 02 de janeiro de 2025, para ser gestor de convênio, termos de cooperação e parcerias com a SEAB, que serão celebrados com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento no ano de 2025, visando repasse/cessão de máquinas e equipamentos agrícolas/rodoviários, sem ônus financeiro para o município.

Art. 2.º Designa o servidor Anderson Bergamasco Hryczyna, portador da Cédula de Identidade RG nº. 10.719.218-2 - SSP/PR, e inscrito no CPF/PR sob nº. 074.843.779-70, Engenheiro Agrônomo, nomeado através da Portaria 3209/2015 de 13 de abril de 2015, para ser fiscal de termos de cooperação e parcerias com a SEAB, que serão celebrados com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento no ano de 2025, visando repasse/cessão de máquinas e equipamentos agrícolas/rodoviários/Insumos agrícolas, sem ônus financeiro para o município.

Art. 3.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, e cumpra-se.

Ivaté/PR, 21 de maio de 2025.

DENILSON VAGLIERI PREVITAL

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

Estado do Paraná

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 026/2025

O Município de Iporã/Pr, com sede na Rua Pedro Álvares Cabral, 2677, na cidade de Iporã, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 75.738.484/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal: Roberto Da Silva, nomeado(a) pelo termo de posse, ata nº 01 de 01 de Janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 020/2025, publicada no Diário Oficial Dos Municípios e no jornal ilustrado de 13/03/2025, processo administrativo n.º 030/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa para o fornecimento de material de lavanderia, destinadas a atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Iporã/Pr especificado(s) no(s) lote(s) 01 ao 27 Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 030/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item TR	Fornecedor FERNANDES & VOLPINI LTDA, com sede e foro na Rua Presidente Getúlio Vargas, nº. 1614, centro, CEP nº: 87.560-000, na cidade de Iporã, Estado do Paraná, DALIANE VOLPINI FERNANDES, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 21/11/1.986, empresária, portadora da Carteira de Identidade RG. Nº. 9.069.165-1 - SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº: 054.826.609-31, residente e domiciliado na Rua Presidente Getúlio Vargas, nº. 1614, centro, CEP nº: 87.560-000, na cidade de Iporã, Estado do Paraná)
---------	--

LOTE 02 - LINHA LEVE FIAT

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
02	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA FIAT COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 4.000,00 Saúde: R\$ 4.000,00 Administração: R\$ 2.000,00 Infraestrutura Urbana R\$ 2.000,00 Infraestrutura Rural R\$ 2.000,00 Assistência Social R\$ 6.000,00	PO (peças originais) R\$ 20.000,00	73,40%
02	02	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA FIAT COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 1.000,00 Saúde: R\$ 1.000,00 Administração: R\$ 2.000,00 Infraestrutura Urbana R\$ 2.000,00 Infraestrutura Rural R\$ 2.000,00 Assistência Social R\$ 2.000,00	PR (peças de reposição paralelas) R\$ 10.000,00	73,40%
Valor total do lote 02			RS 30.000,00	

LOTE 13 - LINHA UTILITARIOS RENAULT

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
13	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS DA MARCA RENAULT COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 5.000,00 Saúde: R\$ 15.000,00 Infraestrutura Urbana R\$ 2.500,00 Administração R\$ 2.500,00	PO (peças originais) R\$ 25.000,00	71,50%
13	02	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS DA MARCA RENAULT COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 5.000,00 Saúde: R\$ 15.000,00 Infraestrutura Urbana R\$ 2.500,00 Administração R\$ 2.500,00	PR (peças de reposição paralelas) R\$ 25.000,00	71,50%
Valor total do lote 13			RS 50.000,00	

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
14	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS DA MARCA PEGEOT COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 2.500,00 Saúde: R\$ 2.500,00	PO (peças originais) R\$ 5.000,00	71,50%
14	02	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS DA MARCA PEGEOT COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 2.500,00 Saúde: R\$ 7.500,00	PR (peças de reposição paralelas) R\$ 10.000,00	71,50%
Valor total do lote 14			RS 15.000,00	

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
15	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS DA MARCA IVECO COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 2.500,00 Saúde: R\$ 15.000,00 Infraestrutura Urbana R\$ 2.500,00	PO (peças originais) R\$ 20.000,00	71,50%

		Saúde: R\$ 2.500,00 Educação R\$ 15.000,00 Infraestrutura Urbana R\$ 2.500,00		
15	02	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS DA MARCA IVECO COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Saúde: R\$ 2.500,00 Educação R\$ 10.000,00 Infraestrutura Urbana R\$ 2.500,00	PR (peças de reposição paralelas) R\$ 15.000,00	71,50%
Valor total do lote 15			RS 35.000,00	

LOTE 16- LINHA UTILITÁRIOS TOYOTA				
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
16	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS DA MARCA TOYOTA COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Infraestrutura Urbana R\$ 2.500,00 Iluminação Pública R\$ 2.500,00	PR (peças de reposição paralelas) R\$ 5.000,00	67%
Valor total do lote 16				R\$ 5.000,00

Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

Estado do Paraná

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 027/2025

O Município de Iporã/Pr, com sede na Rua Pedro Álvares Cabral, 2677, na cidade de Iporã, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 75.738.484/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal: Roberto Da Silva, nomeado(a) pelo termo de posse, ata nº 01 de 01 de Janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 020/2025, publicada no Diário Oficial Dos Municípios e no jornal Ilustrado de 13/03/2025, processo administrativo n.º 030/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa para o fornecimento de material de lavanderia, destinadas a atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Iporã/Pr especificado(s) no(s) lote(s) 01 ao 27 Termo de Referência, anexo do *edital de Licitação nº 030/2025*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR Fornecedor F DE AZEVEDO CORONADO – AUTO PEÇAS, com sede e foro na Avenida 31 de março, nº. 1001, centro, CEP nº. 87.560-000, na cidade de Iporã, Estado do Paraná, FRANCISCO DE AZEVEDO CORONADO, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 06/04/1957, empresário, portador da Carteira de Identidade RG. Nº. 1.***.***-0 - SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. 32*.***.***-1, residente e domiciliado na Rua Sinop, chácara de terra nº50, centro, CEP nº. 87.560-000, na cidade de Iporã, Estado do Paraná)

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
03	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA CHEVROLET COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 10.000,00 Saúde: R\$ 7.500,00 Administração: R\$ 2.500,00 Infraestrutura Urbana R\$ 2.500,00 Infraestrutura Rural R\$ 2.500,00 Guarda Municipal R\$5.000,00	PO (peças originais) R\$ 30.000,00	74,55%
03	02	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA CHEVROLET COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 10.000,00 Saúde: R\$ 7.500,00 Administração: R\$ 2.500,00 Infraestrutura Urbana R\$ 2.500,00 Infraestrutura Rural R\$ 2.500,00 Guarda Municipal R\$5.000,00	PR (peças de reposição paralelas) R\$ 30.000,00	74,55%
Valor total do lote 03			R\$ 60.000,00	

LOTE 04 - LINHA LEVE FORD

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
04	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA FORD COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 1.250,00 Indústria e Comércio R\$ 1.250,00 Saúde R\$ 2.500,00 Defesa Civil R\$ 2.500,00	PO (peças originais) R\$ 7.500,00	72,80%
04	02	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA FORD COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 1.250,00 Indústria e Comércio R\$ 1.250,00 Saúde R\$ 2.500,00 Defesa Civil R\$ 2.500,00	PR (peças de reposição paralelas) R\$ 7.500,00	72,80%
Valor total do lote 04			R\$ 15.000,00	

LOTE 05 - LINHA LEVE RENAULT

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
05	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA RENAULT COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 4.000,00 Saúde: R\$ 3.000,00 Administração: R\$ 1.000,00 Infraestrutura Urbana R\$ 1.000,00 Assistência Social R\$ 1.000,00	PO (peças originais) R\$ 10.000,00	72,10%
05	02	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA RENAULT COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 1.000,00 Saúde: R\$ 2.000,00 Administração: R\$ 1.000,00 Infraestrutura Urbana R\$ 1.000,00	PR (peças de reposição paralelas) R\$ 5.000,00	72,10%
Valor total do lote 05			R\$ 15.000,00	

LOTE 06 - LINHA LEVE PEGOT

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
06	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA PEGOT COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 2.000,00 Saúde: R\$ 1.000,00 Administração: R\$ 1.000,00 Infraestrutura Urbana R\$ 1.000,00 Assistência Social R\$ 5.000,00	PO (peças originais) R\$ 5.000,00	71,55%
06	02	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA PEGOT COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 2.000,00 Saúde: R\$ 1.000,00 Administração: R\$ 1.000,00 Infraestrutura Urbana R\$ 1.000,00 Assistência Social R\$ 5.000,00	PR (peças de reposição paralelas) R\$ 5.000,00	71,55%
Valor total do lote 06			R\$ 10.000,00	

LOTE 07 - LINHA LEVE MITSUBISHI

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
07	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA MITSUBISHI COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 1.000,00 Saúde: R\$ 500,00 Administração: R\$ 500,00 Infraestrutura Urbana R\$ 500,00	PO (peças originais) R\$ 2.500,00	67,05%
07	02	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA MITSUBISHI COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 1.000,00 Saúde: R\$ 500,00 Administração: R\$ 500,00 Infraestrutura Urbana R\$ 500,00	PR (peças de reposição paralelas) R\$ 2.500,00	67,05%
Valor total do lote 07			R\$ 5.000,00	

LOTE 08 - LINHA JEEP

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
------	------	-----------	-------------	-----------------

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

Estado do Paraná

08	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA JEEP COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Gabinete do Prefeito R\$ 10.000,00	PO (peças originais) R\$ 10.000,00	69,10%
Valor total do lote 08			R\$ 10.000,00	

LOTE 10 - LINHA UTILITÁRIOS CHEVROLET

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
10	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS DA MARCA CHEVROLET COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Saúde: R\$ 1.500,00 Administração: R\$ 2.000,00 Infraestrutura Urbana R\$ 1.500,00	PO (peças originais) R\$ 5.000,00	72,05%
10	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS DA MARCA CHEVROLET COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Saúde: R\$ 1.500,00 Administração: R\$ 2.000,00 Infraestrutura Urbana R\$ 1.500,00	PR (peças de reposição paralelas) R\$ 5.000,00	72,05%
Valor total do lote 10			R\$ 10.000,00	

LOTE 12 - LINHA UTILITÁRIOS MITSUBICHI

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
12	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS DA MARCA MITSUBICHI COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Saúde: R\$ 1.500,00 Administração: R\$ 2.500,00 Infraestrutura Rural R\$ 2.500,00	PO (peças originais) R\$ 5.000,00	65,05%
Valor total do lote 12			R\$ 10.000,00	

LOTE 22 - LINHA PESADA SCANIA

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
22	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADA DA MARCA SCANIA COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 5.000,00 Administração R\$ 2.500,00 Esporte e Turismo R\$ 2.500,00	PO (peças originais) R\$ 10.000,00	75,60%
22	02	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADA DA MARCA SCANIA COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 15.000,00 Administração R\$ 2.500,00 Esporte e Turismo R\$ 2.500,00	PR (peças de reposição paralelas) R\$ 20.000,00	75,60%
Valor total do lote 22			R\$ 30.000,00	

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será o RENAN GUSTAVO BORGES

4. **DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

5. **DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

6. **VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Iporã – PR, 17 de julho de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030/2025

O Município de Iporã/Pr, com sede na Rua Pedro Álvares Cabral, 2677, na cidade de Iporã, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 75.738.484/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal: Roberto Da Silva, nomeado(a) pelo termo de posse, ata nº 01 de 01 de Janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 020/2025, publicada no Diário Oficial Dos Municípios e no jornal Ilustrado de 13/03/2025, processo administrativo n.º 030/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa para o fornecimento de material de lavanderia, destinadas a atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Iporã/Pr especificado(s) no(s) lote(s) 01 ao 27 Termo de Referência, anexo do *edital de Licitação nº 030/2025*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR Fornecedor TORNOMAO TORNEARIA E SOLDA LTDA, com sede e foro na Rua Katsuo Nakata, 3009, complemento: QDA 03 LT 05-Bairro Cidade Industrial, CEP: 87560-000 na cidade de Iporã – Paraná, Estado do Paraná, DEBORA DOS SANTOS OLIVEIRA, brasileira, solteira, nascido em 28/04/1989, empresária, portadora da Carteira de Identidade RG. Nº. 1.***.***-3 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. 011.***.***-5, residente e domiciliado na Rua Machado de Assis nº 1171, zona III, CEP 87.502-020, na cidade de Iporã, Estado do Paraná)

LOTE 23 - LINHA PESADA MARCOPOLO

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
23	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADA DA MARCA MARCOPOLO COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 20.000,00	PO (peças originais) R\$ 20.000,00	13%
23	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADA DA MARCA MARCOPOLO COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 20.000,00	PR (peças de reposição paralelas) R\$ 20.000,00	13%
Valor total do lote 23			R\$ 40.000,00	

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será o RENAN GUSTAVO BORGES

4. **DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

5. **DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

6. **VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Iporã – PR, 17 de julho de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

Estado do Paraná

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 028/2025

O Município de Iporã/Pr, com sede na Rua Pedro Álvares Cabral, 2677, na cidade de Iporã, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 75.738.484/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal: Roberto Da Silva, nomeado(a) pelo termo de posse, ata nº 01 de 01 de Janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 020/2025, publicada no Diário Oficial Dos Municípios e no jornal Ilustrado de 13/03/2025, processo administrativo n.º 030/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa para o fornecimento de material de lavanderia, destinadas a atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Iporã/Pr especificado(s) no(s) lote(s) 01 ao 27 Termo de Referência, anexo do *edital de Licitação nº 030/2025*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR Fornecedor GRANUCCI - COMERCIO DE PEÇAS LTDA, com sede e foro na Avenida Presidente Castelo Branco nº 1.460, centro, CEP nº. 87.560-000, na cidade de Iporã, Estado do Paraná, LUIS FELIPE BIONDO GRANUCCI, brasileiro, solteiro sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 01/07/1993, empresário, portador da Carteira de Identidade RG. Nº. 1.***.***-8 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. 04*.***.***-0, residente e domiciliado na Avenida Presidente Castelo Branco nº 2.602, centro, CEP 87560-000, na cidade de Iporã, Estado do Paraná)

LOTE 01 - LINHA LEVE VOLKSWAGEN

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
01	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA VOLKSWAGEN COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 9.000,00 Saúde: R\$ 4.000,00 Administração: R\$ 3.000,00 Infraestrutura Urbana R\$ 3.000,00 Esporte e Turismo R\$ 2.000,00 Assistência Social R\$ 3.000,00 Funerária R\$ 3.000,00	PO (peças originais) R\$ 30.000,00	74%
01	02	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES DA MARCA VOLKSWAGEN COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 6.000,00 Saúde: R\$ 3.000,00 Administração: R\$ 2.000,00 Infraestrutura Urbana R\$ 2.000,00 Infraestrutura Rural R\$ 2.000,00 Esporte e Turismo R\$ 1.000,00	PR (peças de reposição paralelas) R\$ 25.000,00	74%
Valor total do lote 01			R\$ 55.000,00	

LOTE 09 - LINHA UTILITÁRIOS VOLKSWAGEN

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
09	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS DA MARCA VOLKSWAGEN COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 2.500,00 Saúde: R\$ 2.500,00 Administração: R\$ 2.500,00 Infraestrutura Urbana R\$ 2.500,00	PO (peças originais) R\$ 10.000,00	74,20%
09	02	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS DA MARCA VOLKSWAGEN COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 2.500,00 Saúde: R\$ 2.500,00 Administração: R\$ 2.500,00 Infraestrutura Urbana R\$ 2.500,00	PR (peças de reposição paralelas) R\$ 10.000,00	74,20%
Valor total do lote 09			R\$ 20.000,00	

LOTE 11 - LINHA UTILITÁRIOS FIAT

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
11	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS DA MARCA FIAT COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 2.500,00 Saúde: R\$ 5.000,00 Administração: R\$ 2.500,00 Infraestrutura Urbana R\$ 2.500,00 Infraestrutura Rural R\$ 2.500,00	PO (peças originais) R\$ 15.000,00	73,00%
11	02	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS DA MARCA FIAT COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 2.500,00 Saúde: R\$ 5.000,00 Administração: R\$ 2.500,00 Infraestrutura Urbana R\$ 2.500,00 Infraestrutura Rural R\$ 2.500,00	PR (peças de reposição paralelas) R\$ 15.000,00	73,00%
Valor total do lote 11			R\$ 30.000,00	

LOTE 17 - LINHA PESADA VOLKSWAGEN

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
17	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADA DA MARCA VOLKSWAGEN COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 15.000,00 Saúde: R\$ 5.000,00 Infraestrutura Urbana R\$ 5.000,00 Infraestrutura Rural R\$ 5.000,00 Defesa Civil R\$ 5.000,00	PO (peças originais) R\$ 35.000,00	74,00%
17	02	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADA DA MARCA VOLKSWAGEN COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 15.000,00 Saúde: R\$ 5.000,00 Infraestrutura Urbana R\$ 5.000,00 Infraestrutura Rural R\$ 5.000,00 Defesa Civil R\$ 5.000,00	PR (peças de reposição paralelas) R\$ 35.000,00	74,00%
Valor total do lote 17			R\$ 70.000,00	

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será o RENAN GUSTAVO BORGES

4. **DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

5. **DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

6. **VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Iporã – PR, 17 de julho de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

TERMO ADITIVO Nº 001

132/2024 - LIC CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PÚBLICA OU PRIVADA E COOPERATIVA DE CREDITOS, P/ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE COBRANÇA BANCÁRIA (BOLETO REGISTRADO) P/ ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS, TAXAS E DEMAIS RECEITAS MUNICIPAIS, EM QUALQUER AGENCIA OU POR MEIOS ELETRÔNICOS, CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATORIO PREGÃO 037/2024.

O MUNICÍPIO DE MARILUZ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, prefeito PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES aqui denominado Contratante, de outro lado O SR. FABIO JUNIO VIAR, brasileiro (a), inscrito no CPF/MF sob o nº 005.897.415-03 residente e domiciliado na cidade de UNIAUARA/PR, representante da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO SICOOB ARENITO PARANÁ/SÃO PAULO, aqui denominada Contratada, resolvem adotar o presente contrato, conforme o disposto nas cláusulas seguintes:

Cláusula primeira: Fica promogido o termo da vigência do contrato nº 132/2024, para o dia 18/07/2026, em conformidade com o artigo 84 e 65 da lei nº 14.133/21 da cláusula terceira do contrato.

Cláusula SEGUNDA: Os Contratantes se comprometem a cumprir todas as demais Cláusulas e Condições estipuladas no Contrato que não colidirem com o presente instrumento.

MARILUZ, 17 DE JULHO DE 2025.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES

Contratante

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO SICOOB ARENITO PARANÁ/SÃO PAULO

FABIO JUNIO VIAR / FLAVIO FERRARESI

Contratada

Testemunhas

NOME.....CPF.....

NOME.....CPF.....

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÁ

Estado do Paraná

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 031/2025

O Município de Iporá/PR, com sede na Rua Pedro Álvares Cabral, 2677, na cidade de Iporá, inscrita(o) no CNPJ/ME sob o nº 75.738.484/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Roberto Da Silva, nomeado(a) pelo termo de posse, ata nº 01 de 01 de Janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 020/2025, publicada no Diário Oficial Dos Municípios e no jornal Ilustrado - de 13/03/2025, processo administrativo nº 030/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por alça(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa para o fornecimento de material de lavanderia, destinadas a atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Iporá/PR especificado(s) no(s) lote(s) 01 ao 27 Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 030/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor JOSE APARECIDO ALVES DE LIMA - ME, com sede e fora na Rua Getúlio Vargas, 531 Centro, Município de Iporá no Estado do Paraná, JOSE APARECIDO ALVES DE LIMA, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 6.***-**-2/SSP-PR, inscrito no CPF/ME sob n.º 91.***-**-2, residente e domiciliado à Rua Getúlio Vargas nº 534, Centro, CEP 87590-000, na cidade de Iporá)

LOTE 18- LINHA PESADA FIAT

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
18	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADA DA MARCA FIAT COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 2.500,00 Saúde: R\$ 2.500,00 Infraestrutura Urbana R\$ 2.500,00 Infraestrutura Rural R\$ 2.500,00	PO (peças originais) R\$ 10.000,00	72%
18	02	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADA DA MARCA FIAT COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 2.500,00 Saúde: R\$ 2.500,00 Infraestrutura Urbana R\$ 2.500,00 Infraestrutura Rural R\$ 2.500,00	PR (peças de reposição paralelas) R\$ 10.000,00	72%
Valor total do lote 18			R\$ 20.000,00	

LOTE 19- LINHA PESADA FORD

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
19	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADA DA MARCA FORD COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 15.000,00 Saúde: R\$ 5.000,00 Infraestrutura Urbana R\$ 5.000,00 Infraestrutura Rural R\$ 5.000,00	PO (peças originais) R\$ 30.000,00	73%
19	02	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADA DA MARCA FORD COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 25.000,00 Saúde: R\$ 5.000,00 Infraestrutura Rural R\$ 5.000,00	PR (peças de reposição paralelas) R\$ 40.000,00	73%
Valor total do lote 19			R\$ 70.000,00	

LOTE 20 - LINHA PESADA MERCEDEZ BENS

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
20	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADA DA MARCA MERCEDEZ BENS COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 25.000,00 Saúde: R\$ 10.000,00 Defesa Civil R\$ 2.500,00 Infraestrutura Urbana R\$ 12.500,00 Infraestrutura Rural R\$ 15.000,00 Iluminação Pública R\$ 5.000,00	PO (peças originais) R\$ 70.000,00	73%
20	02	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADA DA MARCA MERCEDEZ BENS COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 25.000,00 Saúde: R\$ 10.000,00 Defesa Civil R\$ 2.500,00 Infraestrutura Urbana R\$ 12.500,00 Infraestrutura Rural R\$ 15.000,00 Iluminação Pública R\$ 5.000,00	PR (peças de reposição paralelas) R\$ 70.000,00	73%
Valor total do lote 20			R\$ 140.000,00	

LOTE 21 - LINHA PESADA WECO

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
21	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADA DA MARCA WECO COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 5.000,00 Infraestrutura Urbana R\$ 5.000,00 Infraestrutura Rural R\$ 5.000,00	PR (peças de reposição paralelas) R\$ 15.000,00	67%
Valor total do lote 21			R\$ 15.000,00	

LOTE 25- LINHA PESADA NOMA

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
25	1	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADA DA MARCA NOMA COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 10.000,00 Saúde: R\$ 10.000,00 Defesa Civil R\$ 2.500,00 Infraestrutura Urbana R\$ 12.500,00 Infraestrutura Rural R\$ 15.000,00 Iluminação Pública R\$ 5.000,00	PR (peças de reposição paralelas) R\$ 10.000,00	59%
Valor total do lote 25			R\$ 10.000,00	

LOTE 26 - LINHA PESADA GUERRA

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
26	1	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADA DA MARCA GUERRA COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 10.000,00 Saúde: R\$ 10.000,00 Defesa Civil R\$ 2.500,00 Infraestrutura Urbana R\$ 12.500,00 Infraestrutura Rural R\$ 15.000,00 Iluminação Pública R\$ 5.000,00	PR (peças de reposição paralelas) R\$ 10.000,00	38%
Valor total do lote 26			R\$ 10.000,00	

LOTE 27 - LINHA PESADA RANDON

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	DESCONTO MINIMO
27	01	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADA DA MARCA RANDON COM BASE DE PREÇOS NA TABELA DO SISTEMA AUDATEX Quantidade Solicitada por Departamento: Educação: R\$ 10.000,00 Saúde: R\$ 10.000,00 Defesa Civil R\$ 2.500,00 Infraestrutura Urbana R\$ 12.500,00 Infraestrutura Rural R\$ 15.000,00 Iluminação Pública R\$ 5.000,00	PR (peças de reposição paralelas) R\$ 10.000,00	61%
Valor total do lote 27			R\$ 10.000,00	

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
3. ORGAO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o RENAN GUSTAVO BORGES
4. DA ADESSÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

5. DA ADESSÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da primeira data útil subsequente à data de divulgação no PNCIP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anulação do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Iporá – PR, 17 de julho de 2025.

ROBERTO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

DECRETO Nº 2737 DE 17 DE JULHO DE 2025.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências;
O Prefeito Municipal de Mariluz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e especialmente as que lhe foram conferidas pela Lei nº 2.082 de 14 de dezembro de 2022.
Decreta:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Mariluz, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, por SUPERÁVIT FINANCEIRO, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), destinados à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:
Suplementação
17.000.0000.0000 - SANEAMENTO
17.122.0000.0000 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
17.122.0042.0000 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
17.122.0042.2.110 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
4.4.90.52.00.00 - 1002 - Equipamentos e Materiais Permanentes55.000,00
17.000.0000.0000 - SANEAMENTO
17.512.0000.0000 - SANEAMENTO BÁSICO E URBANO
17.122.0043.0000 - SISTEMA DE ÁGUA
17.122.0042.2.112 - MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA
4.4.90.52.00.00 - 1002 - Equipamentos e Materiais Permanentes45.000,00
Art.2º. Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar descrito no artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes do SUPERÁVIT FINANCEIRO, apurado em balanço patrimonial do exercício de 2024, na forma do artigo 43, inciso I da Lei 4.320/64.
Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício do Paço Municipal de Mariluz, aos 17 dias do mês de Julho de 2025.
PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

LEI Nº 2.195 DE 17 DE JULHO DE 2025

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial, e dá outras providências;
A CÂMARA MUNICIPAL DE MARILUZ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente do Município de Mariluz, um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, no valor de R\$ 1.476.829,54 (um milhão quatrocentos e setenta e seis mil oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta e quatro centavos) por anulação parcial de dotações orçamentárias, excesso de arrecadação por fonte de recursos e superávit financeiro, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
02.000.00.000.0000.0.000 GOVERNO MUNICIPAL
02.001.00.000.0000.0.000 GABINETE DO PREFEITO
02.001.04.122.0002.2.003 MANUTENÇÃO DO GABINETE
1035-4.4.50.42.00.0001000AUXÍLIOS12.000,00
05.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA DE SAÚDE
05.001.00.000.0000.0.000 DIVISÃO DE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.302.0008.2.055.MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA
1033-3.3.72.39.00.001494OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA126.030,67
1034-3.3.72.39.00.001107OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA400.000,00
1032-3.3.72.39.00.0031006OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA900.000,00
09.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
09.001.00.000.0000.0.000 DIVISÃO DE AGRICULTURA
09.001.20.606.0016.1.023.AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS
1038-3.3.22.93.00.0031874INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES1.596,27
1037-3.3.30.93.00.0030300INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES2.451,79
1036-3.3.30.93.00.0033882INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES34.750,81
Total Suplementação:1.476.829,54
Art.2º. Para a cobertura do Crédito Adicional Especial descrito no artigo 1º, serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de dotações orçamentárias, excesso de arrecadação por fonte de recursos e superávit financeiro apurado em 31/12/2024:

Redução
02.000.00.000.0000.0.000 GOVERNO MUNICIPAL
02.001.00.000.0000.0.000 GABINETE DO PREFEITO
02.001.04.122.0002.2.003.MANUTENÇÃO DO GABINETE
8-3.3.90.33.00.000100PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO12.000,00
05.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA DE SAÚDE
05.001.00.000.0000.0.000 DIVISÃO DE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.301.0008.2.050.MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL
497-3.3.90.30.00.0031006MATERIAL DE CONSUMO20.000,00
499-3.3.90.39.00.0031006OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA10.000,00
05.001.10.301.0008.2.052.MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
539-3.3.90.39.00.0031006OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA150.000,00
570-3.3.90.30.00.0031006MATERIAL DE CONSUMO100.000,00
05.001.10.302.0008.2.055.MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA
587-3.3.71.70.00.0011017RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO400.000,00
588-3.3.71.70.00.0031006RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO400.000,00
Total Redução:1.092.000,00

Superávit financeiro
Recursos Livres Fonte: 03000 2.451,79
CONVÊNIO Nº 99/2024 - AQUISIÇÃO DE ENSLADEIRA – SEAB Fonte: 33882 34.750,81
Total Sup. Financeiro: 37.202,60
Excesso de Arrecadação
Bloco de Custeio - Saúde - Emendas Individuais Fonte: 31006 220.000,00
Bloco de Custeio das Ações e Serv. Públ. de Saúde – Estado Fonte: 1494 126.030,67
CONV/945353/23 - MAPA – AQUIS.DE IMPL.EM. AGRÍCOLAS Fonte: 31874 1.596,27
Total Exc. Arrecadação: 347.626,94

Art. 3º. Com a suplementação prevista no Art. 1º desta Lei, ficam alteradas as Leis nº 2.166/2024 de 16 de dezembro de 2024, (Lei de Diretrizes Orçamentárias), no que se refere ao Programa de Ações Prioritárias da Administração Municipal para o exercício de 2025, e a Lei 2.030/2021 de 08 de outubro de 2021, (Plano Plurianual) para o exercício de 2025, nas Programações e Metas para exercício de 2025.
Art.4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício do Paço Municipal de Mariluz, aos 17 dias do mês de julho de 2025.
PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

DECRETO Nº 2.739 DE 17 DE JULHO DE 2025

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial, e dá outras providências;
O Prefeito Municipal de Mariluz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e especialmente as que lhe foram conferidas pela Lei nº 2.195 de 17 de julho de 2025 e, Considerando, a inexistência de dotação no orçamento vigente:
Decreta:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente do Município de Mariluz, um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, no valor de R\$ 1.476.829,54 (um milhão quatrocentos e setenta e seis mil oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta e quatro centavos) por anulação parcial de dotações orçamentárias, excesso de arrecadação por fonte de recursos e superávit financeiro, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
02.000.00.000.0000.0.000 GOVERNO MUNICIPAL
02.001.00.000.0000.0.000 GABINETE DO PREFEITO
02.001.04.122.0002.2.003.MANUTENÇÃO DO GABINETE
1035-4.4.50.42.00.0001000AUXÍLIOS12.000,00
05.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA DE SAÚDE
05.001.00.000.0000.0.000 DIVISÃO DE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.302.0008.2.055.MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA
1033-3.3.72.39.00.001494OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA126.030,67
1034-3.3.72.39.00.001107OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA400.000,00
1032-3.3.72.39.00.0031006OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA900.000,00
09.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
09.001.00.000.0000.0.000 DIVISÃO DE AGRICULTURA
09.001.20.606.0016.1.023.AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS
1038-3.3.22.93.00.0031874INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES1.596,27
1037-3.3.30.93.00.0030300INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES2.451,79
1036-3.3.30.93.00.0033882INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES34.750,81
Total Suplementação:1.476.829,54
Art.2º. Para a cobertura do Crédito Adicional Especial descrito no artigo 1º, serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de dotações orçamentárias, excesso de arrecadação por fonte de recursos e superávit financeiro apurado em 31/12/2024:

Redução
02.000.00.000.0000.0.000 GOVERNO MUNICIPAL
02.001.00.000.0000.0.000 GABINETE DO PREFEITO
02.001.04.122.0002.2.003.MANUTENÇÃO DO GABINETE
8-3.3.90.33.00.000100PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO12.000,00
05.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA DE SAÚDE
05.001.00.000.0000.0.000 DIVISÃO DE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.301.0008.2.050.MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL
497-3.3.90.30.00.0031006MATERIAL DE CONSUMO20.000,00
499-3.3.90.39.00.0031006OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA10.000,00
05.001.10.301.0008.2.052.MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
539-3.3.90.39.00.0031006OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA150.000,00
05.001.10.301.0008.2.054.MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
570-3.3.90.30.00.0031006MATERIAL DE CONSUMO100.000,00
05.001.10.302.0008.2.055.MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CISA
587-3.3.71.70.00.0011017RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO400.000,00
588-3.3.71.70.00.0031006RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO400.000,00
Total Redução:1.092.000,00

Superávit financeiro
Recursos Livres Fonte: 03000 2.451,79
CONVÊNIO Nº 99/2024 - AQUISIÇÃO DE ENSLADEIRA – SEAB Fonte: 33882 34.750,81
Total Sup. Financeiro: 37.202,60
Excesso de Arrecadação
Bloco de Custeio - Saúde - Emendas Individuais Fonte: 31006 220.000,00
Bloco de Custeio das Ações e Serv. Públ. de Saúde – Estado Fonte: 1494 126.030,67
CONV/945353/23 - MAPA – AQUIS.DE IMPL.EM. AGRÍCOLAS Fonte: 31874 1.596,27
Total Exc. Arrecadação: 347.626,94

Art. 3º. Com a suplementação prevista no Art. 1º desta Lei, ficam alteradas as Leis nº 2.166/2024 de 16 de dezembro de 2024, (Lei de Diretrizes Orçamentárias), no que se refere ao Programa de Ações Prioritárias da Administração Municipal para o exercício de 2025, e a Lei 2.030/2021 de 08 de outubro de 2021, (Plano Plurianual) para o exercício de 2025, nas Programações e Metas para exercício de 2025.
Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício do Paço Municipal de Mariluz, aos 17 dias do mês de julho de 2025.
PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 454/2025

Concede PROGRESSÃO HORIZONTAL (CLASSE SALARIAL) a servidora MAGNA JAQUELINE TAMBOLO COELHO DOS REIS e dá outras providências.
A PREFEITA DE PEROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO o contido nos Artigo 44, e seguintes da Lei nº 3467/2024, que trata da progressão horizontal (Classe Salarial),
RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão horizontal a servidora MAGNA JAQUELINE TAMBOLO COELHO DOS REIS, matrícula nº.1804-0, ocupando o cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Escola e Lazer, da Classe – G para Classe – H, a partir de 01 de julho de 2025(inclusive).
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Pérola - Paraná, 17 de julho de 2025.
VALDETE CUNHA
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

TERMO ADITIVO Nº 004

CONTRATO NÚMERO 172/2023 - LIC. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP, MATERIAL CHAPAÇO, TIPO GÁS PROPANO – BUTANO, CAPACIDADE BOTÍMIO 13 KG, APLICAÇÃO FOGÃO RESIDENCIAL, NORMAS TÉCNICAS ABNT 8.460, CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO EDITAL, DEVIDAMENTE AUTORIZADO PELO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO Nº 41/2023

O MUNICÍPIO DE MARILUZ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrita do CGC/ME nº 76.044.136/0001-29, através de seu representante legal, prefeito PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES aqui denominado Contratante, de outro lado A SR. WALDNEY LUDMAR FURLANETTO, brasileiro (a), inscrito no CPF/ME sob o nº 328.790.679-87, residente e domiciliado na cidade de GOIOERE/PR, representante da empresa. W. FURLANETTO E SIMIONATO LTDA, aqui denominado Contratada, resolvem aditar o presente contrato, conforme o disposto nas cláusulas seguintes:

Cláusula primeira: Fica acrescido em 25% (vinte cinco por cento) do item 1 do lote 1 do contrato nº 172/2023, passando de R\$ 48.480,00 (quarenta oito mil, quatrocentos e oitenta reais) para R\$ 60.897,50 (sessenta mil, oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos), em conformidade com o artigo 125 da lei nº 14.133/21 da cláusula quarta do contrato.

Cláusula SEGUNDA: Os Contratantes se comprometem a cumprir todas as demais Cláusulas e Condições estipuladas no Contrato que não colidirem com o presente instrumento.

MARILUZ, 17 DE JULHO DE 2025

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Contratada

W. FURLANETTO E SIMIONATO LTDA

WALDNEY LUDMAR FURLANETTO

Contratada

Testemunhas

NOME.....CPF.....

NOME.....CPF.....

MUNICÍPIO DE MARILUZ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2.025 BIMESTRE MAIO-JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO ANUAL	PREVISTA ATUALIZADA (a)	% no Período (b)	% Até o Período (c)	% (d) = (b) / (c)	SALDO (e) = (a) - (b)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	65.710.000,00	65.710.000,00	10			0,00
RECEITAS CORRENTES	65.710.000,00	65.710.000,00	10,00	122,00	66,39	17.170.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.210.000,00	4.210.000,00	10,00	100,00	1,00	0,00
Contribuição de Melhoria	1.000.000,00	1.000.000,00	70,00	100,00	66,67	1.000.000,00
Contribuições	1.000.000,00	1.000.000,00	12,24	100,00	90,71	0,00
Contribuições Especiais	2.000.000,00	2.000.000,00	49,13	100,00	112,12	0,00
Contribuições Especiais - Fundo Especial de Investimentos	2.000.000,00	2.000.000,00	11,13	100,00	98,87	0,00
Contribuições Especiais - Fundo de Serviço Social e de Formação Profissional	1.000.000,00	1.000.000,00	11,13	60,33	60,33	750.000,00
Contribuição de Melhoria - Fundo de Serviço Social e de Formação Profissional	1.000.000,00	1.000.000,00	70,00	100,00	100,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	2.300.000,00	2.300.000,00	70,00	100,00	112,12	0,00
Receitas de Imóveis, Móveis e Equipamentos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Valores Mobiliários	2.300.000,00	2.300.000,00	70,00	100,00	112,12	0,00
Receitas de Imóveis, Móveis e Equipamentos, Permissões, Autorizações e Licenças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Imateriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Recursivas Patrimoniais	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.210.000,00	3.210.000,00	400,00	100,00	66,67	1.780.000,00
Receitas de Serviços - Comércio Geral	1.000.000,00	1.000.000,00	10,00	100,00	10,00	1.780.000,00
Serviços e Atividades Relativas à Navegação e ao Transporte	12.000,00	12.000,00	6,00	66,67	11,13	1.188,00
Serviços e Atividades Relativas à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	19.000,00	19.000,00	12,12	100,00	82,11	0,00
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	57.500,00	57.500,00	7.000,00	110,00	120,00	0,00
Transferências Correntes	57.500,00	57.500,00	10,00	100,00	100,00	0,00
Transferências de Emendas e do Despesa Fixada de uma Entidade	1.500.000,00	1.500.000,00	1.000,00	112,12	94,42	620.000,00
Transferências de Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Transferências de Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	200.000,00	200.000,00	60,00	100,00	100,00	0,00
Receitas de Transferências Correntes - Despesas e Jucis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Resarcimentos	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00
Receitas de Transferências Correntes - Despesas e Jucis - Despesas e J						

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

MUNICÍPIO DE MARILUZ		ESTADO DO PARANÁ													R\$ 1.000	
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL		RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA													DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	
RREO - ANEXO I (LRF, art. 53, inciso I, Lei nº 163/2004)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													R\$ 1.000	
ESPECIFICAÇÃO		7/2024	8/2024	9/2024	10/2024	11/2024	12/2024	1/2025	2/2025	3/2025	4/2025	5/2025	6/2025	Total	Em 2024	Em 2025
RECEITA CORRENTE (RCL)		1.881.166,24	1.711.140,22	1.498.415,67	1.487.452,22	1.581.724,43	1.584.212,28	1.586.166,71	1.586.166,71	1.571.207,17	1.584.069,29	1.513.485,76	1.523.224,42	15.912.227,02	15.912.227,02	15.912.227,02
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		871.424,04	778.476,21	709.112,31	702.774,81	800.182,11	801.162,11	801.162,11	801.162,11	792.074,04	801.162,11	740.114,04	742.114,04	8.172.114,04	8.172.114,04	8.172.114,04
IPTU		44.886,14	38.263,19	34.679,84	33.938,15	38.119,63	37.114,62	37.114,62	37.114,62	36.114,62	37.114,62	34.114,62	34.114,62	408.114,62	408.114,62	408.114,62
ITR		68.491,45	59.143,19	52.962,12	52.488,15	59.162,11	58.114,62	58.114,62	58.114,62	57.114,62	58.114,62	54.114,62	54.114,62	658.114,62	658.114,62	658.114,62
ITRIR		14.414,62	12.414,62	10.914,62	10.414,62	11.914,62	11.414,62	11.414,62	11.414,62	10.914,62	11.414,62	10.414,62	10.414,62	139.114,62	139.114,62	139.114,62
Contribuição de Melhoria		13.114,62	11.114,62	9.914,62	9.414,62	10.914,62	10.414,62	10.414,62	10.414,62	9.914,62	10.414,62	9.414,62	9.414,62	114.114,62	114.114,62	114.114,62
Outras Impostas, Taxas e Contribuições de Melhoria		12.014,62	10.014,62	8.914,62	8.414,62	9.914,62	9.414,62	9.414,62	9.414,62	8.914,62	9.414,62	8.414,62	8.414,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62
RCL		281.302,11	251.302,11	221.302,11	216.302,11	241.302,11	236.302,11	236.302,11	236.302,11	231.302,11	236.302,11	221.302,11	221.302,11	2.716.302,11	2.716.302,11	2.716.302,11
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62
Despesas de Capital		100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	100.114,62	1.000.114,62	1.000.114,62	1.000.114,6

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

										MUNICÍPIO DE MARILUZ																																																	
										ESTADO DO PARANÁ																																																	
										RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA																																																	
										DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS																																																	
										ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL																																																	
										JANEIRO A JUNHO 2.025 BIMESTRE MAIO-JUNHO																																																	
RPPD - Anexo II (RPP, art. 10, inciso II)										R\$ 1,00																																																	
										REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS																																																	
										FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)																																																	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)										PREVISÃO ATUALIZADA (R\$)										RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (R\$)																																							
RECEITAS CORRENTES (V)										11.188.000,00										4.726.780,91																																							
Receita de Contribuições das Seguradoras										2.000.000,00																																																	
Alíquota										2.000.000,00																																																	
Indutor										90.000,00																																																	
Previdência										0,00																																																	
Receita de Contribuições Patronais										3.476.000,00										2.146.770,92																																							
Alíquota										3.476.000,00										2.146.770,92																																							
Indutor										0,00																																																	
Previdência										0,00																																																	
Receita Patronal										990.000,00										0,00																																							
Receita Insalubridade										0,00																																																	
Receita de Valores Mobiliários										990.000,00										0,00																																							
Outras Receitas Patronais										0,00																																																	
Receita de Serviços										0,00																																																	
Outras Receitas Correntes										4.530.000,00										2.146.770,92																																							
Compensação Financeira entre os regimes										250.000,00																																																	
Aplicação Financeira para Amortização da Dívida Atrelada do RPPS (VF)										4.300.000,00										0,00																																							
Demais Receitas Correntes										0,00										3.000,00																																							
RECEITAS DE CAPITAL (VI)										0,00										0,00																																							
Alocação de Risco, Dívidas e Ações										0,00																																																	
Associação de Empregados										0,00																																																	
Outras Receitas de Capital										0,00										2.428.986,93																																							
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI+V) = (III - II) - (II)										4.726.780,91																																																	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)										DEOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)										DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (R\$)										DESPESAS PAGAS até o Bimestre (R\$)										ENCARGOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (R\$)																			
Benefícios										12.000.000,00										4.200.000,00										4.200.000,00										4.200.000,00										0,00									
Aposentadorias										4.000.000,00										1.300.000,00										1.300.000,00										1.300.000,00										0,00									
Pensões por Morte										1.000.000,00										700.000,00										700.000,00										700.000,00										0,00									
Outras Despesas Previdenciárias										400.000,00										400.000,00										400.000,00										400.000,00										0,00									
Compensação Financeira entre os regimes										0,00										0,00										0,00										0,00										0,00									
Demais Despesas Previdenciárias										100.000,00										200.000,00										200.000,00										200.000,00										0,00									
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI+V)										12.000.000,00										4.200.000,00										4.200.000,00										4.200.000,00										0,00									
RECEITA DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI+V) = (IV - III)										-4.500.000,00										-2.500.000,00										-2.500.000,00										-2.500.000,00										0,00									
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA																																																											
RECEITAS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI+V) = (IV - III)																																																											
VALOR																																																											
RECEITA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS																																																											
VALOR																																																											
RPPD - Anexo II (RPP, art. 10, inciso II)																																																											

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

MUNICÍPIO DE MARILUZ PODER EXECUTIVO ESTADO DO PARANÁ RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO 2.025 BIMESTRE MAIO-JUNHO									
RREO - ANEXO III (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)									
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)									
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (a) - (b) = (c)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (c) - (e) - (f) - (g) - (h)	Em Reais				
2024	9.931.111,72	7.614,69	2.316.417,03	11.816.557,47					
2025	10.891.096,68	7.634.762,33	3.256.334,35	14.746.891,20					
2026	10.019.756,66	7.624.924,33	2.394.832,33	12.614.764,33					
2027	11.252.014,97	7.551.774,13	3.700.240,84	13.823.735,97					
2028	11.599.572,68	7.653.924,07	3.945.648,61	15.689.196,64					
2029	11.922.871,63	7.762.471,63	4.160.400,00	17.443.828,04					
2030	12.268.816,61	7.914.138,00	4.354.678,61	19.179.268,28					
2031	12.639.766,02	8.136.215,65	4.503.550,37	21.263.215,65					
2032	12.999.776,38	8.633.147,17	4.366.629,21	23.123.299,08					
2033	13.380.441,98	8.539.752,00	4.840.689,98	25.687.554,44					
2034	13.794.637,42	8.514.637,42	5.280.000,00	28.622.865,44					
2035	14.212.404,00	8.514.637,42	5.697.766,58	31.193.268,28					
2036	14.638.841,42	8.538.126,13	6.100.715,29	33.616.428,69					
2037	15.064.841,31	8.158.048,29	6.906.793,02	36.243.496,69					
2038	15.488.041,29	8.148.743,03	7.339.298,26	39.257.042,61					
2039	15.908.262,29	8.758.126,31	7.150.135,98	42.717.388,31					
2040	16.328.504,29	8.838.215,65	7.490.288,64	46.196.719,94					
2041	16.823.045,41	8.923.045,41	7.900.000,00	49.743.090,81					
2042	17.296.268,02	9.235.422,16	8.060.845,86	53.181.182,32					
2043	17.788.921,27	9.538.478,26	8.250.443,01	56.717.418,28					
2044	18.133.172,68	9.794.273,74	8.338.898,94	60.152.061,42					
2045	18.554.262,68	9.879.761,29	8.674.501,39	63.724.501,39					
2046	18.971.279,99	9.961.224,06	9.010.055,93	67.382.055,93					
2047	19.247.317,47	10.755.766,36	8.491.551,11	71.198.873,58					
2048	19.688.096,62	10.884.251,14	8.803.845,48	75.172.341,72					
2049	20.067.762,75	10.884.407,17	9.183.355,58	79.251.169,93					
2050	20.586.761,11	10.879.761,29	9.707.000,00	83.766.022,39					
2051	20.952.418,26	10.889.688,27	10.062.729,99	87.792.147,25					
2052	21.426.905,05	10.819.138,71	10.607.766,34	92.187.968,70					
2053	21.924.961,14	10.814.898,68	11.110.062,46	96.844.156,16					
2054	22.415.766,68	11.038.491,47	11.377.275,21	101.247.468,13					
2055	22.968.761,11	11.062.156,40	11.906.604,71	105.186.305,41					
2056	15.887.891,39	11.087.860,01	4.800.031,38	27.057.065,89					
2057	16.116.499,16	10.879.686,77	5.198.898,39	22.116.905,89					
2058	16.344.763,11	11.068.462,32	5.186.300,79	27.409.062,34					
2059	20.969.826,36	11.038.268,26	9.931.558,10	31.941.584,66					
2060	16.822.122,25	10.873.264,29	5.948.857,96	26.745.857,96					
2061	17.137.976,59	10.865.482,02	6.272.494,57	28.003.494,57					
2062	17.438.914,37	10.889.898,97	6.549.015,40	28.328.810,37					
2063	17.764.369,99	10.855.761,29	7.908.608,70	27.918.608,70					
2064	18.125.451,69	10.815.864,00	7.309.587,69	27.310.587,69					
2065	18.489.973,89	10.819.000,00	7.670.973,89	27.670.973,89					
2066	18.889.397,37	9.964.473,70	8.924.923,67	28.112.377,66					

RREO - ANEXO III (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)		DESPESAS EMPENDIÁRIAS (a)		DESPESAS LIQUIDADAS (b)		DESPESAS PAGAS (c)	
APLICACÃO EM DESPESAS		DESPESAS EMPENDIÁRIAS (a)		DESPESAS LIQUIDADAS (b)		DESPESAS PAGAS (c)	
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS EMPENDIÁRIAS (a)	DESPESAS LIQUIDADAS (b)	DESPESAS PAGAS (c)	DESPESAS EMPENDIÁRIAS (a)	DESPESAS LIQUIDADAS (b)	DESPESAS PAGAS (c)
2024	9.931.111,72	4.282.284,44	4.082.953,44	4.083.152,73			
2025	10.891.096,68	4.282.284,44	399.854,27	399.854,27			
2026	10.019.756,66	0,00	0,00	0,00			
2027	11.252.014,97	0,00	0,00	0,00			
2028	11.599.572,68	0,00	0,00	0,00			
2029	11.922.871,63	0,00	0,00	0,00			
2030	12.268.816,61	4.082.452,21	3.870.027,27	3.869.459,49			
2031	12.639.766,02		3.330.880,44				
2032	12.999.776,38		0,00	0,00			
2033	13.380.441,98		0,00	0,00			
2034	13.794.637,42	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2035	14.212.404,00	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2036	14.638.841,42	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2037	15.064.841,31	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2038	15.488.041,29	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2039	15.908.262,29	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2040	16.328.504,29	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2041	16.823.045,41	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2042	17.296.268,02	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2043	17.788.921,27	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2044	18.133.172,68	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2045	18.554.262,68	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2046	18.971.279,99	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2047	19.247.317,47	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2048	19.688.096,62	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2049	20.067.762,75	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2050	20.586.761,11	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2051	20.952.418,26	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2052	21.426.905,05	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2053	21.924.961,14	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2054	22.415.766,68	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2055	22.968.761,11	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2056	15.887.891,39	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2057	16.116.499,16	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2058	16.344.763,11	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2059	20.969.826,36	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2060	16.822.122,25	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2061	17.137.976,59	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2062	17.438.914,37	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2063	17.764.369,99	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2064	18.133.172,68	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2065	18.554.262,68	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2066	18.971.279,99	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2067	19.247.317,47	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2068	19.688.096,62	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2069	20.067.762,75	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2070	20.586.761,11	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2071	20.952.418,26	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2072	21.426.905,05	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2073	21.924.961,14	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2074	22.415.766,68	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2075	22.968.761,11	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2076	15.887.891,39	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2077	16.116.499,16	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2078	16.344.763,11	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2079	20.969.826,36	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2080	16.822.122,25	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2081	17.137.976,59	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2082	17.438.914,37	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2083	17.764.369,99	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2084	18.133.172,68	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2085	18.554.262,68	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2086	18.971.279,99	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2087	19.247.317,47	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2088	19.688.096,62	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2089	20.067.762,75	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2090	20.586.761,11	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2091	20.952.418,26	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2092	21.426.905,05	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2093	21.924.961,14	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2094	22.415.766,68	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2095	22.968.761,11	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2096	15.887.891,39	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2097	16.116.499,16	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2098	16.344.763,11	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2099	20.969.826,36	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2100	16.822.122,25	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2101	17.137.976,59	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2102	17.438.914,37	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2103	17.764.369,99	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2104	18.133.172,68	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2105	18.554.262,68	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2106	18.971.279,99	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2107	19.247.317,47	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2108	19.688.096,62	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2109	20.067.762,75	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2110	20.586.761,11	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2111	20.952.418,26	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2112	21.426.905,05	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2113	21.924.961,14	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2114	22.415.766,68	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2115	22.968.761,11	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2116	15.887.891,39	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2117	16.116.499,16	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2118	16.344.763,11	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2119	20.969.826,36	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2120	16.822.122,25	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2121	17.137.976,59	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2122	17.438.914,37	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2123	17.764.369,99	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2124	18.133.172,68	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2125	18.554.262,68	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2126	18.971.279,99	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2127	19.247.317,47	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2128	19.688.096,62	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2129	20.067.762,75	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2130	20.586.761,11	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2131	20.952.418,26	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2132	21.426.905,05	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2133	21.924.961,14	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2134	22.415.766,68	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2135	22.968.761,11	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2136	15.887.891,39	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2137	16.116.499,16	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2138	16.344.763,11	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2139	20.969.826,36	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2140	16.822.122,25	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2141	17.137.976,59	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2142	17.438.914,37	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2143	17.764.369,99	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2144	18.133.172,68	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2145	18.554.262,68	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2146	18.971.279,99	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2147	19.247.317,47	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2148	19.688.096,62	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2149	20.067.762,75	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2150	20.586.761,11	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2151	20.952.418,26	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2152	21.426.905,05	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2153	21.924.961,14	4.082.452,21	4.082.452,21	4.082.452,21			
2154	22.415.766,68	4.082.452,21	4.082.452,21				

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br



CIUENP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2024
PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EMPREGADOS PÚBLICOS PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ – CIUENP

EDITAL Nº 11/2025

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná - CIUENP, no uso de suas atribuições conferidas pelo Estatuto Social do CIUENP, TORNA PÚBLICO:

- A convocação dos candidatos relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2024 do CIUENP, homologado pelo Edital nº 02/2025, nos termos deste edital.
- Os candidatos a diante relacionados deverão comparecer no CIUENP, no período de **18/07/2025 a 24/07/2025** (de segunda à sexta-feira, exceto feriados), das **08h às 11h** e das **13h30min às 16h30min** na Rua Dr. Rui Ferraz de Carvalho, nº 4322 – CEP 87.501-250, em Umuarama-Pr, para entrega dos documentos que comprovem os requisitos previstos no Edital e agendamento de exame admissional:

12ª REGIONAL DE UMUARAMA

Class.	Insc.	Nome	Cargo	Regional/Base
2ª	079	Allana Romero Echeverria	Médico Regulador	Umuarama

De acordo com o item 1.7 do regulamento especial, o prazo da contratação será de 1 (um) ano.

- O exame médico pré-admissional e exames complementares são parte integrante do Processo Seletivo Simplificado de caráter eliminatório, tendo a finalidade de verificar as condições físicas e mentais necessárias ao desempenho das funções no emprego público, sendo eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que não comparecer no dia, horário e local determinado para a realização da entrevista, teste e exame.
- Será considerado inapto nessa etapa o candidato que não atender aos requisitos de aferição estabelecidos para cada teste ou que apresentem características, quer estruturais, quer situacionais, que denotem comprometimento nas esferas psíquicas ou neurológicas e/ou fiverem condecoração de saúde incompatível com o emprego, devidamente atestado por médico do trabalho designado pelo CIUENP.
- É condição para admissão no CIUENP a apresentação de todos os documentos exigidos por este Edital, no prazo acima estabelecido, bem como a realização do exame médico pré-admissional e exames complementares.
- Ao candidato convocado e que se enquadrar na situação prevista no item 1.9 do Edital do Regulamento do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2024, será facultado, por uma única vez, o pedido de deslocamento mediante requerimento para o final da ordem de classificação.
- O candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, fotocópia autenticada ou simples, se acompanhado do original, dos seguintes documentos:
 - Cartão com número do PIS ativo na Caixa Econômica Federal;
 - Carteira/Cédula de Identidade – RG e Cartão de Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
 - Título de eleitor e comprovante de votação referente à última eleição e/ou certidão de quitação eleitoral;
- CNH (Carteira Nacional de Habilitação categoria “D”), certificado de treinamento em condução de veículos de emergência, bem como extrato disponível no site do Detran/PR comprovando os demais pré-requisitos do cargo de Condução de Ambulância Socorrista, conforme Anexo I do Edital do Regulamento do presente PSS;
- Prova de quitação com o serviço militar, para candidatos do sexo masculino;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 (vinte) anos (quando couber);
- Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (dispensado no caso de possuir CTPS digital);
- Cópia do comprovante de escolaridade (conforme requisito mínimo para o cargo), fornecido por instituição de ensino oficial ou regularmente reconhecida ou autorizada pelo órgão governamental competente;
- Comprovante de registro no respectivo conselho de classe e comprovante de regularidade do registro (quitação da anuidade – quando couber);
- Declaração firmada pelo candidato da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no Art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da CF;
- Declaração de bens, direito e valores com dados que integram o respectivo patrimônio, acompanhada da Declaração de Imposto de Renda do exercício imediatamente anterior (na forma da Lei nº 8.429/1992);
- Comprovante de Residência atualizado;
- Carteira ou Declaração de Vacinação atualizada;
- 01 Foto 3x4 recente;
- Comprovante de Conta Corrente ou Salário no Banco do Brasil;
- Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual, incluindo Juizados Especiais Criminais, de que o candidato encontra-se no pleno exercício de seus direitos políticos e não responde ou respondeu por crime administrativo (Contrato o Patrimônio e Administração Pública), da Comarca onde residir, emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da posse, sendo das: Varas Criminais ou Cartório Distribuidor;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da Comarca onde residir, emitidas há 90 (noventa) dias da data da posse;
- Certidão de que o candidato se encontra no pleno exercício de seus direitos políticos e não responde ou respondeu por crime eleitoral, através de Certidão expedida pela Justiça Eleitoral onde o candidato esteve domiciliado e trabalhando nos últimos 05 (cinco) anos, emitida há 90 (noventa) dias da data da posse.

Obs. 1: O formulário de declaração de não acúmulo de cargos ou empregos e formulário de declaração de bens poderão ser solicitados no Setor de Recursos Humanos do CIUENP.

Obs. 2: Caso os dependentes (filhos e cônjuge) sejam considerados para fins de dedução para imposto de renda na fonte, deverá ser apresentado o número do CPF do dependente, independentemente da idade.

- O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Edital implica em perda dos direitos advindos do Processo Seletivo Simplificado, nos termos da lei. Publique-se.

Umuarama/PR, 17 de julho de 2025.

MARCO ANTONIO FRANZATO
Presidente do CIUENP



MUNICÍPIO DE MARILUZ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ O 1º SEMESTRE DE 2025

RESUMO

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR: ATÉ O SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	59.973.636,67
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	59.973.636,67
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Despesa com Pessoal	58.800.004,67

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	VALOR: ATÉ O SEMESTRE
Despesa Total com Pessoal - DTP	25.274.582,85	42,98
Limite Máximo (Inciso I, LI, III, do Art. 20 da LRF) - <54,00%	31.752.002,52	54,00
Limite Produtivo (parágrafo único, Art. 22 da LRF) - <95% do Limite Máximo	30.164.402,40	51,30
Limite de Alerta (Inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <90% do Limite Máximo	28.576.802,21	47,60

RECEITA CONSOLIDADA	VALOR	VALOR: ATÉ O SEMESTRE
Dívida Consolidada Líquida	-46.250.075,34	-77,17
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	71.968.364,00	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	VALOR: ATÉ O SEMESTRE
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	13.194.200,07	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	VALOR: ATÉ O SEMESTRE
Operações de Crédito Internas e Externas	262.374,51	0,44
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito Externo e Interno	9.595.781,87	16,00
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito por Antecipação de Receita	4.198.154,57	7,00

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
Prefeito (a)

BEATRIZ AP. DE OLIVEIRA
Contadora

LEANDRO ANTONIO LIMA CARVALHO
Tesorero

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 088/2025
VALIDADE: 16 de julho de 2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES PRONTA, (MARMITE) E (SELF SERVICE), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TAPEJARA - PR.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPEJARA
CONTRATADA: VANILDO A. BORGES - PIZZARIA.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
VALOR: R\$ 42.876,20 (quarenta e dois mil, oitocentos e setenta e seis reais e vinte centavos)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR
Tapejara/PR, em 17 de julho de 2025
MUNICÍPIO DE TAPEJARA
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO
CONTRATANTE: Município de Tapejara, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF Nº 78.247.345/0001-08.
CONTRATADA: R. C. MINFRAESTRUTURAE CONSTRUÇÕES LTDA.
MODALIDADE: Tomada de Preço nº 008/2023.
OBJETO: Aditivo de prorrogação de prazo de vigência de contrato, do Contrato Administrativo nº 009/2024.
PRAZO: 120 (cento e vinte) dias, a partir de 29/06/2025 a 29/10/2025.
FORO: COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE/PR.
Tapejara/PR, 14 de julho de 2025.
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO
CONTRATANTE: Município de Tapejara, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF Nº 78.247.345/0001-08.
CONTRATADA: RCM INFRAESTRUTURA E CONSTRUÇÕES LTDA
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA Nº 006/2024.
OBJETO: Aditivo de prorrogação de prazo de vigência de contrato, do Contrato Administrativo nº 124/2024.
PRAZO: 90 (NOVENTA) dias, a partir de 26/07/2025 a 26/10/2025.
FORO: COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE/PR.
Tapejara/PR, 14 de julho de 2025.
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS
Assinado digitalmente por RONALDO ADRIANO VILAS BOAS:0340606937
BOAS:0340606937 Dados: 2025.07.17
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE MARILUZ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DAS GARANTIAS E CONTRAGUANTAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO / 2025

RESUMO

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (VI + VII + VIII + IX + X + XI + XII)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VII)	61.062.486,01
(7) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) - CVI - VBI	60.262.486,01
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <22%*	13.194.200,07
LIMITE DE ALERTA (Inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <90%*	11.929.804,61

CONTRAGUANTAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025
TOTAL CONTRAGUANTAS RECEBIDAS (XIII) - (IX + X + XI + XII)	0,00
ANOTAÇÕES CORRENTES:	0,00

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
Prefeito (a)

BEATRIZ AP. DE OLIVEIRA
Contadora

LEANDRO ANTONIO LIMA CARVALHO
Tesorero



Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (41) 3662-1030 - CEP 87.480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

APOSTILA Nº 02 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

MUNICÍPIO DE MARIA HELENA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Brasil, 2001, na cidade de Maria Helena, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 76.247.386/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. **MARLON RANCER MARQUES**, em pleno exercício de seu mandato e funções, no uso de suas atribuições, resolve:

Expedir, com base Lei Federal nº 14.133/21, art. 136, caput, a presente **Apostila** a ATA de REGISTRO de PREÇOS nº **001/2024**, celebrado entre o Município de Maria Helena e a empresa **DROMMER COMERCIO E ENGENHARIA LTDA CNPJ: 40.050.267/0001-08**
Sede: Rua João Batista Coppi n° 100, Conjunto Adam na cidade de Faxinal – PR., oriundo do processo de licitação modalidade **Pregão nº 064/2024**, para Contratação de empresa para fornecimento e instalação de peças de Granito para bancadas, balcões, divisórias; e Vidros para portas e janelas, visando a manutenção da Prefeitura Municipal de Maria Helena bem como suas Secretarias, repartições, unidades de saúde, entre outros.

Ficam acrescentadas ao contrato as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO	UNIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	DE FONTE DE RECURSO	DE PROJETO ATIVIDADE	DESPESA REDUZIDO
10	001	3.3.90.30.00.00	01000	2.100	260
10	001	3.3.90.39.00.00	01000	2.100	264
10	001	3.3.90.30.00.00	31867	2.255	522
10	001	3.3.90.39.00.00	31867	2.255	454

Esta apostila é parte integrante do contrato supramencionado.

Maria Helena, 16 de julho de 2025

MARLON RANCER MARQUES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Avenida Marília, 1920 - Centro
CEP: 87.470-000 - Fone/Fax: (44) 3534-8000
CNPJ: 76.404.136/0001-29 - Mariluz/Paraná

EXTRATO DO CONTRATO Nº 171/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARILUZ/PR.
CNPJ: 76.404.136/0001-29

CONTRATADO: CK LOCAÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA
CNPJ: 49.727.375/0001-47

BASE LEGAL: Processo Licitatório nº 0858/2025 - Pregão Eletrônico nº 034/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de reforma de terraços rurais, nos termos do Instrumento de Repasse Nº 4115101/2023 do Programa "Itaipu Mais que Energia", conforme quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência e elementos instrutores do edital.

VALOR DO CONTRATO: 20.477,54 (vinte mil, quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos)

FORMA DE PAGAMENTO: O fornecimento dos produtos e/ou serviços, serão pagos, contados de sua entrega, em até 10 (dez) dias, mediante Aprovação do Setor de Engenharia que emitirá laudo de recebimento e crédito diretamente em conta-corrente após a data de emissão e apresentação da nota fiscal/fatura, preenchida sem rasuras.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo para execução dos serviços é de 90 (noventa) dias, contados a partir do 11º (décimo primeiro) dia da data de assinatura da ordem de serviço.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O presente contrato terá vigência de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados de sua assinatura podendo ser prorrogado e aditado por conveniência das partes, nos termos do art. 84 e 65, da Lei nº 14.133/21

FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.

Mariluz, 07 de julho de 2025

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE MARILUZ/PR.
CNPJ: 76.404.136/0001-29

CONTRATADA
CK LOCAÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA
CNPJ: 49.727.375/0001-47



CIUENP

Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná

ESTADO DO PARANÁ
CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 02/2025.
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ - CIUENP torna público, para conhecimento a quem interessar possa, de acordo com Edital de CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO, a convocação da Comissão de Licitação para análise de documentações apresentadas se reunirá para análise.

Abertura dos envelopes: 21 de Julho de 2025 às 11h00m.

Local: Sede Administrativa do CIUENP;
Umuarama/PR, 17 de Julho de 2025.

MARCO ANTONIO FRANZATO
Presidente do CIUENP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025
EXCLUSIVO ME/ME/EP
O MUNICÍPIO DE PEROBAL, Estado do Paraná, torna público, que realizará PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento menor preço, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Municipal nº 28/2023, e demais normas aplicáveis.
OBJETO: Contratação de Empresa para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, para a composição da merenda escolar da rede pública de ensino do Município de Perobal, pelo período de 06 (seis) meses.
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇOS: de 18/07/2025 às 09:00h00min até 06/08/2025 às 08h30min.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 06/08/2025 às 08h31min até 08h59min
DATA E HORÁRIO DE INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: 06/08/2025 às 09h00min
TIPO DE DISPUTA: ABERTO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE
VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO: R\$ 477.557,20 (quatrocentos e setenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos)
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE DISPUTA: <https://www.bll.org.br>.
LINK PARA ACESSO AO EDITAL: <https://perobal.eloweb.net/portalltransparencia/1/licitacoes> e <https://pncp.gov.br/app/>

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
Perobal, 17 de julho de 2025.
CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
LEI COMPLEMENTAR Nº 155, DE 17 DE JULHO DE 2025.
Amplia o número de vagas do cargo de Técnico de Enfermagem do Anexo II da Lei Complementar 119 de 14 de fevereiro de 2022; Altera a tabelas do anexo II da Lei Complementar 119 de 14 de fevereiro de 2022, relativas ao cargo de Técnico de Enfermagem.
O PREFEITO MUNICIPAL faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º - Ficam criados 07 (sete) vagas do grupo ocupacional Técnico, Técnico em Enfermagem, com escolaridade mínima de Educação Profissional Técnica de nível médio e carga horária de 40 horas, conforme disposto no Anexo II da Lei Complementar nº 119, de 14 de fevereiro de 2022, nas atribuições do Anexo VI da mesma lei e na tabela de vencimentos do Anexo XI.1, também pertencente à Lei Complementar nº 119, de 14 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - Fica alterada a tabela constante do anexo II da Lei Complementar 119 de 14 de fevereiro de 2022, que trata da estrutura dos cargos do quadro permanente do Poder Executivo do Município de Tapejara/PR, passando a constar 11 vagas de Técnico em Enfermagem.

Art. 3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Tapejara/PR, 17 de julho de 2025
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO II								
ESTRUTURA DOS CARGOS – QUADRO PERMANENTE								
GRUPO OCUPACIONAL / CÓDIGO	ESCOLARIDADE OU TITULARIDADE MÍNIMA	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÚMERO DE VAGAS				
OPERACIONAL I	Ensino Fundamental Incompleto	Auxiliar de Mecânico	40 horas	02				
		Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	100				
		Borracheiro	40 horas	02				
		Eletricista de Auto	40 horas	02				
		Lavador/Lubrificador	40 horas	03				
		Merendeira	40 horas	08				
		Vigia	40 horas	20				
		Zeladora	40 horas	80				
		Colador de Lixo	40 horas	20				
		OPERACIONAL II	Ensino Fundamental Completo	Mecânico Geral	40 horas	04		
Motorista	40 horas			40				
Operador de Máquinas	40 horas			12				
Agente Comunitário de Saúde	40 horas			30				
Agente de Endemias	40 horas			10				
Agente de Apoio Administrativo	40 horas			50				
Auxiliar de Farmácia	40 horas			02				
Educador Social	40 horas			10				
Fiscal de Obras	40 horas			03				
ADMINISTRATIVO	Ensino Médio			Fiscal de Posturas	40 horas	02		
		Inseminador de Animais	40 horas	02				
		Instrutor de Ofício	40 horas	04				
		Operador de Raios X	24 horas	02				
		Tesoureiro	40 horas	01				
		Torneiro Mecânico	40 horas	01				
		Técnico de Enfermagem	40 horas	11				
		Técnico de Enfermagem	36 horas	07				
		Plantonista	40 horas	04				
		TÉCNICO	Educação Profissional Técnica de nível médio	Técnico em Higiene Bucal	40 horas	04		
Técnico em Informática	40 horas			02				
Técnico em Meio Ambiente	40 horas			01				
Técnico de Vigilância em Saúde	40 horas			04				
PROFISSIONAL	Educação Superior, em			Analista Administrativo	40 horas	05		
				Analista Contábil	40 horas	02		
					curso de graduação	Analista Jurídico	40 horas	02
						Assistente Social	30 horas	04
						Auditor Fiscal Tributário	40 horas	03
						Bioquímico	40 horas	02
Contador	40 horas	03						
Enfermeiro	40 horas	10						
Enfermeiro Plantonista	36 horas	07						
Engenheiro Agrônomo	40 horas	01						
Engenheiro Civil	20 horas	02						
Pharmacêutico	20 horas	04						
Fisioterapeuta	40 horas	02						
Fonoaudiólogo	20 horas	02						
Instrutor Desportivo	40 horas	03						
Médico Clínico Geral	20 horas	07						
Médico Clínico Geral	40 horas	07						
Médico Plantonista	24 horas	07						
Médico Veterinário	40 horas	02						
Nutricionista	20 horas	02						
Nutricionista	40 horas	01						
Odontólogo	20 horas	10						
Pedagogo	40 horas	02						
Procurador Municipal	20 horas	02						
Psicólogo	40 horas	05						

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 005, DE 17 DE JULHO DE 2024.
FABIO HENRIQUE BARBOSA SERRA, Diretor Presidente do Instituto de Previdência do Município de Tapejara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 4º, C, da Lei nº 1.109/2006.
CONSIDERANDO o disposto no Art. 30, inciso I, II e III da Lei Municipal nº 1052/2006, modificada pela Lei Complementar nº 114/2021,
RESOLVE:

Art. 1º Cessar o pagamento de Benefício de Pensão da Srª. VALDELICE BARBOSA DE SOUZA, pensionista através da Portaria nº 159 de 17 de julho de 2008, publicada em 18 de julho de 2008, que concedeu Pensão com proventos integrais, pelo seu falecimento ocorrido em 03/05/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Tapejara, 17 de julho de 2025.
FABIO HENRIQUE BARBOSA
DIRETOR - PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE TAPEJARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 007/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 099/2025
A Divisão de Licitação e Compras do Município de Tapejara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, faz saber que se encontra aberta licitação Chamamento Público nº. 005/2025, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AS OFICINAS DE CORTE E COSTURA E OFICINEIRO PARA OFICINAS DE DESENHOS MANUAIS DAS SECRETARIAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E TURISMO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TAPEJARA-PR, com os quantitativos e requisitos mínimos exigidos no Termo de Referência. O início do envio da documentação a partir do dia 21 DE JULHO DE 2025, às 08:00 horas até o dia 08 DE AGOSTO às 08:00 e poderá ser efetuado a qualquer tempo, podendo os interessados credenciarem-se por prazo indeterminado, desde que preencham todas as condições editalícias, e será regido conforme e com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas pertinentes, sem prejuízo das demais regras aplicáveis ao caso. Maiores informações na Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Tapejara, junto a Divisão de Licitação e Compras. Tapejara/PR, 17 de julho de 2025.
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 007/2025
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: MUNICÍPIO DE TAPEJARA
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: ABRIGO SÃO FRANCISCO DE ASSIS
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 027/2025
OBJETO: TERMO DE COLABORAÇÃO, EM REGIME DE MUTUA COOPERAÇÃO, PARA O REPASSE EM FORMA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSO ORINDO DOS RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES (RECURSO PRÓPRIO), POR MEIO DO TERMO DE COLABORAÇÃO PARA ATENDIMENTO REALIZADO DE FORMA CONTINUADA NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, A SEREM REALIZADOS NAS DEPENDÊNCIAS DA ENTIDADE, COM O ATENDIMENTO NAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO, SAÚDE, ESPORTE, LAZER E RELIGIÃO, INCLUINDO MATERIAS E INSUMOS NECESSÁRIOS A SUA REALIZAÇÃO, TUDO EM CONFORMIDADE COM OS OBJETIVOS ESTATUTÁRIOS DA INSTITUIÇÃO E DO PLANO DE TRABALHO.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 11/07/2025 a 11/07/2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 11/07/2025 a 11/07/2026
VALOR: R\$ 190.995,00 (cento e noventa mil, novecentos e noventa e cinco reais)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR
Tapejara/PR, em 17 de julho de 2025.
MUNICÍPIO DE TAPEJARA
Ronaldo Adriano Vilas Boas

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
DECRETO Nº. 069, DE 17 DE JULHO DE 2025.
Dispõe sobre a alteração de ação no PPA 2022-2025 Lei nº. 2.263/2021; altera meta no Anexo de Metas da LDO 2025, Lei nº. 2.461/2024, e abre crédito adicional especial no Orçamento do Executivo.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71 inciso VI da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei nº. 2.547 de 17 de julho de 2025. DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional especial no orçamento do corrente exercício, o valor de R\$: 100.000,00 (Cem mil reais), destinados a ocorrer com despesa classificada na atividade e no elemento a seguir discriminado:

11.000.00.000.0000.0.000 - Secretaria de Saúde
11.001.00.000.0000.0.000 - Fundo Municipal de Saúde
11.001.10.301.0023.2.032 - Manutenção e Encargos do Custeio da Atenção Básica - RE
Fonte: 500 - BL Investimento na Rede de Serviços de Saúde
4.4.90.51.00.00 Obras e Instalações R\$: 100.000,00

Art. 3o. Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como recurso o excesso de arrecadação de fonte vinculada, na forma do disposto pelo Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, na seguinte fonte de recurso:

Fonte: 500 - BL Investimento na Rede de Serviços de Saúde R\$: 100.000,00

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar após o PPA 2022-2025, para o exercício de 2025, Lei nº 2.263/2021, conforme descrito nos artigos 1o e 2o desta Lei.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar valor constante no anexo de metas da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2025, Lei nº. 2.461/2024, conforme descrito nos artigos 1o e 2o desta Lei.

Art. 5º. Este

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 323, DE 17 DE JULHO DE 2025
Concede Avanço Vertical.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e, considerando a Lei Complementar nº 119, de 14 de fevereiro de 2022,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Avanço Vertical, de acordo com o disposto nos artigos do artigo 27, da Lei Complementar nº 119, de 14 de fevereiro de 2022, ao seguinte servidor, conforme quadro abaixo:
MATR. NOME CARGO CLASSE/REF. ANTERIOR CLASSE REF. ATUAL E –
5347 Simone Marcia Franco Sette Ponchielli Agente de Apoio Administrativo F – 12
Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a partir do dia 01 de julho de 2025.
Tapejara, 17 de julho de 2025
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 068, DE 17 DE JULHO DE 2025.
Autoriza a transferência parcial de recurso entre categorias econômicas constantes do orçamento da Administração Direta.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71 inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e, tendo em vista a Lei nº. 2.546 de 17 de Julho de 2025.
DECRETA:
Art. 1º. Fica efetuado a transferência parcial de recurso entre categorias econômicas do orçamento da Administração Direta nos termos do art. 167, inc. VI da Constituição Federal de 1988, no valor de R\$: 834.000,00 (Oitocentos e trinta e quatro mil), destinados à cobertura de despesas classificadas nas atividades e nos elementos a seguir discriminados.
10.000.00.000.0000.0.000 – Secretária de Educação, Cultura e Esportes
10.001.00.000.0000.0.000 – Divisão de Ensino Fundamental
10.001.12.361.0017.2.019 – Manutenção e Encargos do Ensino Fundamental
Fonte: 103 – Aplicação Sobre Transferências Constitucionais R\$: 317.000,00
4.4.90.52.00.00 (243) Equipamentos e Material Permanente R\$: 200.000,00
Fonte: 104 – Educação 25 % / Sobre Impostos
10.000.00.000.0000.0.000 – Secretária de Educação, Cultura e Esportes
10.001.00.000.0000.0.000 – Divisão de Ensino Fundamental
10.001.12.361.0036.2.063 – Manutenção e Encargos do Transporte Escolar
Fonte: 103 – Aplicação Sobre Transferências Constitucionais R\$: 317.000,00
4.4.90.52.00.00 (280) Equipamentos e Material Permanente R\$: 834.000,00
Total R\$: 834.000,00
Art. 2º. A transferência efetuada no artigo anterior, tem como origem anulação parcial de recurso proveniente dos seguintes programas/dotações do orçamento vigente:
10.000.00.000.0000.0.000 – Secretária de Educação, Cultura e Esportes
10.001.00.000.0000.0.000 – Divisão de Ensino Fundamental
10.001.12.361.0017.2.019 – Manutenção e Encargos do Ensino Fundamental
Fonte: 103 – Aplicação Sobre Transferências Constitucionais R\$: 250.000,00
3.1.90.11.00.00 (221) Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$: 67.000,00
3.3.90.32.00.00 (232) Material, Bem ou Serviços para Distribuição Gratuita
Fonte: 103 – Aplicação Sobre Transferências Constitucionais R\$: 200.000,00
10.001.12.361.0017.2.019 – Manutenção e Encargos do Ensino Fundamental
Fonte: 104 – Educação 25 % / Sobre Impostos R\$: 300.000,00
3.1.90.11.00.00 (222) Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$: 17.000,00
10.000.00.000.0000.0.000 – Secretária de Educação, Cultura e Esportes
10.001.00.000.0000.0.000 – Divisão de Ensino Fundamental
10.001.12.361.0036.2.063 – Manutenção e Encargos do Transporte Escolar
Fonte: 103 – Aplicação Sobre Transferências Constitucionais R\$: 300.000,00
3.3.90.30.00.00 (270) Material e Consumo R\$: 17.000,00
3.3.90.36.00.00 (275) Outros Serviços de Terceiros – P. Física
Total R\$: 834.000,00
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 17 de Julho de 2025.
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 070, DE 17 DE JULHO DE 2025.
Dispõe sobre a alteração de ação no PPA 2022-2025 Lei nº. 2.263/2021; altera meta no Anexo de Metas da LDO 2025, Lei nº. 2.461/2024, inclui fonte de recurso e abre crédito adicional suplementar no Orçamento do Executivo.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71 inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e, tendo em vista a Lei nº. 2.548 de 17 de Julho de 2025.
DECRETA:
Art. 1º. Fica incluída fonte de recurso na seguinte dotação no Orçamento vigente:
07.001.15.451.0043.1.002 – Pavim. – Recapeamento de Vias e Obras Complementares
Fonte: 1009 – Operação de Crédito Internas R\$: 1.500.000,00
Art. 2º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no Orçamento do Executivo para o corrente exercício o valor de R\$: 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), destinados a ocorrer com despesa classificada no projeto e no elemento a seguir discriminado:
07.000.00.000.0000.0.000 – Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos
07.001.00.000.0000.0.000 – Divisão de Obras
07.001.15.451.0043.1.002 – Pavim. – Recapeamento de Vias e Obras Complementares
Fonte: 1009 – Operação de Crédito Internas R\$: 1.500.000,00
4.4.90.51.00.00 Obras e Instalações R\$: 1.500.000,00
Art. 3º. Como recurso para abertura do crédito adicional suplementar de que trata a presente Lei, será utilizada a receita proveniente de operação de crédito autorizada pela Lei Municipal nº. 2.538 de 17 de junho de 2025.
Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar ações no PPA 2022-2025, para o exercício de 2025, Lei nº 2.263/2021, conforme descrito nos artigos 2º e 3º desta Lei.
Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar valores constantes no anexo de metas da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2025, Lei nº. 2.461/2024, conforme descrito nos artigos 2º e 3º desta Lei.
Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 17 de Julho de 2025.
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
LEI Nº. 2.546, DE 17 DE JULHO DE 2025.
(Autoria: Chefe do Poder Executivo Municipal)
Autoriza a transferência parcial de recurso entre categorias econômicas constantes do orçamento da Administração Direta.
A Câmara Municipal de Tapejara, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a transferência parcial de recurso entre categorias econômicas do orçamento da Administração Direta nos termos do art. 167, inc. VI da Constituição Federal de 1988, no valor de R\$: 834.000,00 (Oitocentos e trinta e quatro mil), destinados à cobertura de despesas classificadas nas atividades e nos elementos a seguir discriminados.
10.000.00.000.0000.0.000 – Secretária de Educação, Cultura e Esportes
10.001.00.000.0000.0.000 – Divisão de Ensino Fundamental
10.001.12.361.0017.2.019 – Manutenção e Encargos do Ensino Fundamental
Fonte: 103 – Aplicação Sobre Transferências Constitucionais R\$: 317.000,00
4.4.90.52.00.00 (243) Equipamentos e Material Permanente R\$: 200.000,00
Fonte: 104 – Educação 25 % / Sobre Impostos
10.000.00.000.0000.0.000 – Secretária de Educação, Cultura e Esportes
10.001.00.000.0000.0.000 – Divisão de Ensino Fundamental
10.001.12.361.0036.2.063 – Manutenção e Encargos do Transporte Escolar
Fonte: 103 – Aplicação Sobre Transferências Constitucionais R\$: 317.000,00
4.4.90.52.00.00 (280) Equipamentos e Material Permanente R\$: 834.000,00
Total R\$: 834.000,00
Art. 2º. A transferência efetuada no artigo anterior, tem como origem anulação parcial de recurso proveniente dos seguintes programas/dotações do orçamento vigente:
10.000.00.000.0000.0.000 – Secretária de Educação, Cultura e Esportes
10.001.00.000.0000.0.000 – Divisão de Ensino Fundamental
10.001.12.361.0017.2.019 – Manutenção e Encargos do Ensino Fundamental
Fonte: 103 – Aplicação Sobre Transferências Constitucionais R\$: 250.000,00
3.1.90.11.00.00 (221) Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$: 67.000,00
3.3.90.32.00.00 (232) Material, Bem ou Serviços para Distribuição Gratuita
Fonte: 103 – Aplicação Sobre Transferências Constitucionais R\$: 200.000,00
10.001.12.361.0017.2.019 – Manutenção e Encargos do Ensino Fundamental
Fonte: 104 – Educação 25 % / Sobre Impostos R\$: 300.000,00
3.1.90.11.00.00 (222) Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$: 17.000,00
10.000.00.000.0000.0.000 – Secretária de Educação, Cultura e Esportes
10.001.00.000.0000.0.000 – Divisão de Ensino Fundamental
10.001.12.361.0036.2.063 – Manutenção e Encargos do Transporte Escolar
Fonte: 103 – Aplicação Sobre Transferências Constitucionais R\$: 300.000,00
3.3.90.30.00.00 (270) Material e Consumo R\$: 17.000,00
3.3.90.36.00.00 (275) Outros Serviços de Terceiros – P. Física
Total R\$: 834.000,00
Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 17 de Julho de 2025.
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 059/2025
INEXIBILIDADE Nº 022/2025
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 096/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
CONTRATADA: S. A. COMUNICAÇÃO SOCIAL LTDA.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 07 (sete) MESES (08/07/2025 a 08/02/2026)
VALOR: R\$ 117.461,40 (cento e dezessete mil quatrocentos e sessenta e um reais e quarenta centavos).
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR.
Tuneiras do Oeste, em 08 de julho de 2025.
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Guernio Mendonça dos Santos
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 040/2025
Revoga o Decreto nº 014/2024, publicado em 04 de Abril de 2024, que alterou o Decreto nº 052/2022, publicado em 31 de Agosto de 2022, que dispõe sobre "Pensão Vitalícia e Temporária" aos beneficiários do Servidor falecido ANTONIO DE MELLO.
A ADMINISTRADORA DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UMUARAMA - PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 20, Inciso VIII, da Lei Complementar nº 089/2001, e com ratificação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, e com ratificação pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal.
CONSIDERANDO o processo de nº 067/2025 do dia 15 de Julho de 2025 requerido pela beneficiária ANA BEATRIZ SILVA MELO para dar continuidade a sua "Pensão Temporária" de acordo com o Art.198, Inciso I da Lei Complementar nº 018/1992.
D E C R E T A :
Art. 1º Revoga o Decreto nº 014/2024, publicado em 04 de Abril de 2024, que alterou o Decreto nº 052/2022, publicado em 31 de Agosto de 2022, que dispõe sobre "Pensão Vitalícia e Temporária" aos beneficiários do Servidor ANTONIO DE MELLO.
Art. 2º Restabelece o Decreto de nº 057/2022, publicado em 31 de Agosto de 2022 que concedeu os 50% (pensão temporária) para a beneficiária ANA BEATRIZ SILVA MELO.
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 16 de julho de 2025.
ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
DENISE CONSTANTE DA SILVA FREITAS
Administradora do FPMU

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
LEI Nº. 2.547, DE 17 DE JULHO DE 2025.
(Autoria: Chefe do Poder Executivo Municipal)
Dispõe sobre a alteração de ação no PPA 2022-2025 Lei nº. 2.263/2021; altera meta no Anexo de Metas da LDO 2025, Lei nº. 2.461/2024, e abre crédito adicional especial no Orçamento do Executivo.
A Câmara Municipal de Tapejara, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica autorizada a abertura de crédito adicional especial no orçamento do corrente exercício, o valor de R\$: 100.000,00 (Cem mil reais), destinados a ocorrer com despesa classificada na atividade e no elemento a seguir discriminado:
11.000.00.000.0000.0.000 – Secretaria de Saúde
11.001.00.000.0000.0.000 – Fundo Municipal de Saúde
11.001.10.301.0023.2.032 – Manutenção e Encargos do Custeio da Atenção Básica - RE
Fonte: 500 – B.I. Investimento na Rede de Serviços de Saúde R\$: 100.000,00
4.4.90.51.00.00 Obras e Instalações R\$: 100.000,00
Art. 3º. Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como recurso o excesso de arrecadação de fonte vinculada, na forma do disposto pelo Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, na seguinte fonte de recurso:
R\$: 100.000,00
Fonte: 500 – B.I. Investimento na Rede de Serviços de Saúde R\$: 100.000,00
Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar ação no PPA 2022-2025, para o exercício de 2025, Lei nº 2.263/2021, conforme descrito nos artigos 1º e 2º desta Lei.
Art. 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar valor constante no anexo de metas da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2025, Lei nº. 2.461/2024, conforme descrito nos artigos 1º e 2º desta Lei.
Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 17 de Julho de 2025.
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS
LEI Nº. 2.548, DE 17 DE JULHO DE 2025.
(Autoria: Chefe do Poder Executivo Municipal)
Dispõe sobre a alteração de ação no PPA 2022-2025 Lei nº. 2.263/2021; altera meta no Anexo de Metas da LDO 2025, Lei nº. 2.461/2024, inclui fonte de recurso e abre crédito adicional suplementar no Orçamento do Executivo.
A Câmara Municipal de Tapejara, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica incluída fonte de recurso na seguinte dotação no Orçamento vigente:
07.001.15.451.0043.1.002 – Pavim. – Recapeamento de Vias e Obras Complementares
Fonte: 1009 – Operação de Crédito Internas R\$: 1.500.000,00
Art. 2º. Fica autorizado a abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Executivo para o corrente exercício o valor de R\$: 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), destinados a ocorrer com despesa classificada no projeto e no elemento a seguir discriminado:
07.000.00.000.0000.0.000 – Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos
07.001.00.000.0000.0.000 – Divisão de Obras
07.001.15.451.0043.1.002 – Pavim. – Recapeamento de Vias e Obras Complementares
Fonte: 1009 – Operação de Crédito Internas R\$: 1.500.000,00
4.4.90.51.00.00 Obras e Instalações R\$: 1.500.000,00
Art. 3º. Como recurso para abertura do crédito adicional suplementar de que trata a presente Lei, será utilizada a receita proveniente de operação de crédito autorizada pela Lei Municipal nº. 2.538 de 17 de junho de 2025.
Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar ações no PPA 2022-2025, para o exercício de 2025, Lei nº 2.263/2021, conforme descrito nos artigos 2º e 3º desta Lei.
Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar valores constantes no anexo de metas da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2025, Lei nº. 2.461/2024, conforme descrito nos artigos 2º e 3º desta Lei.
Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 17 de Julho de 2025.
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRE

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 121/2025
Designa servidor que especifica
O PREFEITO MUNICIPAL DE XAMBRE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais.
R e s o l v e :
Art. 1º DESIGNAR: O servidor DORIVAL PEREIRA DA SILVA portadora da Cédula de Identidade do RG nº 3.455.837-0 e inscrito no CPF/IMF sob nº 467.900.479-72 ocupante do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTOR do "Convênio para Aniversário do Município" SETU – SETUNAS/CONVENIOS, Protocolo 20.047.564-2.
Art. 2º DESIGNAR: o servidor PEDRO HENRIQUE DA SILVA MOTA, portador da Cédula de Identidade - RG nº 14.862.633-2 e inscrito no CPF/IMF sob nº 107.778.359-08, ocupante do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA, FISCAL do "Convênio para Aniversário do Município" SETU – SETUNAS/CONVENIOS, Protocolo 20.047.564-2; a partir de 17 de Julho de 2025. Esta portaria entra em vigor nesta data.
Registre-se.
Anote-se.
Publique-se.
Prefeitura Municipal de Xamburé, 17 de Julho de 2025
DECIO JARDIM
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 283/2025
(Replicação por incorreção)
Nomeia Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis declarados inservíveis, de propriedade do Município de Tuneiras do Oeste, para posterior alienação através de licitação na modalidade Leilão.
GUERINO MENDONÇA DOS SANTOS, Prefeito do Município de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75, XXV, e 82, II, 'a' e 'c', da Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 001/2016, e
CONSIDERANDO o disposto no Parágrafo Único do art. 1º da Lei Municipal nº 119/25,
RESOLVE:
Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Especial de Avaliação de Bens Móveis, para a finalidade específica de avaliar os bens móveis do patrimônio público descritos no Anexo I da Lei Municipal nº 119/25, e fixar o preço mínimo para a posterior alienação através de licitação na modalidade Leilão:
Vínculo Nome Matr./CPF Cargo/Profissão
Sec. de Obras Paulo Sergio Benatti 200643 Auxiliar de Mecânico
Sec. de Obras José Carlos de Almeida 500080 Condutor de Veículo Aut.
Sec. de Agricultura Claudiney Batista 300445 Secretário de Agricultura
Sec. de Obras Rogério de Albuquerque Borges 20082101 Secretário de Obras e Viação
Gabinete do Prefeito Paulo Renato Amaro Júnior 50068301 Chefe de Gabinete
Art. 2º A Comissão deverá apresentar Laudo de Avaliação no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de publicação da presente Portaria.
Art. 3º Após o procedimento de avaliação prévia, deverá ser encaminhado o Laudo de Avaliação para o Departamento de Licitações, Convênios e Contratos para as medidas de praxe com vistas a abertura de processo licitatório visando a alienação dos bens móveis referidos no Anexo I da Lei Municipal nº 119/25.
Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Tuneiras do Oeste, 16 de julho de 2025.
Guernio Mendonça dos Santos
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025
(COM INVERSAO DE FASES)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 068/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO CONFORME DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE TUNEIRAS DO OESTE.
TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço Unitário (Item).
DATA E HORÁRIO DA SESSÃO DE ABERTURA: 31/07/2025, às 08h30min.
PLATAFORMA DE DISPUTA: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLI) – acessível em https://licitacoes.bli.org.br
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar Municipal nº 001/09, Decreto Municipal nº 123/18, Decreto Municipal nº 071/17 e Lei Estadual nº 15.608/07.
INFORMAÇÕES: Maiores informações poderão ser obtidas no Paço Municipal, situado na Rua Santa Catarina, 409 – Centro, CEP 87450-000, em Tuneiras do Oeste, pelo telefone 44-3653-1301, através do acesso ao link do Portal da Transparência no site www.tuneirasdoeste.pr.gov.br, ou através do email licitacao@tuneirasdoeste.pr.gov.br.
Tuneiras do Oeste, 16 de julho de 2025.
Patrícia Barbato
Agente de Contratação
Portaria nº 158/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2022
Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Santa Catarina, 409, Centro, Paço Municipal, nesta cidade, inscrito no CNPJ/IMF sob o nº 76.247.329/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Guernio Mendonça dos Santos, brasileiro, solteiro, portador da CI/RG nº 5.145.238-0 SSP/PR, inscrito no CPF/IMF nº 268.975.908-00, doravante denominado simplesmente de RESCINDENTE, e de outro o EDNALDO DE CARVALHO GOMES, brasileiro, pecuarista, empresário, portador da CI/RG nº 5.145.238-0 SSP/PR, inscrito no CPF/IMF nº 268.975.908-00, doravante denominado RESCINDIDO, tem entre si justo e acertado o presente TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2022, oriundo da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2022 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2022), considerando o disposto nos artigos 78, XII e XVII, e 79, II, ambos da Lei nº 8.666/93 e a manutenção do interesse público adstrito ao objeto do referido Contrato Administrativo, que fazem de acordo com as seguintes condições:
1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL:
1.1 Pelo presente TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL, pactuam as partes, de comum acordo, em rescindir o CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2022, oriundo da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2022 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2022) promovido pelo RESCINDENTE, que tem como objeto a LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO LOCALIZADO NA RUA ARAPONGAS, 42 – CENTRO, NA CIDADE DE TUNEIRAS DO OESTE, PARA FUNCIONAMENTO DA CLÍNICA DE FISIOTERAPIA, a partir de 08/07/2025, em razão de não ser mais conveniente para o RESCINDENTE a manutenção da referida locação, por observância ao interesse público adstrito.
2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
2.1 O presente TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL tem como fundamento os artigos os artigos 78, XII e XVII, e 79, II, ambos da Lei nº 8.666/93.
2.2 Verificada a conveniência para o RESCINDENTE, bem como a ausência de prejuízos ao RESCINDIDO, as partes exoneram-se de qualquer reclamação futura, administrativa ou judicial, decorrente do presente TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL.
3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO:
3.1 Fica eleito o foro da Comarca de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja, onde as partes dão como título executivo o presente instrumento.
E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, firmam o presente termo, de comum acordo, com duas cópias de igual teor, as partes contratantes e duas testemunhas, que a tudo assistiram.
Tuneiras do Oeste, 08 de julho de 2025.
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
Guernio Mendonça dos Santos Prefeito Municipal
EDNALDO DE CARVALHO GOMES
Proprietário Rescindente
Testemunhas:
1. 2.
Nome: Diego Silva dos Santos Nome: Patrícia Barbato
R.G.: 13.326.406-0 SSP/PR R.G.: 7.370.550-9 SSP/PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
RESOLUÇÃO Nº 001/2025
Sumula: Institui o Grupo de Trabalho Municipal para a Rota Turística Caminhos do Peabiru.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº 11.905/2023, de 23 de agosto de 2022, que declara os Caminhos do Peabiru como Rota Turística no Estado do Paraná;
•Considerando a Lei Estadual nº 21.208, de 23 de agosto de 2022, que declara os Caminhos do Peabiru como Rota Turística no Estado do Paraná;
•Considerando o Decreto que institui o Programa Rota Turística Caminhos do Peabiru 8025/2024;
•Considerando a importância histórica, cultural e ambiental do Caminho do Peabiru, que atravessa o estado de leste a oeste e contempla mais de 80 municípios;
•Considerando a necessidade de uma estrutura organizacional clara e bem definida para assegurar a eficiência e o sucesso da implementação do Programa Rota Turística Caminhos do Peabiru;
•Considerando o acatamento das instituições e entidades convidadas para compor o Grupo de Trabalho Municipal;
RESOLVE:
Art. 1º. Fica instituído o Grupo de Trabalho Municipal da Rota Turística Caminhos do Peabiru, com a finalidade de coordenar e implementar as ações relacionadas ao programa no município de TUNEIRAS DO OESTE, promovendo o desenvolvimento sustentável, a valorização cultural e o bem-estar local.
Art. 2º. Fica designado o Ponto Focal Municipal como coordenador do Grupo de Trabalho Municipal. O Ponto Focal será responsável por:
I. Representar o município em todas as etapas do Programa Rota Turística Caminhos do Peabiru;
II. Facilitar a comunicação entre os integrantes do Grupo de Trabalho, a Instância de Governança Regional (IGR) e demais partes interessadas;
III. Coordenar as reuniões, atividades e processos de tomada de decisão do Grupo de Trabalho;
IV. Gerenciar dúvidas, comunicações e encaminhamentos relacionados ao programa.
Art. 3º. Compete ao Grupo de Trabalho Municipal:
I. Coordenar e executar as atividades de implementação do Programa Rota Turística Caminhos do Peabiru no município;
II. Garantir o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo programa, com foco em turismo sustentável, valorização cultural e promoção de bem-estar;
III. Apresentar relatórios periódicos das atividades e resultados alcançados.
Art. 4º. A participação no Grupo de Trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.
Art. 5º. O Grupo de Trabalho terá caráter temporário, sendo dissolvido ao término da implementação do programa no município. Contudo, os membros do GT serão incentivados a continuar contribuindo para os processos de governança municipal e regional, promovendo o desenvolvimento sustentável do Caminho do Peabiru.
Art. 6º. O Grupo de Trabalho Municipal será composto por representantes de diversos setores, incluindo:
I. Poder Executivo Municipal:
•Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente;
•Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
•Secretaria Municipal Indústria e Comércio;
•Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
•Secretaria Municipal de Agricultura, entre outros;
•Secretaria Municipal da Fazenda e Finanças Públicas;
II. E representantes da IGR correspondente;
III. Representantes da comunidade local, incluindo lideranças comunitárias e indígenas, quando aplicável;
IV. Representantes do setor privado e comércio local;
V. Gerenciar dúvidas, comunicações e encaminhamentos relacionados ao programa.
Parágrafo único. O Ponto Focal Municipal será SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE, ocupando o cargo de Secretário Municipal de Turismo e Meio Ambiente, conforme nomeação oficial do município.
Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Tuneiras do Oeste- Pr, 16 de julho de 2025
RESOLVE
Guernio Mendonça dos Santos
Prefeito Municipal de Tuneiras do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
republicar por incorreção
PORTARIA Nº 1.847/2025
Demitir a pedido ELAINE REGINA DUARTE DA SILVA.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;
R E S O L V E :
Art. 1º Demitir a pedido ELAINE REGINA DUARTE DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.494.338-5 SSP/PR, inscrita no CPF nº 955.773.198-00, admitida em 20 de março de 2001, ocupante do emprego público de Agente de Controle e Combate a Endemias - C.L.T., regime CLT, lotada no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 15 de julho de 2025.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 14 de julho de 2025.
ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
CLEBER BONFIM
Secretaria Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA ELETRÔNICA: Nº 039/2025 – PMU
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 637/2025 de 03/06/2025
AMPLA PARTICIPAÇÃO
O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a contratação direta via DISPENSA DE LICITAÇÃO, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos do art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, Decreto Municipal nº 303/2022, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:
OBJETO: Constitui objeto desta Dispensa de Licitação a contratação de empresa especializada para desenvolvimento integrado dos projetos acústicos (isolamento e condicionamento), audiovisual completo (áudio, vídeo e infraestrutura elétrica dedicada), iluminação cênica, climatização, elétrica predial e a coordenação técnica de todas as disciplinas, assegurando a compatibilidade entre sistemas e o desempenho acústico-funcional para a reforma do Teatro do Centro Cultural Vera Schubert.
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇOS: de 23/07/2025 às 09:00h00min até 30/07/2025 às 08h00min.
DATA E HORÁRIO DE INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: 30/07/2025 às 09:00h00min
HORÁRIO DE ENCERRAMENTO DE DISPUTA: 30/07/2025 às 15h00min
DURAÇÃO DA DISPUTA: 06 (seis) horas
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO: R\$ 124.853,00 (cento e vinte e quatro mil e oitocentos e cinquenta e três reais)
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE DISPUTA: https://www.bli.org.br.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL NO SITE DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA – www.umuarama.pr.gov.br – Licitações, diretamente no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717 ou no Portal Nacional de Compras (www.bli.org.br).
OUTROS ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER FORNECIDOS NA DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS, NA AVENIDA RIO BRANCO, 3717, UMUARAMA – PARANÁ, OU ATRAVÉS DO TELEFONE Nº (44) 3621-4141 RAMAL 127 e 129.
UMUARAMA/PR, 16 DE JULHO DE 2025.
ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
RENATO CAOBIANCO DOS SANTOS
Secretário de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos
CLEBER BONFIM
Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
AVISO DE PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2025 – PMU
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 592/2025 de 16/05/2025
AMPLA CONCORRÊNCIA
O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:
OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a Contratação de empresa para fornecimento de um link de internet redundante com rota de fibra óptica totalmente independente do link principal e backbone diferente do link principal para o Paço da Prefeitura de Umuarama.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:00 horas do dia 08

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
SECRETARIA DE SAÚDE
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025/07/555
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 098/2025
Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para contratação da empresa INSTITUTO DO RIM DE UMUARAMA LTDA, para prestação de serviços de saúde especializados de Procedimento com finalidade diagnóstica (exames clínicos) hemodíalise. Procedimento com finalidade diagnóstica (exames clínicos) diálise peritoneal, Hemodíalise (Sessão), Hemodíalise Excepcionalidade, Hemodíalise em paciente com sorologia positiva (Sessão), Hemodíalise em paciente com sorologia positiva Excepcionalidade, Implante de cateter duplo lúmen para hemodíalise, Cateter duplo lúmen para hemodíalise, Dilatador para implante de cateter, Guia metálico para introdução de cateter, Implante de cateter longa permanência p/ hemodíalise, Cateter longa permanência para hemodíalise, Implante de cateter tipo Tenckhoff ou similar p/ DPA/DPAC, Cateter tipo Tenckhoff ou similar para DPA/DPAC, Conjunto de troca para pacientes submetidos a DPA (cicladora), Conjunto de troca para pacientes submetidos a DPA/AC (bolhas), Manutenção e acompanhamento domiciliar de paciente submetido a DPA/DPAC, Conjunto de troca p/ pacientes submetidos a treinamento DPA/OPAC (09 dias), Treinamento de pacientes DPA/DPAC (09 dias), Acompanhamento de paciente pós-transplante de rim, Acompanhamento de doador vivo pós doação de rim, Confeção de fístula para hemodíalise (PTFE), Intervenção FAV, Ligadura em fístula artério-venosa, Acompanhamento multiprofissional em DRC estágio 4 pré-diálise, Acompanhamento multiprofissional em DRC estágio 5 pré-diálise, Consulta médica em atenção especializada, Consulta de profissionais de saúde prior na atenção especializada (exceção médica), Administração de medicamentos em atenção especializada, conforme edital de chamamento público 004/2025 – Saúde, com fulcro no Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 11.886.949,80 (Onze milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, novecentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos).
AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 2025/07/555 de 15 de julho de 2025, anexo.

Umuarama, 17 de julho de 2025.
LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
RESUMO DE TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 122/2021
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: PNEUMO RAR CLINICA MEDICA LTDA
Cláusula Primeira: Prorrogação o prazo de vigência do presente contrato para até 05 de janeiro de 2026.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor anual do presente contrato de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), perfazendo o valor do presente contrato em até R\$ 150.000,00 (trezentos mil reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096.3.3.90.39.00.00 D:195 F:1
70.001.10.302.0025.2.096.3.3.90.39.00.00 D:196 F:303
70.001.10.302.0025.2.096.3.3.90.39.00.00 D:197 F:494
70.001.10.302.0025.2.096.3.3.90.39.00.00 D:199 F:70014
70.001.10.302.0025.2.096.3.3.90.39.00.00 D:320 F:360218
70.001.10.302.0025.2.096.3.3.90.39.00.00 D:330 F:370014
70.001.10.302.0025.2.096.3.3.90.39.00.00 D:337 F:60218
Cláusula Quarta: Fica alterado o gestor para a Sra. CAROLINA MENDONÇA FELIX, inscrita no CPF n.º 049.459.929-40, Assistente Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde. E fica alterado o Fiscal para o Sr. FELIPE GUSTAVO CARDOZO GOMES, inscrito no CPF sob nº 081.189.689-79, Assistente Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde.
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 07/07/2025
Umuarama, 17 de julho de 2025.
CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração



PREFEITURAMUNICIPALDETAPEJARA

CNPJ/7 6.247.345/0 001 –06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 - FONES: (044) 3677-1222 E C
P 8 7 4 3 0 - 0 0 0 - TAPEJARA - PARANÁ

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE CONTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 123/2024

CONTRATANTE: Município de Tapejara, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF nº 247.345/0001-06.

CONTRATADA: RCM INFRAESTRUTURA E CONSTRUÇÕES LTDA.

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA Nº 005/2024.

OBJETO: Aditivo de prorrogação de prazo de vigência de contrato e execução de obra, do Contrato Administrativo nº 123/2024.

PRAZO: 90 (NOVENTA) dias, apartir de 26/07/2025 à 24/10/2025.

FORO: COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE/PR.

Tapejara/PR, 15 de julho de 2025.

RONALDO
ADRIANOVILAS
BIAS:03046066937

Assessoria de Planejamento
e Gestão Municipal
CNPJ: 08.055.07.108.31-14
030

RONALDO ADRIANO VILAS BOAS
Prefeito Municipal



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2025

Processo: n.º 46/2025. Pregão Eletrônico nº 28/2025. Objeto: Registro de Preços para contratação de empresas para o fornecimento de gêneros alimentícios que serão destinados as famílias em situação de vulnerabilidade social temporária do Município de Pérola, Estado do Paraná. Assinatura da Ata: 17/07/2025. Vigência: 12 meses a contar da assinatura. Empresa classificada em 1º lugar: E. A. MELZI MARCHINI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.625.784/0001-06, estabelecida na Avenida Padre Anchieta, nº 867, centro, CEP: 85.835-000, na cidade de Jesuítas, Estado do Paraná, conforme especificações, condições e preços registrados constantes abaixo:

Lote	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca/Modelo	Valor Unit	Valor Total
17	1	Área lavada fina. Deverá ser entregue sem sujidades, em local indicado pela administração. (Não será aceita quando estiver misturada com pedras e terra). Cota Principal 75%.	M²	551	CAVALIERI	R\$ 113,80	R\$ 62.703,80
174	1	Pedra brita nº01. Deverá ser entregue sem sujidades, em local indicado pela administração. (Não será aceita quando estiver misturada com terra ou areia). Cota Principal 75%.	M²	510	MINERPAL	R\$ 167,20	R\$ 85.272,00
176	1	Pedrisco. Deverá ser entregue sem sujidades, em local indicado pela administração. (Não será aceita quando estiver misturada com terra ou areia). Cota Principal 75%.	M²	424	MINERPAL	R\$ 159,70	R\$ 67.712,80

VALOR TOTAL DA ATA = R\$ 215.688,60, (duzentos e quinze mil, seiscentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos).



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2025

Processo: n.º 46/2025. Pregão Eletrônico nº 28/2025. Objeto: Registro de Preços para contratação de empresas para o fornecimento de gêneros alimentícios que serão destinados as famílias em situação de vulnerabilidade social temporária do Município de Pérola, Estado do Paraná. Assinatura da Ata: 17/07/2025. Vigência: 12 meses a contar da assinatura. Empresa classificada em 1º lugar: GUIMAR A DE SOUZA MECCARI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.381.403/0001-30, estabelecida na Praça Zequinha de Abreu, nº 44, centro, CEP: 87.540-000, na cidade de Pérola, Estado do Paraná, conforme especificações, condições e preços registrados constantes abaixo:

Lote	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca/Modelo	Valor Unit	Valor Total
24	1	Assento sanitário almofadado na cor branca ou gelo.	UN	149	METASUL	R\$ 90,00	R\$ 13.410,00
30	1	Balde plástico extraforte 12 litros, cor preta.	UN	118	ARQUIPLAST	R\$ 15,80	R\$ 1.864,40
48	1	Cafeteira 200ml, com no mínimo 2 chaves.	UN	58	TRIANGLE	R\$ 20,30	R\$ 1.177,60
50	1	Cadeado 35mm, com no mínimo 2 chaves.	UN	73	TRIANGLE	R\$ 31,10	R\$ 2.273,30
58	1	Caixa ferramenta de chapa galvanizada nº5, sanfonada com 5 gavetas comprimento 50cm.	UN	36	FERCAR	R\$ 188,80	R\$ 6.796,80
71	1	Cuvela aditivo 127cm, com no mínimo 8 temperaturas, compatível com haste.	UN	63	ZAGONEL	R\$ 66,30	R\$ 4.176,90
81	1	Desengripante em spray, lubrificante de uso geral; sintético; protege contra ferrugem e intempéries. Frasco contendo no mínimo 300ml.	FRS	54	LUB	R\$ 14,00	R\$ 756,00
88	1	Engate flexível 50cm.	UN	152	NIPONON	R\$ 8,79	R\$ 1.336,08
96	1	Enguicho tipo pistola, regulável, com 8 bicos.	UN	59	NIPONON	R\$ 22,69	R\$ 1.336,08
97	1	Facção com cabo.	UN	14	VONDER	R\$ 45,89	R\$ 600,46
109	1	Filtro de linha, com no mínimo 5 toneladas.	UN	157	NIPONON	R\$ 76,85	R\$ 12.065,45
121	1	Jelinho azul soldável com rosca latão 20mm.	UN	274	NOSBRE	R\$ 7,00	R\$ 1.918,00
132	1	Lampada de LED 6500k, bulbo, E27, 10w, Bivolt.	UN	510	AVANT	R\$ 9,90	R\$ 5.049,00
134	1	Lampada de LED 6500k, bulbo, E27, 12w, Bivolt.	UN	690	AVANT	R\$ 11,90	R\$ 8.211,00
136	1	Lampada de LED 6500k, bulbo, E27, 30w, Bivolt.	UN	840	AVANT	R\$ 16,16	R\$ 13.674,40
147	1	Lava solo soldável com rosca latão 25mm.	UN	265	PLASTILIT	R\$ 7,80	R\$ 2.067,00
183	1	Plug rosca 3/4.	UN	120	NIPONON	R\$ 2,14	R\$ 256,80
188	1	Prego 12x12, com cabeça. (Cada pacote deverá conter 2kg).	PKT	84	GERDAU	R\$ 22,90	R\$ 1.923,60
192	1	Prego 17x27, com cabeça. Caixa contendo 20 quilos. (Cada pacote deverá conter 1kg).	CK	76	GERDAU	R\$ 290,00	R\$ 22.040,00
211	1	Sifão sanfonado universal.	UN	240	HERC	R\$ 8,90	R\$ 2.136,00
220	1	Tê soldável 20 mm.	UN	210	PLASTILIT	R\$ 1,30	R\$ 273,00
237	1	Torneira gratória média; bica móvel; entrada de água da parede. 1/2 com bucha 3/4, em metal.	UN	117	MODELAR	R\$ 119,00	R\$ 13.221,00
238	1	Torneira metálica para jardim, 1/2" (20mm), com bico.	UN	80	MONTELAR	R\$ 93,00	R\$ 7.440,00
241	1	Torneira p/ lavatório, de metal, de mesa; gratória; cano médio; 1/4 de volta; bico: 1/2".	UN	103	DELTA	R\$ 69,00	R\$ 7.107,00
246	1	Trena emborrachada com trava, 5mts.	UN	29	FAMASTIL	R\$ 22,40	R\$ 649,60
262	1	Vassourão de madeira, 40cm de largura, cerdas em nylon, com cabo de madeira de 1,20mt.	UN	47	CASA VASOURA	R\$ 44,90	R\$ 2.110,30
274	1	Aquecedor elétrico 220v multitemperatura 5.500w.	UN	40	FAME	R\$ 258,00	R\$ 10.320,00
275	1	Torneira elétrica de bancada.	UN	10	LORENZETTI	R\$ 198,17	R\$ 1.981,70

VALOR TOTAL DA ATA = R\$ 148.916,10, (cento e quarenta e oito mil, novecentos e dezesseis reais e dez centavos).



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2025

Processo: n.º 46/2025. Pregão Eletrônico nº 28/2025. Objeto: Registro de Preços para contratação de empresas para o fornecimento de gêneros alimentícios que serão destinados as famílias em situação de vulnerabilidade social temporária do Município de Pérola, Estado do Paraná. Assinatura da Ata: 17/07/2025. Vigência: 12 meses a contar da assinatura. Empresa classificada em 1º lugar: M.C. PICIOLLO – MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.164.225/0001-30, estabelecida na Avenida Pérola Blyngton, nº 369, centro, CEP: 87.540-000, na cidade de Pérola, Estado do Paraná, conforme especificações, condições e preços registrados constantes abaixo:

Lote	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca/Modelo	Valor Unit	Valor Total
1	1	Abraçadeira rosca 9mm.	UN	110	I. PORTELES	R\$ 1,98	R\$ 217,80
2	1	Acabamento para válvula de descarga Docol, clássico, resistente a corrosão para válvula de descarga DN40 1/2". (O produto poderá ser de outra marca desde que seja compatível com a base Docol de 1 bico).	UN	174	DOCOL	R\$ 95,74	R\$ 16.658,76
5	1	Adesivo colante para cano soldável 75g.	TUBO	156	TIGRE	R\$ 25,63	R\$ 3.998,28
5	1	Adesivo colante para cano soldável 75g.	UN	129	TIGRE	R\$ 11,27	R\$ 1.453,83
7	1	Aditivo impermeabilizante para concretos e argamassas. Balde contendo no mínimo 18litros.	UN	153	VEDACIT	R\$ 163,00	R\$ 24.939,00
8	1	Aditivo impermeabilizante para concretos e argamassas. Frasco contendo no mínimo 1litro.	UN	133	VEDACIT	R\$ 22,67	R\$ 3.015,11
10	1	Aditivo plastificante concentrado para argamassas. Balde contendo no mínimo 18litros.	UN	103	QUATROZOL UT	R\$ 250,00	R\$ 25.750,00
11	1	Aditivo plastificante concentrado para argamassas. Frasco contendo no mínimo 1litro.	UN	103	QUATROZOL UT	R\$ 22,00	R\$ 2.266,00
13	1	Alcате 8" com cabo emborrachado.	UN	37	ATAPY	R\$ 43,62	R\$ 1.613,94
14	1	Anel de vedação com guia, para bacia sanitária.	UN	130	BLU KIT	R\$ 14,00	R\$ 1.820,00
15	1	Aplicador silicone metálico (pistola).	UN	57	SPARTA	R\$ 50,19	R\$ 2.860,03
16	1	Arame Recozido liso nº18.	KG	223	BONAMIGO	R\$ 23,10	R\$ 5.151,30
19	1	Área lavada média. Deverá ser entregue sem sujidades, em local indicado pela administração. (Não será aceita quando estiver misturada com pedras e terra). Cota Principal 75%.	1.064	PRÓPRIA	R\$ 90,00	R\$ 95.760,00	
20	1	Área lavada média. Deverá ser entregue sem sujidades, em local indicado pela administração. (Não será aceita quando estiver misturada com pedras e terra). Cota Principal 75%.	M²	354	PRÓPRIA	R\$ 125,54	R\$ 44.441,16
22	1	Argamassa AC-2, gacete contendo 20kg.	SACO	524	VOTORAM	R\$ 32,90	R\$ 17.239,60
23	1	Argamassa AC-3, gacete contendo 20kg.	SACO	290	VOTORAM	R\$ 40,00	R\$ 11.600,00
26	1	Bacia para caixa acoplada convencional. Cor a escolher.	UN	71	ARAXA SANTA CLARA	R\$ 309,85	R\$ 21.999,35
28	1	Bacia sanitária convencional na cor branco.	UN	47	INCEPA	R\$ 217,68	R\$ 10.230,96
29	1	Bacia sanitária para pessoas com deficiência, na cor branca. Formato redondo. Deve acompanhar caixa acoplada com capacidade de acomodamento 6 litros, com dispositivo de acomodamento duplo (3 e 6 litros). Saída de esgoto: 305 mm da parede.	UN	20	INCEPA	R\$ 790,50	R\$ 15.810,00
31	1	Base corpo da válvula de descarga DN40 1/2", corpo em metal cônico. Sistema autolimpeante, cartucho único de reposto; registro integrado para regulagem de vácuo e manutenção; deve funcionar em alta e baixa pressão e possuir alta durabilidade. Deverá acompanhar: capa	UN	81	DOCOL	R\$ 167,00	R\$ 13.527,00

32	1	Batente de cedrilho 30x30x3cm.	JOGO	100	GUAIARA	R\$ 187,50	R\$ 18.750,00
33	1	Bico para engate rápido 3/4 com adaptador para 1/2.	UN	80	TRAMONTI NA	R\$ 5,44	R\$ 435,20
34	1	Bola para caixa d'água 20 mm.	UN	66	ASTRA	R\$ 14,75	R\$ 973,50
35	1	Bola para caixa d'água 25 mm.	UN	70	ASTRA	R\$ 15,50	R\$ 1.085,00
37	1	Broxa retangular com cabo nas medidas mínimas 18x60cm.	UN	56	GRIFPA	R\$ 10,41	R\$ 582,96
38	1	Bucha redução soldável 25x20.	UN	195	PLASTILIT	R\$ 0,90	R\$ 175,50
40	1	Bucha redução soldável 20x15.	UN	257	PLASTILIT	R\$ 6,90	R\$ 1.765,50
41	1	Bucha redução soldável 60x50.	UN	195	PLASTILIT	R\$ 12,53	R\$ 2.443,35
42	1	Cabo de rede Ethernet.	MT	11.425	FOX LUX	R\$ 2,00	R\$ 22.850,00
44	1	Cabo flexível 10mm, 750v, cor a escolher.	MT	3.400	CONDUSUL	R\$ 11,36	R\$ 38.624,00
46	1	Cabo flexível 4mm, 750v, cor a escolher.	MT	5.410	CONDUSUL	R\$ 4,57	R\$ 24.723,70
51	1	Cafeteira 400ml, com no mínimo 2 chaves.	UN	58	STAM	R\$ 19,90	R\$ 1.154,20
53	1	Caixa acoplada para bacia convencional. Cor a escolher.	UN	74	INCEPA	R\$ 324,50	R\$ 24.013,00
54	1	Caixa acoplada para bacia infantil. Cor a escolher.	UN	28	INCEPA	R\$ 315,46	R\$ 8.832,88
56	1	Caixa d'água em polietileno, com tampa. Capacidade: 500 litros.	UN	28	FORT LEV	R\$ 326,90	R\$ 9.153,20
57	1	Caixa de descarga para banheiro 12 litros.	UN	66	CIPLA	R\$ 79,91	R\$ 5.274,06
59	1	Cal hidratado, saco contendo no mínimo 20 kg.	SACO	430	MOTTIN & PAVIN	R\$ 24,40	R\$ 10.492,00
60	1	Cal para pintura, saco contendo no mínimo 8 kg.	UN	438	MOTTIN & PAVIN	R\$ 21,40	R\$ 9.373,20
61	1	Cal virgem, saco contendo no mínimo 20 kg.	SACO	650	MOTTIN & PAVIN	R\$ 24,90	R\$ 16.185,00
63	1	Caneta adesiva 220x22mm.	UN	542	ALLUMBRA	R\$ 13,17	R\$ 7.138,14
64	1	Cap soldável 20 mm.	UN	257	PLASTILIT	R\$ 5,10	R\$ 1.312,70
65	1	Cap soldável 25 mm.	UN	195	PLASTILIT	R\$ 1,28	R\$ 249,60
68	1	Carrinho de mão galvanizado, extra forte, com capacidade de 60 litros.	UN	22	FISCHER	R\$ 256,90	R\$ 5.651,80
69	1	Cavadeira articulada reforçada, para trabalho pesado, com cabo de 1,80mt.	UN	20	TRAMONTI NA	R\$ 148,00	R\$ 2.960,00
72	1	Cimento CP-8, saco contendo 50 kg.	SACO	1.870	VOTORAM	R\$ 39,62	R\$ 74.089,40
74	1	Colher de pedreiro 8", reta, com cabo de madeira.	UN	20	CORTAG	R\$ 36,00	R\$ 720,00
75	1	Conjunto (espelho + módulo) 1 interruptor simples, sem parafuso amarra, de embrai, para caixa 4x2.	UN	405	MECTRONIC	R\$ 9,78	R\$ 3.960,90
76	1	Conjunto sanitário, bacia + caixa acoplada, com dispositivo de descarga 3/8", com engate flexível 50cm, anel de vedação e parafusos para sua fixação.	CI	62	INCEPA	R\$ 440,89	R\$ 27.335,18
78	1	Corrente Plástica Preta/Reserva Resistor.	MT	185	I. PORTELES	R\$ 7,90	R\$ 1.461,50
79	1	Cumeira para telha de fibrocimento 5mm x 15".	UN	220	ETERNIT	R\$ 62,90	R\$ 13.838,00
80	1	Cumeira para telha de fibrocimento 6mm x 15".	UN	220	ETERNIT	R\$ 75,48	R\$ 16.605,60
82	1	Disco para serra mármore, diâmetro: 110mm, diâmetro do furo: 20mm, para corte de cerâmicas.	UN	226	CORTAG	R\$ 25,50	R\$ 5.763,00
84	1	Adesivo multissuave a base de resina epóxi, para colagens em madeira, metal, cerâmica, vidro, concreto, ladrilho, gesso, plástico, entre outros. Deverá ser resistente a altas temperaturas (-50oC a 150oC, no mínimo) e endurar por no máximo duas horas. Produto bi-componente, à base de resina epóxi, políamida e cargas minerais. Embalagem de no mínimo 250g.	UN	36	VEDACIT	R\$ 22,47	R\$ 808,92
85	1	Eletroduto corrugado 20mm. O produto não poderá	MT	1.210	PLASTILIT	R\$ 2,35	R\$ 2.843,50

86	1	ser ressecado ou de material reciclado.					
		Eletroduto corrugado 25mm. O produto não poderá ser ressecado ou de material reciclado.	MT	1.700	PLASTILIT	R\$ 2,54	R\$ 4.318,00
89	1	Engate flexível 50cm em malha de aço.	UN	125	LIDER	R\$ 28,94	R\$ 3.617,50
90	1	Engate flexível 60 cm.	UN	160	ASTRA	R\$ 9,50	R\$ 1.520,00
92	1	Engate rápido para mangueira de jardim (sem bico)	UN	65	TRAMONTANA	R\$ 5,83	R\$ 379,95
93	1	Enxado largo 280X410mm de alumínio	UN	18	TRAMONTANA	R\$ 83,90	R\$ 1.510,20
94	1	Excisa extensível de alumínio 12 graus.	UN	17	MGR	R\$ 874,90	R\$ 14.873,30
98	1	Fechadura para porta de madeira, completo, do tipo exposto com espelho em aço, 40mm, eletro bronze e cromado. Marcaponta retê. Deve acompanhar 3 chaves do tipo Yale. Cor: a escolher	UN	285	MCM	R\$ 71,12	R\$ 20.269,20
99	1	Ferro 12,5mm (1/2"). Vergalhão CA-50, nervurado, barra contendo 12 metros	BRS	215	BONAMIGO	R\$ 108,12	R\$ 23.245,80
100	1	Ferro 2 mm. Vergalhão CA-50, nervurado, barra contendo 12 ms	BRS	285	BONAMIGO	R\$ 16,71	R\$ 4.762,35
101	1	Ferro 6,3mm (1/4"). Vergalhão CA-50, nervurado, barra contendo 12 metros	MT	215	BONAMIGO	R\$ 35,00	R\$ 7.525,00
102	1	Ferro 8mm (5/16"). Vergalhão CA-50, nervurado, barra contendo 12 metros	BRS	425	BONAMIGO	R\$ 49,48	R\$ 21.029,00
103	1	Fio paralelo 2x1,5mm	MT	2.305	CONDUASIL	R\$ 3,79	R\$ 8.735,95
107	1	Fita adesiva auto adesiva medindo 10cm de largura	MT	880	VEDACIT	R\$ 5,73	R\$ 5.042,40
108	1	Fita dupla face 3x1/2, 25cm x 20m	MT	215	3M	R\$ 21,90	R\$ 4.734,75
109	1	Fita isolante 10mm x 25 metros	UN	385	TIGRE	R\$ 13,05	R\$ 5.024,25
111	1	Fita vedação rosca 18mm x 25 metros	UN	169	TIGRE	R\$ 11,95	R\$ 2.015,55
112	1	Fita Vedca Rosca 18mm x 50 metros	UN	95	TIGRE	R\$ 18,80	R\$ 1.795,50
113	1	Flange para caia 150 mm	UN	1.125	UNIONTECH	R\$ 42,06	R\$ 47.573,50
115	1	Flange para caia d'água 25mm	UN	106	PLASTILIT	R\$ 10,84	R\$ 1.149,04
116	1	Flange para caia d'água 50mm	UN	106	PLASTILIT	R\$ 19,72	R\$ 2.090,32

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2025

Processo: n.º 46/2025. Pregão Eletrônico nº 28/2025. Objeto: Registro de Preços para contratação de empresas para o fornecimento de gêneros alimentícios que serão destinados às famílias em situação de vulnerabilidade social temporária do Município de Pérola, Estado do Paraná. Assinatura da Ata: 17/07/2025. Vigência: 12 meses a contar da assinatura. Empresa classificada em 1º lugar: **WALBER ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 29.975.073/0001-80, estabelecida na Avenida Dona Pérola Byington, nº 919, centro, CEP: 87540-000, na cidade de Pérola, Estado do Paraná, conforme especificações, condições e preços registrados constantes abaixo:

Lote	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca/Modelo	Valor Unit	Valor Total
3	1	Adaptador soldável curto com rosca, 50X1 1/2	UN	175	PLASTILIT	R\$ 7,02	R\$ 1.228,50
6	1	Adesivo para vedação de calhas, cor cinza. Bionaga contendo 280gramas	UN	255	FOTALEZA	R\$ 22,90	R\$ 5.839,50
9	1	Aditivo impermeabilizante para concretos e argamassas. Galão contendo no mínimo 3.600 litros	UN	129	ALVEMATEX	R\$ 63,29	R\$ 8.164,41
12	1	Aditivo plastificante concentrado para argamassas. Galão contendo no mínimo 3.600 litros	UN	109	ALVEMATEX	R\$ 67,95	R\$ 7.406,55
18	1	Areia lavada fina. Deverá ser entregue sem sujidades, em local indicado pela administração (Não será aceita quando estiver misturada com pedras e terra). Cota Reserva 25%	M³	183	PERÓIA	R\$ 124,30	R\$ 22.746,90
21	1	Argamassa AC-1, pacote contendo 20kg	SACO	220	VOTOMASSA	R\$ 20,80	R\$ 4.576,00
25	1	Assento sanitário infantil. Cor a escolher.	UN	52	HERC	R\$ 84,00	R\$ 4.368,00
27	1	Bacia para caixa acoplada infantil. Cor a escolher.	UN	26	SANTA CLARA	R\$ 309,38	R\$ 9.603,88
36	1	Bola espada 1,172 40mm x2	UN	53	PLASTILIT	R\$ 10,52	R\$ 557,56
39	1	Bucha redonda soldável 32x25	UN	195	PLASTILIT	R\$ 1,75	R\$ 341,25
43	1	Cabo flexível 1,5mm, 750v, cor a escolher	MT	4.420	CONDUSUL	R\$ 1,75	R\$ 7.735,00
45	1	Cabo flexível 2,5mm, 750v, cor a escolher	MT	5.810	CONDUSUL	R\$ 2,45	R\$ 14.234,50
47	1	Cabo flexível 6mm, 750v, cor a escolher	MT	5.400	CONDUSUL	R\$ 4,88	R\$ 26.352,00
49	1	Cadeado 30mm, com no mínimo 2 chaves	UN	98	STAM	R\$ 12,50	R\$ 1.225,00
52	1	Cadeado 45mm, com no mínimo 2 chaves	UN	58	STAM	R\$ 39,99	R\$ 2.319,42
55	1	Caixa d'água em polietileno, com tampa. Capacidade: 1000 litros	UN	26	FORTLEVE	R\$ 480,99	R\$ 12.505,74
62	1	Calção de segurança tipo botina, confeccionado em couro curtido ao cromo. Deve possuir fechamento em elástico, painéis de montagem em ná tecido fixada pelo sistema strobel, solado de poliuretano monodensidade injetado direto no cabedal.	PAR	224	CARTOOM	R\$ 53,00	R\$ 11.872,00
66	1	Cap soldável 12 mm	UN	305	PLASTILIT	R\$ 1,50	R\$ 457,50
67	1	Cap soldável 50 mm	UN	195	PLASTILIT	R\$ 8,20	R\$ 1.599,00
70	1	Chave de roda tipo cruz para apertar e desapertar parafusos 17x19x22x22mm	UN	16	ATOPY	R\$ 93,81	R\$ 1.500,96
73	1	Adesivo instantâneo multiuso para colagens em metais, papéis, madeiras, porcelanas, borrachas e materiais em geral. Frasco contendo no mínimo 20g.	UN	85	CORA	R\$ 6,50	R\$ 552,50
77	1	Conjunto (espelho + medidor) 1 terminal 20A, 250V, sem parafuso amostra, de embutir, para caixa 4x2	UN	400	MEC TRONIC	R\$ 13,51	R\$ 5.404,00
83	1	Dobragem zincada 3,5x3" (Poligadas), cartela com 3 unidades. Deve acompanhar os parafusos.	UN	71	ATOPY	R\$ 18,45	R\$ 1.309,95
87	1	Enchafa larga 300x250mm com cabo de 1,20 metro	UN	33	ATOPY	R\$ 74,73	R\$ 2.466,09
91	1	Engate flexível cromado 1ml	UN	75	ATOPY	R\$ 31,80	R\$ 2.385,00
95	1	Escada extensível de alumínio 6 degraus	UN	18	RESILIT	R\$ 449,12	R\$ 8.083,76
104	1	Fio para telefone 2 pares	MT	95	FC	R\$ 2,02	R\$ 191,90
106	1	Fio parafuso 2x2,5 mm	MT	4.505	MEG FLEX	R\$ 6,04	R\$ 27.210,20
109	1	Fio isolante 25mm x 30 metros	UN	295	ATOPY	R\$ 7,80	R\$ 2.301,00
113	1	Fita zebrada para demarcação, nas cores preta e amarela, contendo as seguintes medidas: 7cm x 0,06mm x 2,00m. (Preta/amarela)	UN	194	ATOPY	R\$ 22,30	R\$ 4.326,20

119	1	amarela, contendo as seguintes medidas: 7cm x 0,06mm x 2,00m. (Preta/amarela)	UN	13	BLACK DECKER	R\$ 1.086,05	R\$ 14.118,65
120	1	Furadeira/parafusadeira com 2 baterias 14,4 V NICK 1,5 Ah; duas velocidades de giro; torque elevado para parafusamentos e alta velocidade para perfurações; motor de alto desempenho e sistema de ventilação e resfriamento; 1 carregador para baterias; mala para transporte; 220V; com 25 configurações de torque e 1 de perfuração; tipo profissional; RPM:400/1400 RPM; Encaixe: 3/8"	UN	30	BEITEMPO	R\$ 369,49	R\$ 11.084,70
122	1	Joelho soldável com rosca 1/2" 25mm	UN	230	PLASTILIT	R\$ 6,40	R\$ 1.472,00
124	1	Joelho soldável 90º 40 mm	UN	250	PLASTILIT	R\$ 1,50	R\$ 375,00
126	1	Joelho soldável 90º 25mm	UN	244	PLASTILIT	R\$ 0,99	R\$ 241,56
128	1	Joelho soldável 90º 50mm	UN	200	PLASTILIT	R\$ 6,65	R\$ 1.330,00
131	1	Lamina de aço para serra manual	UN	40	ATOPY	R\$ 12,27	R\$ 490,80
133	1	Lampada led Tubular 1,2m 18w Branco Fio 6000K, T8, certificado pelo IMETRO.	UN	730	RAIIX	R\$ 26,51	R\$ 19.352,30
135	1	Lampada de LED 6500K, bulbo, E27, 15w, Biwolt	UN	640	RAIIX	R\$ 5,80	R\$ 3.712,00
137	1	Lampada de LED 6500K, bulbo, E27, 50w, Biwolt	UN	960	RAIIX	R\$ 35,50	R\$ 34.080,00
138	1	Lampada fluorescente, espiral, E27, 45w, Biwolt	UN	1.005	RAIIX	R\$ 46,37	R\$ 46.601,85
145	1	Luminária de Led branca 2x20	UN	550	RAIIX	R\$ 119,59	R\$ 65.774,50
151	1	Lua soldável 20mm	UN	245	PLASTILIT	R\$ 0,95	R\$ 208,25
152	1	Lua soldável 25mm	UN	245	PLASTILIT	R\$ 1,35	R\$ 330,75
154	1	Lua soldável 50mm	UN	338	PLASTILIT	R\$ 5,20	R\$ 1.757,60
155	1	Lua soldável 60mm	UN	195	PLASTILIT	R\$ 17,11	R\$ 3.336,45
156	1	Lua soldável redução 25mm x 20mm	UN	225	PLASTILIT	R\$ 1,47	R\$ 330,75
157	1	Lua soldável, redução 50mm x 25mm	UN	205	PLASTILIT	R\$ 8,83	R\$ 1.810,15
158	1	Luz de emergência 60 leds, slim, biwolt.	UN	318	RAIIX	R\$ 56,79	R\$ 18.059,22
161	1	Manteia de aço, atiravada, 1kg, com cabo	UN	230	ATOPY	R\$ 12,45	R\$ 2.863,50
163	1	Manteia unha 27mm, com cabo de fibra	UN	8	ATOPY	R\$ 50,44	R\$ 403,52
165	1	PI de aço ajustadora, bico redondo e quadrado (a escolher), com cabo de 1,20mt reto.	UN	19	ATOPY	R\$ 53,06	R\$ 1.008,14
167	1	Palanque de cimento curado de 2,20m de altura por lado de grossura	UN	90	K.F.	R\$ 122,10	R\$ 10.989,00
169	1	Parafuso ponta agulha	UN	8.460	ATOPY	R\$ 0,14	R\$ 1.184,40
171	1	Pedestal PVC Zebrado, para sinalização, 90cm, base em cimento	UN	50	ATOPY	R\$ 59,39	R\$ 2.969,50
178	1	Picareta com cabo	UN	14	ATOPY	R\$ 82,21	R\$ 1.150,94
179	1	Piso flexível 3º 20x 250V preto	UN	320	MG	R\$ 10,32	R\$ 3.302,40
180	1	Piso macho 2º 20x 250V preto	UN	320	MG	R\$ 9,73	R\$ 3.113,60
193	1	Rolo sfonado quadrado, com protetor que evite mau cheiro e grelha quadrada cromada.	UN	117	PLASTILIT	R\$ 33,28	R\$ 3.893,76
196	1	Refletor de led 150w luz branca 5500K	UN	285	RAIIX	R\$ 220,02	R\$ 62.705,70
197	1	Refletor LED 50w branco Fio, Biwolt, a prova d'água	UN	215	RAIIX	R\$ 83,70	R\$ 17.995,50
202	1	Resistência para: torneira elétrica 127v, com no mínimo 5500w de potência, três temperaturas, arjandor; 1/4 de volta; na cor branco; bica alta e móvel; para cozinha (saída de água na parede).	UN	202	PRATIMIX	R\$ 39,22	R\$ 7.922,44
206	1	Rolo de espuma 322/22 23cm com suporte	UN	91	ROMA	R\$ 24,10	R\$ 2.193,10
208	1	Rolo de espuma semi suporte 40x/23 13cm 23cm; 100% poliéster com densidade 30 (kg./m). Resistente a solventes. Diâmetro de 68mm.	UN	85	ROMA	R\$ 20,30	R\$ 1.725,50
210	1	Serrote 12	UN	6	ATOPY	R\$ 67,12	R\$ 402,72

214	1	Suporte para mangueira carrinho 50	UN	23	A.F.S	R\$ 163,54	R\$ 3.761,42
219	1	Tanque plástico 15lt resistente a luz, e ações de produtos químicos	UN	19	HERC	R\$ 77,73	R\$ 1.476,87
221	1	TE soldável 25 mm	UN	210	PLASTILIT	R\$ 1,85	R\$ 388,50
223	1	TE soldável 50 mm	UN	210	PLASTILIT	R\$ 8,71	R\$ 1.829,10
231	1	Telhas Fibrocimento 3,66 x 1,26x6mm (comp. x larg. Esguessa)	UN	200	MULTILIT	R\$ 117,06	R\$ 23.412,00
236	1	Torneira elétrica para cozinha, multitemperatura mínimo 5500 w, 220v, Freqüência máxima: 480 Vp; Registro: 1/4 de volta; Arjandor Articulado; Bica Móvel; Rosca: 1/2"; Comprimento de fio de instalação 20 cm, fio de 4 mm; Compatível sistema DR.	UN	61	ENERBRAS	R\$ 222,20	R\$ 13.554,20
240	1	Torneira p/ cozinha, de metal, giratória; cano alto e curvo; entrada de água da parede. Bico 1/2" com bucha 3/4.	UN	88	BRASIL METAS	R\$ 98,10	R\$ 8.632,80
243	1	Torneira de metal reta com arjandor, saída da parede: 1/2"	UN	93	BRASIL METAS	R\$ 21,94	R\$ 2.040,42
249	1	Tubo de esgoto 200mm x 6 metros de comprimento. Produto de 19 litros, não reciclado.	BRS	128	PLASTILIT	R\$ 452,54	R\$ 56.114,96
252	1	Tubo de esgoto 40mm x 6 metros de comprimento. Produto de 19 litros, não reciclado.	BRS	198	PLASTILIT	R\$ 30,94	R\$ 6.126,12
257	1	Tubo soldável 40mm x 6 metros de comprimento. Produto de 19 litros	BRS	143	PLASTILIT	R\$ 60,69	R\$ 8.678,67
264	1	Contator 32A	UN	83	IPC	R\$ 180,99	R\$ 15.023,27
265	1	Contator 45A	UN	83	IPC	R\$ 328,73	R\$ 27.284,59
268	1	Tela Soldada Galvanizada Plástico na cor verde malha da tela alabrado:10 cm x 5 cm; fio da tela alabrado:2,5 mm; altura da tela alabrado:2,2 m; comprimento da tela alabrado:25 m; material da tela alabrado: metal; acabamento da tela alabrado: revestida em pó; verde; costura da tela alabrado: soldada; massa agroamada (peso): 44,8 kg	UN	15	FRONTEIRA	R\$ 457,90	R\$ 6.868,50
269	1	Válvula de descarga	UN	15	BLUKIT	R\$ 122,23	R\$ 1.833,45
270	1	Kit reparo para válvula de descarga	UN	30	BLUKIT	R\$ 51,52	R\$ 1.545,60
276	1	Caneta para piso reforçado52x14x2 000mm	UN	40	ENERBRAS	R\$ 48,41	R\$ 1.936,40
278	1	Caneta brucha 24x colorado 15x15mm	UN	40	ATOPY	R\$ 4,99	R\$ 1.995,20

VALOR TOTAL DA ATA = R\$ 711.989,92 (setecentos e dezesseis mil, novecentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos).

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **62/2025**, em face do fornecedor **HURB TECHNOLOGIES S.A** , inscrito no CNPJ sob n. **12.954.744/0001-24** , atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para apresentar impugnação ao referido processo no prazo de 20 (vinte) dias, na forma do artigo 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte. Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa. Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo Procon caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4º, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 17 de julho de 2025

Aline Cunha Martilli

Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor

Procon de Umuarama



PORTARIA Nº. 357/2025 DE 16 DE JULHO DE 2025

CONCEDE Férias e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. **CONCEDER** com esteio no Inciso XVII do Art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil, e Art. 95 da Lei Municipal nº. 410/93, § único do Art. 2º da Lei Municipal 929/2005, férias em favor do Servidor Público Sr. **RICARDO RUIZ PIMENTA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 7.501.053-2 SSP/PR, ocupante de Cargo de Provimento Efetivo de Técnico Administrativo, Lotado na seguinte Funcional Programática: Órgão: 03 – Secretaria de Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Unidade Orçamentária: 06 – Departamento de Obras e Engenharia; Atividade: 2.026 Manutenção e Atividades do Departamento de Obras e Engenharia; correspondentes a 5 (CINCO) dias regulamentares de férias, referentes ao restante de dias do período aquisitivo de 21/12/2022-2023, a serem concedidos na temporada de 14/07/2025 A 18/07/2025, não havendo direito ao Abono Constitucional a título de 1/3 de férias, visto pagamento integral em folha da competência de setembro de 2024.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO TINTI

Prefeito Municipal



EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº. 03 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 55-2023

Pelo presente instrumento particular, entre o **MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA**, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **RONALDO TINTI**, brasileiro, casado, portador do RG nº 5.210.120-4 SSP/PR, e do CPF/ME nº 738.708.899-34, residente e domiciliado à Estrada São Henrique, Lotes 443 e 444, Rural, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA a empresa: **UMUARAMA PUBLICIDADE LTDA -ME**, inscrita no CNPJ nº 08.649.029/0001-00, com sede a – nº – ZONA II - CEP 87501-420 na cidade de Umuarama – PR, neste ato Representado pelo Sr(a). **MARCO ANTONIO PINTO TAVARES**, portador(a) do RG. nº 6660122, e do CPF/ME Nº 035.190.269-45, residente e domiciliado à Av. SÃO PAULO ZONA II, Umuarama -PR, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, firmado com amparo da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na Licitação Modalidade de **Concorrência nº 1/2023, Processo nº 28**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Constitui como objeto do presente a contratação: **Contratação de Agência de Propaganda para prestar serviços de publicidade, definidos como o conjunto de atividades realizadas integralmente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de dar publicidade dos atos oficiais, das ações, dos programas e serviços desenvolvidos pelo Município, sempre visando manter os municípios informados e orientados, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida e o exercício da cidadania, direcionando as divulgações junto aos órgãos de imprensa com abrangência e audiência no Município de São Jorge do Patrocínio – PR.**

Cláusula segunda – Do Acréscimo

Considerando ter havido interesse recíproco entre os contratantes, e em conformidade com o §1º do Art. 57 da Lei 8.666/1993, promulga-se o prazo, do Contrato Administrativo nº 55/2023. Fica estabelecido o acréscimo legal das quantidades contratadas inicialmente por tratar-se de contrato continuado.

Lote	Item	Qtde Inicial	Descrição	Qtde. Aditivada	VIUnitari o	VI Total
1	1	1,25	Agência de Propaganda para prestar serviços de publicidade, definidos como o conjunto de atividades realizadas integralmente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de dar publicidade dos atos oficiais, das ações, dos programas e serviços desenvolvidos pelo Município, sempre visando manter os municípios informados e orientados, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida e o exercício da cidadania, direcionando as divulgações junto aos órgãos de imprensa com abrangência e audiência no Município de São Jorge do Patrocínio – PR.	1	250.000,00	500.000,0 0
VALOR DO CONTRATO			VALOR DO TERMO ADITIVO			
R\$ 500.000,00			R\$ 250.000,00			R\$ 750.000,00

Cláusula Terceira – Do Valor Contratual

O valor do presente termo aditivo, constitui na importância global de R\$-250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Cláusula Quarta – Do Prazo

O presente Termo Aditivo terá vigência de 12 (doze) meses, tendo início em 05/06/2025 e término previsto para 05/06/2026, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratantes.

Cláusula Quinta – Das Ratificações

Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento principal, ora aditado, não abrangidas neste Termo Aditivo.

Cláusula Sexta – Do Foro Competente

Fica eleito o Foro da Comarca de Alifanã, Estado do Paraná, para que nele venham a ser dirimidas as eventuais discussões no cumprimento do presente Contrato. E estando as partes pleno acordo com o presente instrumento, firmam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o assinam.

São Jorge do Patrocínio/PR, 05/06/25.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA
Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves, 442 - Fone (44) 3677-1222
CEP 87430-000 - C N P J 76.247.345/0001-06
- T A P E J A R A - P A R A N Á -

DECRETO Nº. 071/2025, DE 17 DE JULHO DE 2025

Nomeia os Membros para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Tapejara - Paraná e das

Publicações legais



CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
Avenida Rio Branco 3580 Centro Cívico Umuarama-PR <http://www.cmu.pr.gov.br>

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 10/2025

Procedimento Licitatório 14/2025

De acordo com o disposto no art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei 14.133/2021, e razões apresentadas pela Presidência desta Câmara Municipal, alinhada a dotação e saldo orçamentário pertinente, além da consonância com o parecer jurídico. O Agente de Contratação, nomeada pela Portaria nº 06/2025, de 08/01/2025, declara Inexigível o ato Licitatório n° 10/2025 referente à contratação da Empresa Idadi Consultoria e Tecnologia LTDA - CNPJ 58.511.090/0001-65, para o curso de capacitação “Políticas Urbanas nos Municípios e o Impacto de Qualidade de Vida, Mobilidade, Habitação e Meio Ambiente, no valor de R\$ 2.490,00 (dois mil, quatrocentos e noventa reais).

Umuarama/PR, 17 de julho de 2025.

Cássia Patrícia M.P. Ungaro
Agente de Contratação

Rogério Siqueira
Membro da CPL

Simone A. Freitas
Membro da CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **11/2025**, em face do fornecedor **HURB TECHNOLOGIES S.A** , inscrito no CNPJ **sob n. 12.954.744/0001-24** , atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para apresentar impugnação ao referido processo no prazo de 20 (vinte) dias, na forma do artigo 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte.

Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa.

Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo Procon caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4º, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 17 de julho de 2025

Aline Cunha Martioli
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor

Procon de Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **17/2025**, em face do fornecedor **SOLPAC COMPANY LTDA**, inscrito no CNPJ **sob n. 03.874.095/0001-60** , atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para apresentar impugnação ao referido processo no prazo de 20 (vinte) dias, na forma do artigo 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte.

Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa.

Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo Procon caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4º, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 17 de julho de 2025

Aline Cunha Martioli
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor

Procon de Umuarama



CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
Avenida Rio Branco 3580 Centro Cívico Umuarama-PR <http://www.cmu.pr.gov.br>

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 11/2025

Procedimento Licitatório 15/2025

De acordo com o disposto no art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei 14.133/2021, e razões apresentadas pela Presidência desta Câmara Municipal, alinhada a dotação e saldo orçamentário pertinente, além da consonância com o parecer jurídico. O Agente de Contratação, nomeada pela Portaria nº 06/2025, de 08/01/2025, declara Inexigível o ato Licitatório n° 10/2025 referente à contratação da Empresa Unygov Governance Capacitação e Treinamentos Governamentais – LTDA, CNPJ 55.930.096/0001-89, para o curso de capacitação “ Passo a Passo da Nova Licitação no Município, carga horaria 17 horas, no valor de R\$ 5.580,00 (cinco mil, quinhentos e oitenta reais).

Umuarama/PR, 17 de julho de 2025.

Cássia Patrícia M.P. Ungaro
Agente de Contratação

Rogério Siqueira
Membro da CPL

Simone A. Freitas
Membro da CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **12/2025**, em face do fornecedor **GIRANBANK TECNOLOGIA E FINANÇAS LTDA**, inscrito no CNPJ **sob n. 44.393.851/0001-17**, atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para apresentar impugnação ao referido processo no prazo de 20 (vinte) dias, na forma do artigo 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte.

Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa.

Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo Procon caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4º, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 17 de julho de 2025

Aline Cunha Martioli
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor

Procon de Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **34/2025**, em face do fornecedor **HURB TECHNOLOGIES S.A** , inscrito no CNPJ **sob n. 12.954.744/0001-24** , atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para apresentar impugnação ao referido processo no prazo de 20 (vinte) dias, na forma do artigo 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte.

Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa.

Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo Procon caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4º, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 17 de julho de 2025

Aline Cunha Martioli
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor

Procon de Umuarama



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA
CNPJ 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 - FONES (41) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

(REPUBLICADO PARA CORREÇÃO)
LEI COMPLEMENTAR Nº 154 DE 15 DE JULHO DE 2025.

Revoga o §1º do art. 65 da Lei Complementar 119 de 14 de fevereiro de 2022. Altera o art. 121 da Lei Complementar 120 de 14 de fevereiro de 2022.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA/PR** aprovou e eu sanciono a presente Lei Complementar

Art. 1º - A Lei Complementar 119 de 14 de fevereiro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 65.....
[...]
"§3º - Os empregados públicos estáveis têm direito à estabilidade excepcional do art. 19 da ADCT, com aplicação exclusiva do regime da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo-lhes inaplicáveis quaisquer direitos do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, titulares de cargo efetivo".

Art. 2º - A Lei Complementar 120 de 14 de fevereiro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 121. Os empregados públicos estáveis têm direito à estabilidade excepcional do art. 19 da ADCT, com aplicação exclusiva do regime da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo-lhes inaplicáveis quaisquer direitos do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, titulares de cargo efetivo" (NR)

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tapejara/PR, 15 de Julho de 2025.

RONALDO ADRIANO VILAS BOAS
Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **13/2025**, em face do fornecedor **OTTO ENERGIA SUSTENTÁVEL LTDA**, inscrito no CNPJ **sob n. 38.615.418/0001-18**, atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para apresentar impugnação ao referido processo no prazo de 20 (vinte) dias, na forma do artigo 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte.

Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa.

Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo Procon caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4º, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 17 de julho de 2025

Aline Cunha Martioli
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor

Procon de Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por esta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita o Processo Administrativo n. **50/2025**, em face do fornecedor **CRUZEIRO ENERGIA SOLAR LTDA**, inscrito no CNPJ **sob n. 24.078.734/0001-51** , atualmente em local incerto e não sabido, ficando o mesmo **NOTIFICADO** para apresentar impugnação ao referido processo no prazo de 20 (vinte) dias, na forma do artigo 44 do Decreto Federal n. 2.181/97, indicando em sua defesa: I- a autoridade julgadora a quem é dirigida; II- a qualificação do impugnante; III- as razões de fato e de direito que fundamentam a impugnação; IV- as provas que lhe dão suporte.

Ainda, nos termos do artigo 45 do Decreto Federal nº 2.181/97, REQUISITA-SE no mesmo prazo, a apresentação de documento comprobatório da receita operacional bruta anual ou anualizada, (receita auferida no ano com o produto de venda e bens e serviços da pessoa jurídica, nos mercados interno e externo), de preferência dos últimos doze meses e com período mínimo de três meses, sob pena de ser estimado pelo Órgão em Decisão Administrativa.

Cabe salientar que a recusa na prestação de informações requisitadas pelo Procon caracteriza crime de desobediência, na forma do artigo 55, §4º, da Lei Federal 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, artigo 33, §2º, do Decreto Federal 2.181/97 e artigo 330 do Código Penal Brasileiro.

Umuarama/PR, 17 de julho de 2025

Aline Cunha Martioli
Secretária Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor

Procon de Umuarama

Grandes

negócios são resultados de grandes parcerias



Para anunciar
ligue: 3621-2502
3621-2501

